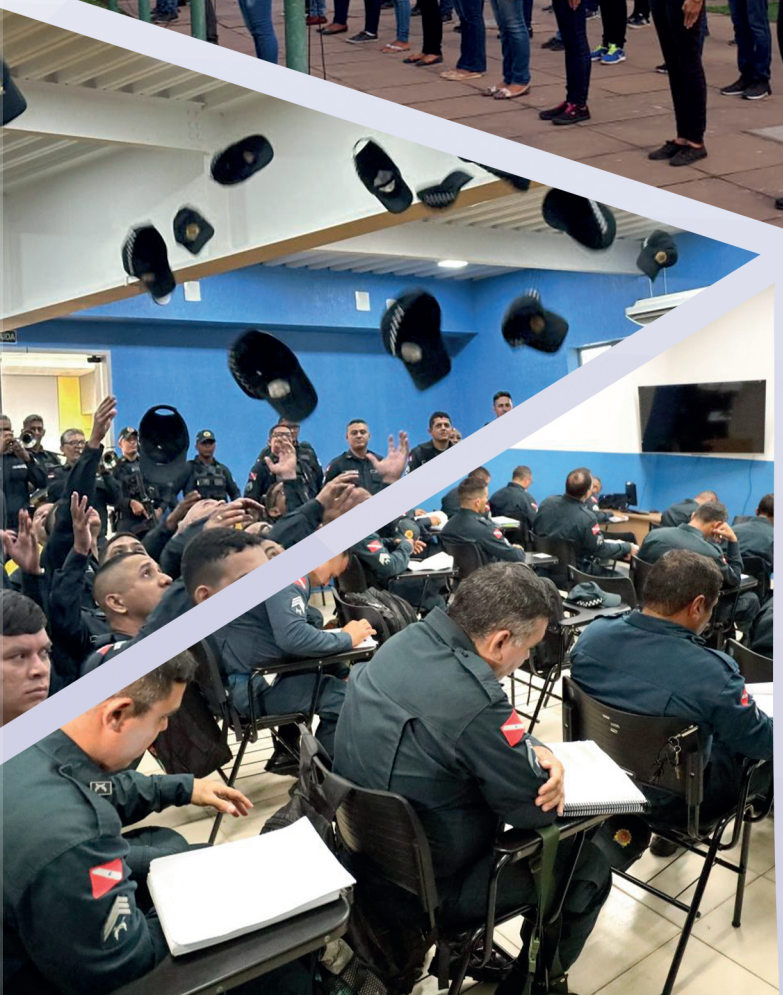






PERIÓDICO CIENTÍFICO

PMPA EM REVISTA

BELÉM-PA, NUTTQ/PMPA, v.3, n.5, Jan./Jun., 2024

GOVERNO DO PARÁ
POR TODO O PARÁ

PARÁ
POLÍCIA MILITAR
1818

5

NÚMERO

PERIÓDICO CIENTÍFICO PMPA EM REVISTA

v.3, n.5
Publicação contínua
janeiro - junho 2024

Periódico Científico PMPA em Revista criado em 25 de setembro de 2021 por: Presidente de Honra **Helder Zahluth Barbalho -** Governador do Estado do Pará e Comandante em Chefe da PMPA **|** Presidente de Honra **Hana Ghassan Tuma -** Vice-Governadora do Estado do Pará **| Ualame Fialho Machado** - Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará | Presidente do Conselho de Política Editorial **Sérgio Ricardo Neves de Almeida** - Comandante-Geral da PMPA | Vice-Presidente do Conselho de Política Editorial **Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros** - Chefe do Estado-Maior Geral da PMPA.

EDITOR EXECUTIVO
Júlio Ildefonso Damasceno Ferreira - Chefe da 8ª Seção (PM/8) – Seção de Pesquisa Científica.

EDITOR CIENTÍFICO
Elcimar Maria de Oliveira Lima – Subseção de Publicação Científica da 8ª Seção (PM/8).

CONSELHO DE POLÍTICA EDITORIAL:
Aiala Colares Couto - Universidade do Estado do Pará | **Clay Anderson Chagas** - Universidade do Estado do Pará | **Cristiane Loureiro Lima** - Fórum Brasileiro de Segurança Pública | **Danilo Reymão Moreira** - Polícia Militar do Pará | **Edgard Vinícius Cacho Zanette** - Universidade do Estado de Roraima | **Edson Marcos Leal Soares Ramos** - Universidade Federal do Pará **Elcimar Maria de Oliveira Lima** - Polícia Militar do Pará | **Elson Luiz Brito da Silva** - Polícia Militar do Pará | **Fernandina Lopes Fernandes** - Universidade de Cabo Verde | **Francisco Inácio Alar** - Academia de Ciências Policiais de Moçambique | **Humberto Ribeiro Júnior** - Universidade de Vila Velha | **Ivone Freire Costa** - Universidade Federal da Bahia | **Jaime Cunha de Souza** - Universidade Federal do Pará | **Jesiane Calderaro Costa Vale** - Polícia Militar do Pará **João Batista da Silva** - Polícia Militar do Rio Grande do Norte | **João Garcia Reis** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará | **Jorge Fabrício dos Santos** - Polícia Militar do Pará | **Sérgio Ricardo Neves de Almeida** - Polícia Militar do Pará | **Josivane do Carmo Campos** - Polícia Militar do Pará | **Leonardo Naves dos Reis** - Universidade do Estado do Amazonas | **Marcus Alan Gomes** - Universidade Federal do Pará | **Maria João Guia** - Universidade de Coimbra, Portugal | **Mónica de Melo Freitas** - Universidade Nova Lisboa, Portugal | **Roberto Magno Reis Neto** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará | **Ronaldo Braga Charlet** - Polícia Militar do Pará | **Sandoval Bittencourt** - Polícia Militar do Pará | **Silvia dos Santos de Almeida** - Universidade Federal do Pará | **Sônia da Costa Passos** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará | **Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa** - Polícia Militar do Pará | **Wilquerson Sandes** - Polícia Militar do Mato Grosso | **Wando Dias Miranda** - Instituto de Ensino de Segurança do Pará.

ASSESSORIA TÉCNICA
José Gilberto Quintero Torres

CAPA/LAYOUT
Jade Maria da Silva Coêlho

DIAGRAMAÇÃO/ EDITORAÇÃO
Jade Maria da Silva Coêlho
Jennifer Nogueira Barata

TRADUÇÃO DE RESUMOS
José Gilberto Quintero Torres
Victória Karolynne Fidelis Oliveira

REVISÃO GERAL
Tatiane da S. Rodrigues Tolosa
Wanderson Ferreira Pantoja

REVISÃO ORTOGRÁFICA
João Henrique Dias Cabral
Ana Caroline Sodré Martins
Gabriela Monteiro Figueiredo
Juliana Barbosa Brasil

SECRETARIA
Alison Santa Rosa Felipe

Polícia Militar do Pará
8ª Seção (PM/8) - Núcleo de Pesquisa

PERIÓDICO CIENTÍFICO PMPA EM REVISTA

ISSN: 2966-1064
DOI: 10.5281/zenodo.17870433 **E-ISSN:** 2966-2095

Periódico Científico PMPA em Revista	Ciências Policiais	Belém	v.3	n.5	janeiro-junho 2024

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Polícia Militar do Pará
Núcleo de Pesquisa do Estado-Maior Geral
Av. Augusto Montenegro, Km 9 - n.º 8401.
Parque Guajará, Belém - PA, CEP: 66821-000
Telefone: (91) 98584-6288
E-mail: emg.pm8@pm.pa.gov.br
Site: www.pm.pa.gov.br

Para submissão de artigos, acessar:
https://www.pm.pa.gov.br/revista-cientifica/category/1816-regras-de-submissao-de-artigo.html

Não é permitida a reprodução parcial ou total de quaisquer partes desta obra, sob nenhuma forma ou técnica, sem a prévia autorização do editor. Ficam isentas as cópias para uso pessoal e interno, desde que não destinadas a fins promocionais ou comerciais. As opiniões e considerações emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a posição dos editores ou da instituição responsável pela publicação.

Catalogação na Publicação Elaborada por:
Aline Farias Bandeira Couto - CBR-2ª 1700/O

PMPA em Revista - periódico das ciências policiais /8ª Seção (PM/8) - Núcleo de Pesquisa da Polícia Militar do Pará. v. 3, n. 5 (jan./ jun. 2024) – Belém: PMPA, 8ª Seção (PM/8) - Núcleo de Pesquisa Núcleo de Pesquisa Científica, 2024 -.

115 p.: il. (color.); 29,7 cm.

Semestral

Resumos em português, inglês e espanhol.

1. Ciências Policiais - Periódico. 2. Segurança Pública. I. Polícia Militar do Estado do Pará.

CDD-23ª ed. 355.005

© Direitos de Cópia/Copyright 2024 por/by NUPESQ/PMPA

GOVERNO DO PARÁ
POR TODO O PARÁ

PARÁ
POLÍCIA MILITAR
1818

SUMÁRIO

Editorial

O poder transformador da educação na segurança pública. | Sérgio Ricardo Neves de Almeida - pág. 07

Artigos

A política de formação de segurança pública no Estado do Pará: uma história em construção. | Sônia da Costa Passos, João de Deus da Silva Gê Júnior, Wando Dias Miranda, João Francisco Garcia Reis - Pág. 11

Perfil dos docentes que atuam na formação dos agentes da segurança pública. | Arinilson dos Santos Nascimento, Aureliana de Brito Matoso, Maria Adriana Freire Ribeiro - Pág. 27

Habitus e internalização: desafios advindos da formação policial militar no Pará. | Jesiane Calderaro Costa Vale - Pág. 39

Desafios para a pesquisa científica: um olhar sob a percepção de discentes do Curso de Especialização em Docência em Segurança Pública. | Josivane do Carmo Campos, Sônia da Costa Passos - Pág. 55

Policiamento escolar em comunidade ribeirinha: estudo de viabilidade para implementação na Ilha de Cotijuba, Belém, Pará, Brasil. | Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros, Simone Franceska Pinheiro das Chagas Jacques, Gabriel Palombo, Antonio Rodrigues da Silva Júnior, Manoel Juarez de Sousa Weiss - Pág. 69

LIBRAS: uma reflexão acerca da inserção no desenho curricular dos cursos de Formação da Polícia Militar do Pará. | Aline Augusta Coelho Martins, Sônia da Costa Passos, Suziellen Christiny Salazar da Silva - Pág. 83

Entrevista

Entrevista com o Reitor da UEPA, Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas: a interseção entre conhecimento científico e Segurança Pública. | Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros, Raimundo Nonato de Araújo Miranda Júnior e Elcimar Maria de Oliveira Lima - Pág. 99

Informativo

O papel do Departamento-Geral de Educação e Cultura da Polícia Militar do Pará. | Ricardo André Bilóia da Silva - pág.113



Fotografia: ASCOM.

Editorial

O poder transformador da educação na Segurança Pública

Sérgio Ricardo Neves de Almeida[1]

[1] Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará.

É com grande satisfação que apresentamos a quinta edição da Revista Científica da Polícia Militar do Pará, um espaço que se consolida como um importante veículo para a disseminação de conhecimento e reflexão sobre temas cruciais para a segurança pública e a atuação da Corporação. Nesta edição, celebramos a educação, um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e segura.

A educação é mais que um direito básico: é uma poderosa ferramenta de transformação social. No contexto da segurança pública, investir na formação e no aprimoramento profissional dos nossos policiais militares é essencial para a eficácia das nossas ações. Por meio da educação continuada, nossos profissionais podem desenvolver habilidades e competências que melhoram seu desempenho, promovendo uma abordagem mais humanizada e comprometida com a sociedade.

Nesta edição, foram cuidadosamente selecionados seis artigos abordam desde o impacto da formação educacional no aprimoramento profissional do policial até a criação e o desenvolvimento de iniciativas que promovem ambientes mais seguros e integrados, reforçando o papel do conhecimento na evolução das práticas de segurança pública.

Sônia Passos, João de Deus, Wando Miranda e João Garcia Reis analisam a influência da integração entre os órgãos de segurança pública na formação profissional, identificando progressos e desafios. Os autores destacam a criação do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP) como um avanço significativo, por viabilizar a integração de agentes de segurança na formação inicial e continuada.

Arinilson Nascimento, Aureliana Matoso e Maria Adriana Ribeiro apresentam uma análise detalhada sobre o perfil dos docentes que atuam na formação de agentes de segurança pública no Pará. Utilizando o banco de dados do IESP, o estudo se concentrou em 2.960 professores credenciados, entre março de 2018 e junho de 2024. Os resultados indicam que a maioria dos docentes possui especialização, atua na área de segurança pública e reside na cidade de Belém.

No artigo, "Habitus e Internalização: desafios advindos da formação policial militar no Pará", a historiadora Jesiane Calderaro analisa o processo de ingresso e a formação de oficiais da PMPA ao longo do século XX, abrangendo desde a influência inicial do Exército Brasileiro até a criação da Academia de Polícia Militar "Coronel Fontoura".

As pesquisadoras Josivane Campos e Sônia Passos examinam os obstáculos intrínsecos à produção científica na área de segurança

pública no estado do Pará. A pesquisa destaca desafios significativos, tais como a gestão inadequada do tempo, o insuficiente investimento institucional e a indisponibilidade de materiais de pesquisa. Para mitigar essas dificuldades, as autoras propõem a concessão de auxílio financeiro e o estabelecimento de núcleos de pesquisa dedicados.

Ariel Dourado Barros, Gabriel Palombo, Antônio Rodrigues da Silva Júnior, Manoel Weiss e Simone Franceska Jacques examinam a viabilidade de implementar ações preventivas do Batalhão de Policiamento Escolar em uma escola localizada na ilha de Cotijuba, por meio do projeto “Policiamento Escolar em Comunidade Ribeirinha”. O estudo aponta que a iniciativa preenche uma lacuna importante na integração entre as instituições.

Aline Martins, Sônia Passos e Suzyellen Salazar ressaltam a importância da capacitação dos agentes de segurança pública para uma comunicação mais eficaz. Para isso, elas analisam o impacto da inclusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na matriz curricular dos cursos de formação da Polícia Militar. Os resultados da pesquisa indicam que a formação em Libras aprimora a comunicação e a interação entre os agentes e a comunidade surda, bem como promove uma cultura de respeito e inclusão dentro da instituição de segurança pública.

Na Seção de entrevista apresentamos a parceria de sucesso entre a comunidade acadêmica e a Polícia Militar do Pará, a partir da trajetória de 18 anos na área de segurança pública do Professor Doutor Clay Anderson Nunes Chagas, que é reitor da UEPA. Em uma conversa franca, o professor destaca como a aproximação tem fortalecido a segurança pública através da aplicação de conhecimento científico, ressaltando o papel da cartografia como uma ferramenta essencial para o planejamento operacional e a redução de crimes, como os roubos a ônibus. Ele enfatiza que o uso de conceitos científicos, como o de território, tem qualificado os profissionais e melhorado a capacidade de análise da criminalidade.

Prezado leitor, acreditamos que a educação é um pilar fundamental no combate à violência e à insegurança. Ao investirmos na capacitação de profissionais e na conscientização da população fortalece as instituições de segurança e cria um ciclo virtuoso que promove a coesão social e estabelece as bases para uma sociedade mais pacífica. Nesse contexto, a educação transcende a mera transmissão de conhecimento. Ela se configura como uma ferramenta estratégica para a mudança cultural e a construção de um futuro mais justo, seguro e promissor para todos.

Fechando a edição, Ricardo André informa sobre o processo de modernização da formação, capacitação e aperfeiçoamento dos policiais que está sendo implementada pelo Departamento de Educação e Cultura da PMPA. O informativo destaca a importância da aprovação da Diretriz-Geral de Educação, que organiza, orienta e define o Sistema de Educação Policial Militar e da preparação da Lei de Educação da PMPA, que visa regulamentar o Sistema de Ensino Policial Militar, modernizando e alinhando-o às demandas atuais.

Convidamos nossos leitores a prosseguirem nesta reflexão sobre a importância da educação no nosso cotidiano. Cada artigo e cada insight aqui compartilhados são um convite para pensarmos sobre o papel que a educação desempenha na construção de uma sociedade mais resiliente. Por meio do compromisso com o conhecimento e aprimoramento contínuo, podemos forjar o caminho para uma Polícia Militar mais forte, mais educada e, acima de tudo, mais comprometida com as necessidades e o bem-estar da sociedade que serve.

Boa leitura!



Fotografia: CB PM Anderson.

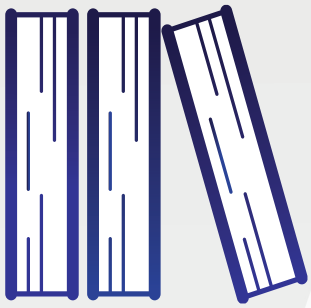


Fotografia: Agência Pará.

Artigos

A política de formação de Segurança Pública no Estado do Pará: uma história em construção

João de Deus da Silva Gê Júnior[1]
João Francisco Garcia Reis[2]
Sônia da Costa Passos[3]
Wando Dias Miranda[4]



[1] Oficial da Polícia Militar do Pará; Mestrando em Segurança Pública (UFPA); Especialista em Defesa Social e Cidadania (IESP) e Bacharel em Direito (FAAM).

joaogejr@gmail.com

ORCID: 0009-0003-5286-4740

[2] Oficial da reserva remunerada da Polícia Militar do Pará; Professor do Instituto de Ensino em Segurança do Pará (IESP); Doutor em Ciências, Desenvolvimento Socioambiental (UFPA); Mestre em Defesa Social e Mediação de Conflitos (UFPA).

garcia36911@gmail.com

ORCID: 000-0001-5340-6889

[3] Assessora Pedagógica e Docente do Instituto de Ensino em Segurança do Pará (IESP); Pós-doutora em Geografia (UFPA); Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA); Mestre em Serviço Social (UFPA); Licenciada em Pedagogia (UNAMA); Licenciada Plena em Letras (Cruzeiro do Sul).

sscpassos_10@yahoo.com.br

ORCID: 0009-0004-1656-7025

[4] Professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e do Instituto de Ensino em Segurança do Pará (IESP); Doutor em Ciência Política (UFPA); Mestre em Ciência Política (UFPA).

wando.d.miranda@uepa.br

ORCID: 0000-0003-1630-6736

RESUMO

A Constituição Federal de 1988, no Art. 144, estabelece o Sistema de Segurança Pública, definindo competências entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Este estudo objetiva analisar como a integração dos órgãos de segurança pública no Pará, iniciada nos anos 1990, influenciou a formação e a capacitação profissional dos agentes de segurança, identificando avanços e desafios. O problema central é: como a integração impactou a formação e capacitação dos profissionais de segurança? A metodologia envolve abordagem qualitativa e exploratória, com revisão bibliográfica e análise de legislações e relatórios. A pesquisa revela que a integração, impulsionada pela criação do IESP, promoveu avanços significativos no processo de formação inicial e continuada dos profissionais em conjunto com as unidades acadêmicas, apesar dos desafios na consolidação do sistema como a falta de recursos humanos e financeiros. Conclui-se que a integração contribuiu para a melhoria da formação inicial e continuada dos agentes de segurança pública. A qualificação docente e a mudança no pensamento reflexivo dos discentes são aspectos fundamentais para o progresso contínuo. A produção acadêmica e o investimento em pesquisa são essenciais para aprimorar o processo de formação.

Palavras-chave: Desafios; Educação; Gestão; Integração; Segurança.

ABSTRACT

The 1988 Federal Constitution, in Article 144, establishes the Public Security System, defining the responsibilities among the Union, States, Municipalities, and the Federal District. This study aims to analyze how integration of public security agencies in Pará, initiated in the 1990, influenced the training and professional qualification of security agents, identifying advances and challenges. The central question is: how did the integration impact the training and qualification of security professionals? The methodology involves a qualitative and exploratory approach, with a bibliographic review and analysis of legislation and reports. The research reveals that the integration, driven by the creation of IESP, promoted significant advances in the initial and ongoing training of professionals in collaboration with academic units, despite challenges in consolidating the system, such as the lack of human and financial resources. It is concluded that integration contributed to the improvement of the initial and continuing education of public security agents in Pará. Teaching qualification and the shift in students' reflec-

tive thinking are key aspects for continuous progress. Academic production and investment in research are essential to improve the training process.

Keywords: Challenges; Education; Management; Integration; Security.

RESUMEN

La Constitución Federal de 1988, en su artículo 144, instituye el Sistema de Seguridad Pública, determinando las competencias entre la Unión, los estados, los municipios y el Distrito Federal. El objetivo de los órganos de Seguridad Pública en el stado de Pará, iniciada en los años 1990, influenció em la formación y en la capacitación profesional de los agentes de Seguridad Pública, identificando avances y desafíos. El problema central es: ¿Cómo la integración se hizo sentir em el proceso de formación y capacitación de los profesionales de Seguridad Pública? La metodología implica el tratamiento de la investigación bajo los conceptos de una actividad cualitativa y exploratoria con revisión bibliográfica y análisis de leyes, decretos e informes afines al tema tratado. La investigación revela que la Integración, fomentada por la creación del IESP, promovió avances significativos en el proceso de la formación inicial y avanzada de los profesionales en conjunto con las unidades académicas, a pesar de los desafíos en la consolidación del sistema, como la escasez de recursos humanos y financieros. Se deduce que la integración contribuyo en la mejora de la formación inicial y continuada de los agentes de Seguridad Pública en el Estado de Pará. La calificación docente y la transformación en el pensamiento para el mejoramiento continuo. La producción académica y la inversión en pesquisas son esenciales para perfeccionar el proceso de formación.

Palabras Clave: Desafíos; Educación; Gestión; Integración; Seguridad.

1 INTRODUÇÃO

O artigo 144 da Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece as bases do Sistema de Segurança Pública, delineando a distribuição das competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (Brasil,1988). Destaca-se que a Lei n°. 13.675 de 2018 (Brasil, 2018a) que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Além da integração entre si, esses órgãos precisam se articularem com outros componentes da administração pública, uma vez que a sensação de insegurança e o aumento da criminalidade não resultam apenas da atuação de órgãos de segurança, mas também de uma série de condições sociais e urbanas adversas.

O Sistema de Segurança Pública é um conjunto de órgãos e instituições que, sob a coordenação da União ou dos Estados, executam ações voltadas para a paz social, combatendo o crime e a violência, assegurando a ordem pública e a proteção do patrimônio. Este conceito amplo inclui a congregação de vários órgãos, a coordenação harmoniosa em diferentes níveis de execução e a produção de resultados que promovem a paz social e a tranquilidade pública.

Para entender concretamente esse sistema, tomemos como exemplo o Sistema de Segurança Pública do Pará (SISP), onde a segurança pública é parte de um conceito mais amplo denominado Defesa Social, que abrange a garantia dos direitos individuais e coletivos, a segurança pública e o enfrentamento de calamidades.

A política de segurança implantada a partir de 1998 visou a integração dos órgãos do SISP, que integra o Conselho de Segurança Pública (CONSEP), presidido pelo Secretário Executivo de Segurança Pública e incluiu dirigentes de órgãos como a Polícia Militar do Pará (PMPA), Polícia Civil do Pará (PCPA), Corpo de Bombeiros Militares do Pará (CBMPA), Departamento de Trânsito do Estado do Pará (DETRAN), Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPC Renato Chaves) e a Superintendência do Sistema Penal (SUSIPE), atualmente Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Paraense de Defesa Direitos Humanos (SPDDH), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), um deputado estadual e um representante das entidades policiais.

Um desafio significativo foi consolidar os saberes institucionais da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e demais órgãos de segurança pública, respeitando os conhecimentos específicos de cada um, suas identidades e tradições. O processo de integração das forças de segurança pública no Pará, iniciado nos anos 1990, continua a influenciar as ações dessas instituições, promovendo uma concepção mais integrada e cooperativa.

A pesquisa sobre esse processo analisa as diferentes fases da incorporação dos órgãos de segurança pública do Pará, com foco na formação e capacitação profissional a partir da criação do IESP, e identifica os fatores decisivos para a estruturação do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SIEDS), voltado para uma formação conjunta. Este estudo tem como problema o seguinte questionamento: Como a integração dos órgãos de segurança pública no Pará, iniciada nos anos 1990, influenciou a formação e a capacitação profissional dos agentes de segurança, e quais foram os avanços e desafios desse processo?

A hipótese central é que a integração dos órgãos de segurança pública no Pará, por meio de iniciativas como a criação do IESP, trouxe avanços significativos na formação e capacitação profissional dos agentes, promovendo uma atuação mais coordenada e eficaz na segurança pública. A relevância deste estudo reside na análise do impacto dessa incorporação na formação dos profissionais de segurança, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e a melhoria contínua da segurança pública no Estado do Pará e no Brasil.

O objetivo geral foi analisar os impactos da integração dos órgãos de segurança pública no Pará na formação e capacitação profissional dos agentes de segurança, identificando os avanços e desafios desse processo. E como objetivos específicos: examinar as políticas de integração dos órgãos de segurança pública no Pará desde os anos 1990; avaliar a influência da criação do IESP na formação e capacitação dos profissionais de segurança pública e identificar os principais desafios enfrentados na consolidação de um sistema de segurança pública integrado no Pará.

2 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, que, segundo Creswell (2014), permite uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais mediante a análise de dados não numéricos. A escolha dessa abordagem se justifica pela complexidade do tema e pela necessidade de explorar as nuances e dinâmicas do processo de integração dos órgãos de segurança pública no Pará.

A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2008), a pesquisa exploratória é adequada quando se busca compreender um fenômeno pouco estudado e a descritiva permite a detalhamento das características de determinada população ou fenômeno. Foi realizado um levantamento bibliográfico para identificar estudos, artigos, livros e documentos oficiais que abordam o sistema de segurança pública no Brasil, com foco específico no

Estado do Pará. Marconi e Lakatos (2010) destacam que a revisão bibliográfica é fundamental para conhecer o estado da arte sobre o tema e fundamentar teoricamente a pesquisa.

A pesquisa documental envolveu a análise de documentos oficiais, como legislações, decretos, planos de segurança, relatórios de processo de credenciamento do IESP. Segundo Cellard (2008), a pesquisa documental é essencial para obter informações diretamente das fontes primárias e compreender as políticas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos de segurança pública.

Os dados obtidos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). A análise de conteúdo permite a categorização e interpretação dos dados qualitativos, identificando padrões, temas e relações que emergem do material coletado.

A pesquisa seguiu todas as diretrizes éticas recomendadas pela Resolução nº. 510, de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), garantindo o anonimato e a confidencialidade como o uso responsável dos dados coletados (Brasil, 2016).

3 A CONSTRUÇÃO DA INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A mentalidade durante a ditadura é bastante diferente da presente na promulgação da Constituição de 1988. Enquanto a primeira priorizava a segurança do Estado (União), a segunda transferiu essa responsabilidade para os estados-membros e para os cidadãos. O conceito de segurança cidadã, atualmente adotado, emergiu de um novo entendimento brasileiro de 1995 sobre a criminalidade, reconhecendo que a violência tem causas multifatoriais, incluindo desde questões de saneamento básico até o desemprego.

O primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) foi elaborado em 2000 após a redemocratização, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula, houve esforços para normatizar o tema, mas as propostas foram abandonadas para evitar desgaste político, pois os resultados só seriam visíveis em longo prazo. Este novo PNSP previa medidas como a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a instalação de Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs) nos estados e a desconstitucionalização das polícias, permitindo que cada estado adotasse o modelo de segurança mais adequado a sua realidade.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) foi instituída pelo Decreto nº. 2.315, de 4 de setembro de 1997 (Brasil,1997), sucedendo a extinta Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG). A SENASP tem a missão de formular políticas, diretrizes e ações para a segurança pública no Brasil. No site do Ministério da Justiça e Segurança Pública temos as obrigações da SENASP, incluem os seguintes objetivos:

> - Promover a integração e coordenação entre diferentes esferas governamentais e agências de segurança para enfrentar desafios relacionados à segurança pública, como a prevenção de crimes, combate à violência e capacitação de profissionais da área.
> - Integrar os entes federativos e os órgãos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e promover a gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), (Brasil, 1997).

Neste sentido, compreende-se que a criação da SENASP foi um passo crucial para a unificação das políticas de segurança pública no Brasil, permitindo uma coordenação mais eficaz e uma implementação mais uniforme das diretrizes nacionais.

Em 2000, as Bases Curriculares Nacionais (BCNs) foram introduzidas com o propósito de estabelecer um padrão mínimo de formação para todos os profissionais de segurança pública no Brasil. Essas bases curriculares foram desenhadas para incluir tanto a formação técnica quanto a educação em direitos humanos, ética e cidadania, refletindo uma abordagem holística da segurança pública. “As Bases Curriculares Nacionais representaram um avanço significativo

na formação dos profissionais de segurança pública, integrando conhecimentos técnicos com uma forte ênfase em direitos humanos e cidadania" (Silva, 2015, p. 115). A incorporação de temas relacionados aos direitos humanos nas BCNs foi uma das mais importantes mudanças no processo educacional dos profissionais de segurança pública. Essa inclusão visa preparar os agentes para atuar com respeito à dignidade humana e aos princípios democráticos, indo além da capacitação técnica.

A formação conjunta dos diferentes órgãos de segurança pública tem sido um fator crucial para a integração e a cooperação entre as instituições. Oliveira (2014) argumenta que essa abordagem não só aprimora as habilidades técnicas dos agentes, mas também fortalece a coesão e a colaboração entre as forças de segurança, facilitando uma resposta mais coordenada aos desafios contemporâneos de segurança. "A formação conjunta dos diferentes órgãos de segurança pública promove uma maior integração e colaboração entre as instituições, resultando em uma resposta mais eficaz aos desafios de segurança" (Oliveira, 2014, p. 68).

Os avanços no processo educacional dos profissionais de segurança pública, impulsionados pela criação da SENASP e pela implementação das BCNs e a Matriz Curricular Nacional (MCN) que refletem uma evolução significativa na concepção e prática da segurança pública no Brasil. A padronização da formação, o foco em direitos humanos e a integração das forças de segurança são elementos que contribuem para uma atuação mais qualificada e alinhada aos princípios democráticos e de cidadania. Esperava-se também que esse movimento alcançasse as salas de aula, transformando a prática pedagógica e contribuindo para a excelência na formação destes profissionais.

4 A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE EVOLUÇÃO EDUCACIONAL NO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA APÓS A CRIAÇÃO DO IESP

O Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP) foi criado pela Lei nº. 6.257, de 17 de novembro de 1999, para promover a formação e a qualificação de recursos humanos na proteção dos cidadãos, com as seguintes funções básicas:

> 1. Ministrar ensino e instrução com base na produção de conhecimento, visando a formação de profissionais habilitados em segurança pública e prevenção de riscos coletivos;
> 2. Produzir conhecimento específico para a segurança pública, proteção do cidadão e prevenção de riscos;
> 3. Criar condições para sua integração com a sociedade;
> 4. Prestar serviços à comunidade;
> 5. Assegurar o pluralismo das ideias com liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar conhecimento;
> 6. Contribuir para o desenvolvimento de políticas de capacitação e atualização de recursos humanos (Pará,1999).

O IESP possui autonomia didática, científica e disciplinar, sob a manutenção da Secretaria Executiva de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP). Oliveira Neto (2004) destaca que a integração das ações de segurança no Pará reflete a aplicação de teorias de governança colaborativa e gestão por resultados, enfatizando a importância da cooperação interinstitucional e a eficácia administrativa.

A mencionada Lei de criação estabelece que o Instituto é uma unidade de ensino com gestão própria e autonomia, visando reformar a dinâmica de ensino dos profissionais de segurança pública, respeitando os princípios e valores característicos de cada instituição, garantindo a formação de profissionais qualificados, realização de pesquisas na área da segurança pública, proteção do cidadão e prevenção de riscos.

O IESP é dirigido por um Conselho Superior, que inclui dirigentes do próprio Instituto e representantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros Militar e de outros órgãos do SISP, o qual é responsável por coordenar as atividades do Instituto e assegurar a qualidade do ensino e da pesquisa. A SEGUP é responsável pela alocação dos recursos materiais, financeiros e humanos necessários ao funcionamento do IESP, que faz a gestão dos recursos humanos e bens patrimoniais. Por sua vez, as despesas correntes e de capital são administradas em conjunto com a área gerencial da mantenedora. Além disso, o Instituto pode também realizar convênios com terceiros para o desenvolvimento de suas atividades. A legislação que regulamenta o IESP estabelece bases sólidas para sua operação, garantindo autonomia e uma estrutura organizacional robusta.

As ações de formação no IESP devem ser integradas, respeitando as particularidades de cada instituição que compõe o Sistema de Segurança Pública do Pará. A formação técnica e científica é vista como essencial para a qualificação dos profissionais, em conformidade com a legislação educacional vigente no Brasil. A criação do IESP representa um marco na reformulação do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, oferecendo uma formação qualificada e integrada para os profissionais da área. A experiência do Pará com a formação do IESP serve como modelo para outras regiões, demonstrando a importância da integração e da qualificação contínua dos profissionais de segurança pública.

5 O IESP E OS DESAFIOS SOCIAIS

Os desafios de mudanças no Sistema de Segurança Pública e Defesa Social no final dos anos 90 estão fortemente ligados a múltiplos problemas sociais, econômicos e políticos. É inegável que os profissionais da área de Segurança e Defesa Social necessitam de uma formação adequada para enfrentar esses desafios, especialmente considerando o aumento exponencial da violência social e a urgência das discussões em torno dos direitos humanos, da ética e das relações interpessoais, políticas, administrativas e operacionais na área da segurança pública. Surge, então, a necessidade de uma educação de qualificação integrada, que contemple diversas vertentes de atuação da segurança pública (Oliveira, 2005).

A criação do IESP marcou um momento significativo na história da segurança pública no Pará. Foi um projeto inovador que teve como desafio integrar as forças de segurança pública no campo formativo, uma iniciativa pioneira no Brasil. Suas atividades foram iniciadas em 15 de setembro de 1999, sob a gestão do Secretário de Segurança Pública Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara, no governo de Almir Gabriel. No entanto, a regulamentação do Instituto ocorreu a partir da aprovação da Lei nº. 6.257, de 17 de novembro de 1999, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 29.091 em 19 de novembro de 1999 (Pará, 1999).

O IESP contribuiu para a elaboração de um projeto político-pedagógico voltado para a vivência democrática e o desenvolvimento de processos de aprendizado integrado e ações voltadas para a formação integrada, por meio de discussões de seus colegiados, tais como câmara de ensino e pesquisa e as decisões para a aprovação dos projetos pedagógicos e decisões referentes ao processo ensino-aprendizagem que são tomadas pelo Conselho Superior de Ensino (CONSUP).

Desse modo, acredita-se que o IESP faz o exercício da gestão democrática, vista como uma oportunidade para melhorar a qualidade pedagógica nas instituições que integram o Sistema de Segurança Pública. Isso inclui a construção de um currículo que reflita a realidade local e uma maior integração entre todos os agentes envolvidos nas escolas, como comandantes, professores, estudantes, coordenadores, técnicos administrativos, vigias e auxiliares

de serviço. Além disso, enfatiza-se “a importância do apoio ativo da comunidade, que deve participar do desenvolvimento do trabalho escolar” (Dourado, 2006, p. 79).

Outro ponto importante na legislação do IESP é o pluralismo de ideias, que abre espaço para múltiplas visões da realidade e interpretações oriundas de intercâmbios científicos com outras organizações de ensino e centros de pesquisa na área de segurança pública, onde os formandos tanto da formação inicial, quanto da formação continuada, refletem sobre os problemas que afetam o Sistema de Segurança nas diversas instituições e apresentam soluções que são tidas como ações para políticas públicas pelos gestores das instituições.

Ressalta-se também que é fundamental neste processo de evolução e desafios do IESP, o fato de ter sido reconhecido como uma Instituição de Ensino Superior na área de Segurança Pública iniciado em 2001, sob a gestão do Coronel Carlos Henrique Xavier Brandão, diretor do Instituto. Naquele ano, foi solicitada a equivalência dos Cursos de Formação de Oficiais ministrados no IESP aos cursos de ensino superior no sistema civil. Por meio da referida solicitação de equivalência, endereçada ao Conselho Estadual de Educação (CEE/PA), foi originado o Processo nº. 470/2001, que culminou com a Resolução nº. 147 de 7 de março de 2002, concedendo integralmente o pedido, nos seguintes termos: “declara a equivalência de estudos realizados nos Cursos de Formação de Oficiais, ministrados no Instituto de Ensino de Segurança do Pará, aos de graduação superior realizados no sistema civil” (Pará, 2002).

Embora o processo de equivalência tenha sido favorável ao IESP, as recomendações do CEE/PA não foram implementadas imediatamente e os diplomas emitidos ainda precisavam ser registrados por uma universidade, assim, conforme a orientação do Conselho Estudal, a mais indicada foi a Universidade do Estado do Pará (UEPA), por ser uma instituição da esfera Estadual.

No período de 2002 a 2005, os diplomas foram emitidos com equivalência aos cursos de graduação, mas não eram registrados pela UEPA. Em 2005, quando o Delegado de Polícia Civil Vicente de Paulo da Conceição Costa assumiu a direção do IESP, o processo de equivalência foi retomado e os diplomas dos Cursos de Formação de Oficiais (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) emitidos pelo IESP passaram a conter a declaração de equivalência aos cursos de graduação civil e o registro da UEPA, com vistas a atender ao disposto no art. 48 da lei 9.394/96, conferindo-lhes validade nacional (Brasil, 1996). No ano de 2009, o CEE/PA, por meio de audiência pública, aprovou a Resolução n°. 482, de 10 de dezembro de 2009 que incluiu o Parágrafo Único no art. 7°, mencionando que:

> Poderão ser credenciadas como Instituições de Ensino Superior entidades que desenvolvam atividades de ensino militar e segurança pública que sejam amparadas por legislação específica, de conformidade com o disposto na Lei nº. 9.394/1996, caso sejam atendidos os requisitos legais de enquadramento dessas Instituições no Sistema Estadual de Ensino (Pará, 2009, p. 4).

O processo de credenciamento de uma Instituição de Ensino Superior (IES) no Brasil é um procedimento complexo que envolve diversas etapas e exigências, conforme estipulado pela legislação e pelas normas do Ministério da Educação (MEC). Dentre as principais exigências está a realização de nova avaliação. Visando dar cumprimento à demanda, foi instituída uma Comissão Avaliadora, por meio da Portaria nº. 369/2014-GAB/CEE (Pará, 2014a) a qual foi composta por membros e avaliadores internos e externos (outros Estados da Federação), com vistas ao credenciamento institucional e à autorização e funcionamento dos cursos.

A avaliação ocorreu no âmbito das instalações do IESP nos dias 7, 8 e 9 de dezembro de 2014. Em 18 de dezembro, por meio da Resolução nº. 742/2014, o CEE/PA deferiu o credenciamento do IESP como IES, após análise da comissão avaliadora que, em seu relatório determinou o saneamento das seguintes fragilidades:

- Acervo bibliográfico: aquisição dos títulos necessários à complementação do acervo bibliográfico dos cursos pretendidos;
- Projeto de atualização do acervo bibliográfico;
- Adequação da autoavaliação aos preceitos da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004;
- Atualização de sua missão dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Perfil do corpo docente: o corpo docente com a titulação mínima com pós-graduação s*trict sensu*;
- Organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos alunos;
- Necessidade de oferecer a disciplina de Libras nos cursos de formação;
- Titulação e formação do coordenador do curso: foi detectado que os coordenadores de curso não possuem titulação mínima de mestre;
- Regime de trabalho do corpo docente;
- Implementação da Comissão Permanente de Avaliação (CPA);
- Adequação de infraestrutura do IESP: promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato diferenciado as pessoas com deficiência;
- Os atos autorizativos concedidos têm validade de 3 (três) anos, estando sua renovação de credenciamento condicionada ao cumprimento das recomendações da comissão avaliadora (IESP, 2014b).

De acordo com a legislação brasileira, a instituição deve possuir uma estrutura física adequada, composta por salas de aula, laboratórios, bibliotecas e outras instalações essenciais para a realização dos cursos (Brasil, 2018b). A infraestrutura deve atender aos padrões mínimos estabelecidos para garantir um ambiente de aprendizagem eficaz.

A qualificação do corpo docente é um dos principais critérios para o credenciamento. Segundo Pereira e Júnior (2017), é necessário que os professores tenham titulação compatível com os cursos oferecidos e o quadro de docentes esteja adequado em número e forma-ção para atender as demandas acadêmicas da instituição que de acordo com o Art. 65. da Lei nº. 9.394/1996, os cursos de graduação serão oferecidos por instituições de ensino superior que atendam às seguintes condições: Existência de um corpo docente seja formado por mestres ou doutores, em um terço, no mínimo, das vagas previstas para o curso" (Brasil, 1996).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento essencial que deve ser apresentado pela IES, conforme os requisitos do MEC, que também deve detalhar as propostas educacionais, os projetos pedagógicos, as políticas de gestão e as metas da instituição (Santos, 2019). A regularização da documentação jurídica e fiscal é indispensável para o credenciamento. Também é fundamental que a instituição ofereça condições adequadas para a gestão acadêmica e administrativa, o que inclui sistemas eficientes para matrícula, controle de frequência e serviços de apoio ao aluno (Almeida, 2018).

A IES deve possuir um sistema para a avaliação contínua dos cursos e da própria instituição. Este sistema deve incluir mecanismos para monitorar e melhorar a qualidade acadêmica e administrativa (Oliveira, 2019). O processo de credenciamento é supervisionado por órgãos reguladores como o MEC, que realiza avaliações e inspeções para garantir que a IES cumpre todas as exigências estabelecidas (MEC, 2023).

Dentro deste aspecto, o IESP trabalha junto com as unidades acadêmicas para sanar as fragilidades detectadas no processo de avaliação do credenciamento qualificando o seu corpo docente sobre os níveis de ensino de docentes credenciados no banco de dados do NID/IESP, cadastrados no período de 2018 a abril/2024.

A Tabela 01 demonstra que desde o ano de 2018 até o mês de abril de 2024, existem 2.606 profissionais credenciados no NID/IESP como docentes aptos a ministrar aulas nos cursos ofertados pelos órgãos do SISP, nos seguintes níveis de ensino: 356 profissionais com ensino médio; 685 com a graduação em nível superior; 1.260 com especialização *lato sensu*;

239 mestres; 63 doutores e três pós-doutores. Em 2022, foram credenciados 979 docentes, uma quantidade elevada quando considerada a média de credenciados nos anos anteriores. Isso ocorreu porque nesse período diversos cursos foram ofertados pelos órgãos de segurança pública. Segundo Paro (2009), a formação inicial e continuada dos professores e a sua influência na prática pedagógica e na qualidade do ensino, ressaltam a importância de qualificações avançadas.

Tabela 01: Docentes credenciados por nível de ensino, de 2018 a abril de 2024.

Titulação	ANOS							TOTAL
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
Ensino Médio	22	34	19	17	173	73	18	356
Graduado(a)	41	89	52	66	291	98	48	685
Especialista	71	162	93	188	449	175	122	1.260
Mestre(a)	36	45	35	24	56	31	12	239
Doutor(a)	10	17	10	6	9	7	4	63
Pós-doutor(a)	1	0	0	1	1	0	0	3
TOTAL	**181**	**347**	**209**	**302**	**979**	**384**	**204**	**2.606**

Fonte: NID/IESP, abril/2024.

Outro detalhe importante a ser destacado é que o nível de escolaridade “especialista” figura como a titulação predominante em todos os anos compreendidos entre 2018 a abril de 2024, totalizando 1.260 docentes credenciados. Acredita-se que isso ocorre devido à dedicação pessoal dos profissionais em buscar a qualificação, somada à exigência das disciplinas ofertadas, que requerem que todos os docentes possuam, no mínimo, uma pós-graduação em nível *lato sensu*, para ministrar a aulas na graduação.

Tardif (2002), discute a importância da formação e experiência dos professores para a melhoria da qualidade do ensino. Em sua obra, ele destaca que a formação contínua e a especialização dos docentes são essenciais para a prática pedagógica efetiva. Segundo Santos (2019, p. 45), “a qualidade de ensino é um fator crucial para o processo de credenciamento de uma IES, pois reflete diretamente na formação dos estudantes e na reputação da instituição”.

Neste aspecto, o credenciamento do IESP junto ao CEE/PA foi renovado em 2018, por meio da Resolução nº. 610, de 27 de dezembro de 2018 (Pará, 2018a), que concedeu o recredenciamento institucional e o reconhecimento dos cursos de Bacharelado em Ciências da Defesa Social e Cidadania e em Gestão de Riscos Coletivos. Além disso, por meio da Resolução nº. 611/ 2018-CEE, de 27 de setembro de 2018 (Pará, 2018b), foi autorizada a oferta do Curso de Tecnologia em Segurança Pública na modalidade Ensino a Distância (EAD) e o credenciamento do IESP para o mérito de educação à distância.

Em 2023, com a edição da Resolução nº. 667/2023-CEE, publicada no DOE nº. 35.656 em 22 de dezembro de 2023 (Pará, 2023), concedeu novamente a renovação dos atos de credenciamento institucional do IESP como IES, bem como reconheceu os cursos de Bacharelado e Tecnólogo. Ressalte-se que o Instituto obteve nota máxima (cinco) na avaliação do CEE/PA.

O IESP possui autonomia didática, científica e disciplinar, com a missão de “produzir conhecimento para a formulação de políticas públicas de segurança e defesa social” (IESP, 2014b). Sua estrutura inclui diversas unidades acadêmicas e coordenadorias, mantidas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Neste sentido, para consolidá-lo como uma

instituição de referência no ensino, pesquisa e extensão no campo da segurança pública, é necessário alcançar a autonomia financeira, qualificar os docentes com técnicas voltadas para a prática de sala de aula, além de desenvolver pesquisas na área de segurança pública. A preservação e valorização do acervo bibliográfico são essenciais para a manutenção do patrimônio cultural e educacional da instituição, conforme destacado por Mattos (2018).

Apesar dos avanços na formação, o IESP ainda precisa desenvolver aspectos importantes para ser reconhecido plenamente no âmbito do ensino, pesquisa e extensão em segurança pública. Isso inclui adquirir autonomia financeira, qualificar tanto docentes militares quanto civis com técnicas pedagógicas eficazes e atrair profissionais de diversas áreas do conhecimento para fomentar pesquisas na área de segurança pública no Pará. Nesses 24 anos, houve um reconhecimento inicial da importância da formação na segurança pública, mas percebe-se que, em muitos casos, faltou continuidade nas ações governamentais para aprofundar essa formação em instituições. O IESP, com seus desafios, precisa ter uma autonomia financeira, integrando melhor as ações de seus diversos setores para alcançar esse objetivo.

6 A CONSTRUÇÃO DAS BASES CURRICULARES DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARÁ

A valorização do profissional de Segurança Pública no Brasil ganhou destaque a partir da primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) e da consolidação do movimento de direitos humanos no país. Esse avanço foi impulsionado pelos Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH), baseados nas diretrizes da Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993). A proposta era que os países implementassem projetos para promover e proteger os direitos humanos, integrando essas questões nas atividades policiais.

Em setembro de 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) anunciou a implementação das propostas discutidas em Viena, focando na inserção dos direitos humanos no processo policial, especialmente na preservação da vida. O governo procurou executar seu programa em três frentes principais: direitos humanos, controle do crime organizado e fortalecimento da Polícia Federal. O programa visava enfrentar o aumento da criminalidade, o descrédito nas instituições públicas, o tráfico de drogas e a impunidade, além da violação sistemática dos direitos humanos (Adorno, 2000).

A gestão de FHC enfrentou desafios estruturais significativos, como a insuficiência do policiamento ostensivo, a falta de preparação dos recursos humanos e a obsolescência dos métodos de investigação. Diante desses problemas, o governo estabeleceu quatro linhas de ação: Estreitar a cooperação com os estados e municípios na defesa da Segurança Pública; Promover uma justiça mais rápida e acessível; Implementar e aperfeiçoar o sistema penitenciário e Fortalecer os órgãos federais de segurança e fiscalização. Para dar efetividade a essas ações foi criada a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) em 1997, vinculada ao Ministério da Justiça (Adorno, 2000).

O aumento da criminalidade nas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, gerou repercussão nacional e internacional. Em resposta, o governo criou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) em 1996, aprimorado em 2000. Este programa buscava romper com o paradigma da segurança pública tradicional, que negligenciava os direitos dos indivíduos que cometiam delitos. Adorno (2000) destaca que as propostas do governo FHC foram significativas ao tentar romper com as resistências culturais e institucionais, principalmente dentro das polícias. Durante a ditadura militar, a repressão e a violação dos direitos humanos eram comuns, o que gerou uma resistência ao novo enfoque dos direitos humanos.

As mudanças legislativas promovidas pelo governo incluíram a sanção de várias leis que tipificavam crimes, regulamentavam procedimentos e criavam novos órgãos de proteção aos direitos humanos (Adorno, 2000). O governo FHC criou a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG) em 1997, que foi transformada em SENASP em 1998. A SENASP teve o papel de definir e implementar a Política Nacional de Segurança Pública (PNSP), promovendo a qualificação e a integração das ações policiais (Freire, 2009).

Carvalho e Silva (2011) destacam a importância dessa estrutura para modernizar e articular as políticas de segurança pública. Durante o segundo governo FHC (1999-2002), foram criados o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), pretendendo financiar políticas públicas de segurança. No entanto, Soares (2007) critica a ausência de diretrizes claras, que resultou em financiamentos voltados para ações repressivas e militarizadas.

O ponto de inflexão na formação dos policiais ocorreu com a elaboração das “Bases Curriculares para Formação dos Profissionais de Segurança do Cidadão” pelo Ministério da Justiça e a SENASP (Brasil, 2000). Este documento marcou o início de uma nova abordagem na educação policial, buscando uma formação mais humana e ética, com base em princípios de cidadania e direitos humanos (Perrenoud, 2002).Nesse viés, a criação e implementação das políticas e diretrizes estabelecidas pelo PNDH e pela SENASP tiveram um impacto significativo na formação de profissionais de segurança pública em todo o Brasil, incluindo o Estado do Pará. As BCNs propostas ofereceram um novo enfoque na formação, promovendo uma educação mais holística e integrada, com ênfase em princípios éticos e direitos humanos.

Para o Estado do Pará, isso significou uma oportunidade de alinhar suas práticas de formação com as diretrizes nacionais, buscando uma integração mais efetiva das ações de segurança pública com as necessidades locais. E a introdução de uma matriz curricular que enfatizava as dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais ajudou a moldar uma nova geração de profissionais de segurança no Pará, com uma formação que valoriza o respeito aos direitos dos cidadãos e uma abordagem mais humana e ética na atuação policial.

A principal característica da Matriz Curricular Nacional (MCN) foi servir como um referencial teórico-metodológico para orientar as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, incluindo Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino. Seus eixos e áreas temáticas direcionam, atualmente, diversos programas e projetos executados pela SENASP.

Entre 2005 e 2007, a SENASP, em colaboração com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, promoveu seis seminários regionais, intitulados: Matriz Curricular em Movimento (MCM), destinados a técnicos e docentes das academias e centros de formação. Esses seminários, fundamentados nos três documentos mencionados, permitiram a apresentação dos fundamentos didáticos metodológicos da MCN, discussão sobre as disciplinas da Malha Curricular e a transversalidade dos Direitos Humanos, além de reflexões sobre a prática pedagógica e o papel intencional do planejamento e execução das ações formativas.

Os resultados obtidos nos seminários, juntamente com a crescente demanda por suporte à implementação da MCN nos estados, motivaram a equipe a lançar uma versão atualizada e ampliada desta, reunindo em um único documento as orientações que servem de referência para as ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública. Este documento visa ser uma ferramenta eficaz de gestão educacional e pedagógica, oferecendo ideias e sugestões para estimular o raciocínio estratégico, político, didático e educacional necessários à reflexão e ao desenvolvimento das ações formativas na área de Segurança Pública.

Para entender a MCN, é essencial conhecer a definição e a sua estrutura. De acordo Oliveira (2005) a Matriz é um referencial teórico-metodológico que visa orientar a formação de profissionais de segurança pública. Ela também está estruturada em princípios, objetivos, dinâmica curricular, orientações metodológicas, malha curricular e ementas das disciplinas, bem como inclui quatro eixos articuladores e oito áreas temáticas, que definem conteúdos indispensáveis à formação dos profissionais de segurança pública.

Sendo assim, a implementação das diretrizes da MCN tem implicações diretas para o Estado do Pará. A adaptação dos conteúdos e princípios às realidades locais contribui para a formação de profissionais de segurança pública mais bem preparados para enfrentar as especificidades regionais e promover a segurança de forma eficaz e respeitosa aos direitos humanos. A MCN é um componente crucial no avanço da formação de profissionais de segurança pública no Brasil. Ela visa: 1) Padronização da Formação: garante que todos os profissionais recebam uma formação mínima uniforme, independentemente da instituição onde se formem; 2) Promove um padrão de qualidade e uma base comum de conhecimentos e habilidades. Foco em Direitos Humanos: inclui a promoção e a proteção dos direitos humanos como um pilar central, refletindo a necessidade de uma abordagem mais ética e respeitosa no exercício da segurança pública; 3) Integração das Forças de Segurança: facilita a cooperação e a coordenação entre diferentes corporações e órgãos de segurança, promovendo uma atuação mais coesa e eficiente no enfrentamento da criminalidade**.** Deste modo, os avanços têm contribuído para uma atuação mais qualificada dos profissionais de segurança pública, alinhada com os princípios democráticos e de cidadania, e têm sido fundamentais na construção de uma abordagem mais moderna e eficaz para a segurança no país.

No Estado do Pará, a implementação das diretrizes propostas pelas BCNs levou a diversas iniciativas para modernizar e qualificar a formação dos profissionais de segurança pública. A integração das diretrizes nacionais nas instituições de ensino e treinamento, como o IESP, foi um passo importante para garantir que os currículos locais estivessem alinhados com os padrões e objetivos nacionais. Essas iniciativas incluíram a atualização dos conteúdos curriculares e a adoção de metodologias pedagógicas mais modernas e eficazes, que passaram a refletir os princípios dos direitos humanos e a necessidade de uma abordagem mais preventiva e colaborativa na segurança pública. O IESP, por exemplo, implementou novos programas de treinamento que enfatizam a importância da formação ética e do respeito aos direitos fundamentais, buscando preparar melhor os profissionais para enfrentar os desafios específicos da segurança no Pará.

No entanto, apesar dos avanços, o processo de implementação das novas diretrizes e a adoção das BCNs enfrentaram desafios significativos no Pará, assim como em outras regiões. A resistência à mudança dentro das instituições de segurança e a necessidade de adaptar as diretrizes nacionais às realidades locais foram obstáculos importantes. A integração dos princípios dos direitos humanos e a promoção de uma abordagem mais colaborativa na segurança pública exigiram um esforço contínuo de sensibilização e capacitação.

Ainda assim, as contribuições das políticas nacionais para a formação de profissionais de segurança pública no Estado do Pará foram substanciais. Elas ajudaram a promover uma visão mais moderna e integrada da segurança pública, contribuindo para uma maior profissionalização e um respeito mais profundo pelos direitos dos cidadãos. A continuidade do esforço, para alinhar as práticas locais com as diretrizes nacionais e para enfrentar os desafios persistentes, é crucial para garantir que as reformas na formação dos profissionais de segurança pública se traduzam em melhorias concretas na segurança e na justiça para a população paraense.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção e modernização da estrutura e da formação dos profissionais da segurança pública no Pará enfrentou inúmeros desafios desde sua proposta inicial a implantação nos anos 1990. Esses desafios incluíram barreiras institucionais, como a resistência dos órgãos de segurança, que viam suas ações como exclusivas e não compartilháveis. Além disso, havia a necessidade de incorporar uma formação que respeitasse os princípios do Estado Democrático de Direito e integrasse as bases dos direitos humanos e da pluralidade social.

Durante a fase de integração, os desafios foram acentuados pela herança de práticas policiais dos anos 1960 a 1980 que visavam isolar o profissional de segurança pública da sociedade. As barreiras à integração, especialmente entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, também foram significativas. Foi necessário quase uma década para consolidar uma aproximação, que envolveu a integração das bases operacionais, comunicação, formação e ensino. Não obstante, as resistências iniciais enfrentadas, a experiência do Pará serviu como um modelo nacional, particularmente na mudança dos pilares da formação policial.

A implantação do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP) também trouxe desafios significativos. A integração das academias militares no mesmo espaço e a construção de matrizes curriculares que respeitassem as particularidades de cada força foram processos complexos. A criação de um quadro de professores, com profissionais do sistema de segurança e da sociedade civil com qualificação mínima exigida pela legislação de ensino superior, alinhados com a Política Nacional de Segurança Pública, foi uma etapa crucial. Percebe-se que, embora exista uma diretriz curricular para todos os cursos, ela ainda é vista de forma superficial e é pouco conhecida pelos técnicos e professores das Unidades Acadêmicas no processo de formação.

Com quase três décadas de existência, o IESP ainda enfrenta desafios no processo de formação. No entanto, a cultura de integração está consolidada e as ações conjuntas fortaleceram essa proposta. O desenvolvimento do ensino, da formação e capacitação têm sido cruciais, criando um ambiente favorável para a expansão das atividades do IESP. Os desafios atuais incluem a construção de um quadro de professores permanentes e a criação de programas *stricto sensu* para a formação dos profissionais de segurança pública.

Neste sentido, os avanços no Sistema de Segurança Pública e nas instituições que o integram são notáveis. A qualificação dos docentes e a mudança no pensamento reflexivo dos discentes são aspectos fundamentais para o progresso contínuo, assim como a produção acadêmica e o investimento em pesquisa são essenciais para aprimorar o processo de formação, garantindo informações de qualidade e promovendo uma visão crítica e reflexiva no campo da segurança pública.

Para ilustrar a evolução do IESP e do Sistema de Segurança Pública no Pará (SISP), destaca-se algumas ações e mudanças significativas que contribuíram para essa evolução:

1. Integração Curricular e Operacional: a unificação das academias de formação da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e demais órgãos que integram o SISP, permitiu a criação de uma Base Curricular Comum, facilitando a cooperação entre as diferentes forças de segurança. Essa integração curricular ajudou a alinhar os princípios de direitos humanos e democracia com as práticas de segurança;

2. Formação e Capacitação Contínua: o IESP tem investido constantemente na capacitação dos profissionais de Segurança Pública, tanto no corpo docente quanto nos discentes. A qualificação dos professores, que agora inclui profissionais de diversas áreas do conhecimento e da sociedade civil, tem enriquecido o processo de ensino;

3. Desenvolvimento de Programas de Pós-Graduação com parceria com outras IES: a criação de programas de mestrado em áreas relacionadas à segurança pública e direitos humanos é um passo importante para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de novos conhecimentos. Isso permite uma abordagem mais acadêmica e reflexiva no tratamento das questões de segurança pública;

4. Promoção da Pesquisa e Produção Acadêmica: o incentivo à pesquisa e à produção acadêmica tem sido uma prioridade, visando fortalecer a base de conhecimento e proporcionar uma visão crítica e informada sobre as práticas de segurança pública. Isso inclui a publicação de artigos, participação em conferências e colaboração com outras instituições acadêmicas;

5. Adoção de Tecnologias e Metodologias Modernas: o IESP tem buscado incorporar tecnologias de ensino e metodologias modernas, como simulações e treinamentos baseados em cenários, para aprimorar a formação dos profissionais de segurança pública. Essas práticas ajudam a prepará-los para situações reais, promovendo uma atuação mais eficaz e ética;

6. Fortalecimento da Cultura de Direitos Humanos e Diversidade: um dos focos do IESP tem sido a promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos e à diversidade. Isso inclui a inserção de disciplinas que abordam essas temáticas de forma aprofundada, promovendo uma sensibilização e conscientização entre os profissionais de segurança pública;

7. Implementação do EaD representa um passo importante na modernização e acessibilidade da formação dos profissionais de segurança pública: expansão do acesso à formação. O EaD permite que um número maior de profissionais tenha acesso à formação continuada, independente de sua localização geográfica. Isso é particularmente importante para agentes de segurança que atuam em regiões remotas ou que possuem restrições de horário devido ao trabalho.

Essas ações e mudanças demonstram o compromisso do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP) e do Sistema de Segurança Pública do Pará (SISP) com a evolução e a melhoria contínua. Apesar dos desafios, o progresso alcançado até o momento é significativo e estabelece uma base sólida para futuras inovações e avanços.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Insegurança Versus Direitos Humanos: Entre a Lei e a Ordem. **Tempo Social. Revista Sociologia da USP**, v. 11, n. 2, p. 129-153, São Paulo, 2000.

ALMEIDA, Fernando José. **Gestão Acadêmica e Administrativa em Instituições de Ensino Superior**. São Paulo: Editora Universitária, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 2 ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº. 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).** Brasília, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº. 2.315, de 4 de setembro de 1997**. Cria a Secretaria Nacional de Segurança Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 18385-18387, Seção 1, 5 set. 1997.

BRASIL. **Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº. 13.675, de 11 de junho de 2018.** Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº. 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº. 12.681, 4 jul. 2012. Brasília: Diário oficial da União, 2018a.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº. 1, de 6 de abril de 2018.** Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o art. 39, § 3º, da Lei n°. 9.394/1996, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2018b.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão.** Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Manual de Credenciamento de Instituições de Ensino Superior**. Brasília: MEC, 2023.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Rev. Katálysis** [*online*]. v.14, n.1, p. 59-67, 2011. ISSN 1414-4980. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a07.pdf>. Acesso em: 6 out. 2024.

CRESWELL, John Ward. **Research Design:** Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

CELLARD, Alain. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lucien; LAPERREÌRE, André; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (Eds.). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, p. 295-308, 2008.

DOURADO, L F. **Gestão da Educação Escolar**, Brasília: Centro de Educação a Distância. 2006.

FREIRE, Moema Dutra Freire. Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Ano 3. 5ª ed., 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IESP, Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará. **Relatório de avaliação de credenciamento**. Pará, 2014a.

IESP, Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2024**. Pará, 2014b.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, Lorete (Org.). **Preservação de Patrimônio Cultural**. Porto Alegre: Museu da UFRGS, p. 58-75, 2018.

MEC, Ministério da Educação. **Manual de Credenciamento de Instituições de Ensino Superior.** Brasília: MEC, 2023.

OLIVEIRA NETO, Sandoval. **Insegurança Pública e Políticas de Segurança no Brasil**. Dissertação de Mestrado (em Sociologia). Departamento de Sociologia – UFRJ, 2004.

OLIVEIRA, Pedro Henrique. A formação conjunta dos diferentes órgãos de segurança Pública promove uma maior integração. **Boletim de Segurança Pública**, 2014.

OLIVEIRA, Ana Beatriz. **Avaliação e Qualidade no Ensino Superior**. Porto Alegre: Editora Acadêmica, 2019.

OLIVEIRA, João. Os desafios da segurança pública no Brasil. **Revista de Segurança Pública**, n. 12, p. 208-212, 2005.

PARÁ. **Lei nº. 6.257, de 17 de novembro de 1999.** Criação do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP). Diário Oficial do Estado do Pará, 19 nov. 1999.

PARÁ, **Resolução n°. 147, de 07 de março de 2002.** Conselho Estadual de Educação do Pará, 2002.

PARÁ, **Portaria n°. 369, de 24 de novembro de 2014.** Conselho Estadual de Educação do Pará, 2014.

PARÁ, **Resolução n°. 482, de 10 de dezembro de 2009.** Conselho Estadual de Educação do Pará; 2009.

PARÁ, **Resolução n°. 742, de 18 de dezembro de 2014.** Conselho Estadual de Educação do Pará, 2014.

PARÁ, **Resolução n°. 610, de 27 de dezembro de 2018.** Conselho Estadual de Educação do Pará, 2018a.

PARÁ, **Resolução n°. 611, de 27 de setembro de 2018.** Conselho Estadual de Educação do Pará, 2018b.

PARÁ, **Resolução n°. 667, de 14 de dezembro de 2023.** Conselho Estadual de Educação do Pará, 2023.

PARO, Vitor Henrique. **A formação dos professores e a qualidade da educação**. São Paulo: Loyola, 2009.

PEREIRA, Benôni Cavalcanti; JUNIOR, José Policarpo. A formação policial para além da técnica profissional: reflexões sobre uma formação humana. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. São Paulo, v. 6, n. 1, p. 74-88, Fev/Mar 2017.

PERRENOUD, Phillippe. **Dez competências para ensinar**: Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

SANTOS, Eduardo Ferreira. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** Estrutura e Requisitos. Belo Horizonte: Editora Educacional, 2019.

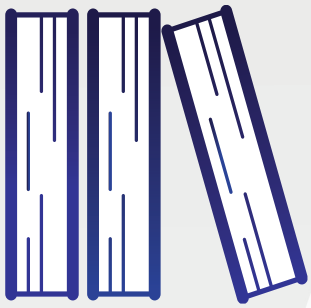
SILVA, Mariana Ferreira. As Bases Curriculares Nacionais. **Revista de Educação e Segurança**, v. 1, n. 1, 2015.

SOARES, Luiz Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública**: histórico, dilemas e perspectivas. Estudos Avançados. v.21, n. 61, p. 77-97, dez 2007.

TARDIF, Maurice. **Conhecimento docente e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Perfil dos docentes que atuam na formação dos agentes da segurança pública

Arinilson dos Santos Nascimento[1]
Aureliana de Brito Matoso[2]
Maria Adriana Freire Ribeiro[3]



[1] Sargento do Corpo de Bombeiro Militar do Pará; Especialista em Segurança Pública pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará (2014); Docente no IESP.

ary.azpha@gmail.com

ORCID: 0009-0009-8307-7639

[2] Sargento do Corpo de Bombeiro Militar do Pará; Especialista em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública pelo Instituto de Ensino de Segurança do Pará (2012); Docente no IESP.

aurelianaiesp@gmail.com

ORCID: 0009-0001-6122-7191

[3] Sargento do Corpo de Bombeiro Militar do Pará; Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Pará (2015); Docente no IESP.

E-mail: adriafrib@gmail.com

ORCID: 0009-0006-3773-8094

RESUMO

Os docentes da área de segurança pública são responsáveis por capacitar profissionais para atuarem na segurança e proteção da sociedade contra riscos coletivos, utilizando métodos científicos, abordagens de leis, regulamentos, técnicas e estratégias para a defesa social e cidadania. Este estudo visa apresentar o perfil dos docentes que atuam na formação dos agentes de segurança pública do Estado do Pará que estão credenciados no banco de dados do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP). A metodologia envolveu métodos qualitativos e quantitativos, analisando 2.916 docentes credenciados no Núcleo de Informação e Documentação do IESP, no período de março de 2018 a junho de 2024. Os resultados mostram que a maioria dos credenciados possui o nível de escolaridade “especialista” (1.392), mas também há um número expressivo de mestres e doutores. A maioria é da área de segurança pública, destacando-se policiais militares (1.372), bombeiros militares (446) e policiais civis (217). 54,88% dos policiais militares são especialistas. 57,92% dos docentes são domiciliados na região metropolitana de Belém, seguidos por Santarém (5,01%) e Marabá (4,46%). Docentes fora do Pará representam 1,54% do total, distribuídos em diversos estados brasileiros. As limitações deste estudo dizem respeito à comparação com outros estudos sobre o perfil dos docentes, devido à incipiência de publicações sobre educação em segurança pública.

Palavras-chave: Educação; Nível de Educação; Base de Dados.

ABSTRACT

Teachers in the area of public safety are responsible for training professionals to work in the security and protection of society against collective risks, using scientific methods, approaches to laws, regulations, techniques and strategies for social defense and citizenship. This study presents the profile of teachers who work in the training of public security agents in the State of Pará who are accredited in the database of the Pará Security Education Institute (IESP). The methodology involved qualitative and quantitative methods, analyzing 2,916 teachers accredited at the IESP Information and Documentation Center, from March 2018 to June, 2024. The results show that the majority of those accredited have a “specialist” level of education (1,392), but there is also a significant number of masters and doctors. The majority are from the public security area, with emphasis on military police officers (1,372), military firefighters (446) and civil police officers (217). 54.88% of mili-

tary police officers are specialists. 57.92% of teachers are domiciled in the metropolitan region of Belém, followed by Santarém (5.01%) and Marabá (4.46%). Teachers outside Pará represent 1.54% of the total, distributed across several Brazilian states. The limitations of this study concern the comparison with other studies on the profile of teachers, due to the incipience of publications on public safety education.

Keywords: Education; Level of Education; Database.

RESUMEN

Los instructores de seguridad pública son responsables de capacitar a profesionales para trabajar en la seguridad y protección de la sociedad contra riesgos colectivos, utilizando métodos científicos, enfoques legales, regulaciones, técnicas y estrategias para la defensa social y la ciudadanía. Este estudio tiene como objetivo presentar el perfil de los instructores que capacitan a los agentes de seguridad publica en el Estado de Pará, que están acreditados en la base de datos del Instituto de Enseñanza de Seguridad de Pará (IESP). La metodología incluyó métodos cualitativos y cuantitativos, analizando a 2.916 docentes acreditados en el Núcleo de Información y Documentación del IESP, en el período comprendido entre de marzo de 2018 a junio de 2024. Los resultados muestran que la mayoría de los acreditados tiene un nivel educativo de “especialista” (1.392), pero también hay un número significativo de maestros y doctores. La mayoría de los docentes acreditados pertenece al área de seguridad pública, destacándose los policías militares (1.372), bomberos militares (446) y policías civiles (217). El 54,88% de los policías militares son especialistas. El 57,92% de los docentes están domiciliados en la región metropolitana de Belém, seguida por Santarém (5,01%) y Marabá (4,46%). Los docentes fuera de Pará representan el 1,54% del total, distribuidos en varios estados brasileños. Las limitaciones de este estudio se refieren a la comparación con otros estudios sobre el perfil de los docentes, debido a la escasez de publicaciones sobre educación en seguridad pública.

Palabras Clave: Educación; Nivel Educativo; Base de Datos.

1 INTRODUÇÃO

Os docentes de segurança pública são os principais responsáveis pelo processo educativo sobre as leis e regulamentos, técnicas e estratégias de situações de ações de defesa civil, combate à violência, drogas, terrorismo e outros problemas de políticas de Estado. Esses professores devem ter habilidades e competências para convergir para as salas de aula situações cotidianas e desafios a serem enfrentadas pelos agentes de segurança.

O agente de segurança pública, ao ingressar nesta profissão, deve ser capacitado para atuar na proteção da sociedade, seguindo os princípios, competências profissionais, eixos articuladores e áreas temáticas da Matriz Curricular Nacional (MCN). As atividades formativas de ingresso incluem a qualificação dos recursos humanos para cargos iniciais nas instituições estaduais de segurança pública; as de aperfeiçoamento profissional visam promoções e qualificam para cargos de carreira; e as de atualização/capacitação permitem acompanhar e desenvolver o conhecimento, interagir com a cidadania e a sociedade, e manter a doutrina atualizada conforme a dinâmica social (SENASP, 2014).

O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, elaborado pelo Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), estabelece 13 metas principais, como a redução das mortes violentas, o combate à violência contra mulheres e a priorização dos profissionais de segurança pública. Sua execução é orientada

por 12 ações estratégicas, que incluem a gestão eficiente dos órgãos, o combate à corrupção e ao crime organizado, o atendimento a grupos vulneráveis e a melhoria da qualidade de vida dos agentes de segurança (Brasil, 2021a).

> A ação Estratégica 10 estabelece uma gestão focada no ensino e na pesquisa para aprimorar as atividades da segurança pública e defesa social, como se observa:
> Aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da melhoria da capacitação e da valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa em temas finalísticos e correlatos;
> a. Promover o ensino e a pesquisa no campo da segurança pública, da defesa social e de temas correlatos;
> b. Desenvolver ensino, pesquisa e outros eventos de aprendizagem destinados à qualificação em governança e gestão dos órgãos de segurança pública e defesa social;
> (...)
> d. Promover ações de capacitação padronizada, continuada e aperfeiçoada em segurança pública (Brasil, 2021a).

Essa abordagem evidencia um compromisso com a profissionalização e a qualificação contínua dos agentes de segurança pública. A ênfase no ensino e na pesquisa demonstram a busca por soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios enfrentados pelo setor. Nesse contexto, o Estado do Pará possui uma política de integração consolidada, seguindo as ações formativas da MCN, mantendo uma equipe composta por profissionais das diversas instituições que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (SIEDS). Dentro de suas ações, o banco de credenciamento de docentes do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP) é responsável por credenciar os profissionais do Sistema de Segurança Pública no Estado, que atuarão na segurança pública.

O IESP é a unidade de ensino que tem como finalidade promover a formação e a qualificação de recursos humanos destinados às atividades de proteção dos cidadãos quanto à segurança e aos riscos coletivos, por intermédio das atividades educacionais, pesquisa e extensão, através das suas coordenadorias de ensino superior, de ensino profissional e de ensino complementar, sendo instituído pela Lei Estadual nº. 6.257 (Pará, 1999). O Instituto faz parte da estrutura orgânica da SEGUP, sendo esta a sua mantenedora, conforme Lei nº. 7.584 (Pará, 2011).

Para Catuaba (2021), a qualificação profissional é um termo amplamente utilizado atualmente, aplicado em diversos setores da atividade humana e que na docência, essa habilidade deve atingir níveis tão altos ou até mais superiores que em outros setores, pois a educação forma, qualifica e capacita o trabalhador. Além da qualificação, segundo Carvalho (2018), é importante compreender o perfil dos professores que compõem o cenário das políticas educacionais, especialmente as políticas diretamente relacionadas aos docentes. Isso fornece informações relevantes para o monitoramento e avaliação dessas políticas, tanto para aferir a qualidade do ensino quanto para identificar eventuais ajustes necessários.

O banco de dados de docentes credenciados para atuar na formação profissional e complementar, dos agentes de segurança pública do Estado do Pará está localizado no Núcleo de Informação e Documentação (NID) do IESP. Nele há informações pessoais e profissionais dos professores, incluindo nome completo, CPF, endereço, telefone, e-mail, formação acadêmica, áreas de especialização, experiências profissionais, certificados de cursos e treinamentos e outras qualificações relevantes, estabelecidas na Portaria nº. 007/2018/IESP (2018), (IESP, 2018).

A finalidade é possibilitar que o docente, caso seja selecionado, preste serviço de natureza eventual, por pessoa física, sem vínculo empregatício, para ministrar aulas em cursos da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP) e do Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará (SIEDS). Nesse repositório estão incluídas categorias de

professores para disciplinas, de cursos de graduação e pós-graduação, cursos de formação profissional e complementar, além de monitores. O repositório também inclui as categorias Supervisor de Curso (modalidade presencial e à distância), Supervisor, Aplicador e Fiscal de Prova de Processo Seletivo e Aplicador de Prova de Curso.

Costa (2022) analisou o perfil dos docentes do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará (2019 a 2022), da Academia de Polícia Militar "Coronel Fontoura", que são credenciados como docentes no banco de dados do NID/IESP. A análise permitiu avaliar que a maioria dos docentes é formada na área de segurança pública, com destaque para a profissão de policial militar, e que as qualificações específicas na área do ensino são bem reduzidas, indicando uma lacuna na formação pedagógica dos instrutores.

Conhecer o perfil dos docentes que atuam na formação dos agentes de segurança pública é essencial para compreender as qualificações, experiências e competências desses profissionais. Esta análise permite identificar as melhores práticas pedagógicas, garantir a qualidade do ensino e adequar os programas de formação às necessidades reais da sociedade. Além disso, conhecer o perfil dos professores auxiliam na elaboração de políticas educacionais mais eficazes, contribuindo para a melhoria contínua do sistema de segurança pública e, consequentemente, para a proteção e bem-estar da população.

Para garantir a eficácia da formação dos agentes da segurança pública do Estado do Pará, oferecida pelo IESP, é fundamental que os docentes estejam qualificados e capacitados para instruir os profissionais agentes do SIEDS. Surge, então, a questão da pesquisa: Qual é o perfil dos docentes do IESP? A hipótese da pesquisa é que a maioria dos docentes é composta por profissionais de segurança pública, com capacitações continuadas na área de ensino e um número expressivo de mestres e doutores.

Nesse sentido, o objetivo é apresentar o perfil dos docentes que atuam na formação dos agentes de segurança pública que compõem o banco de dados de credenciamento do NID do IESP, destacando suas qualificações, experiências profissionais e áreas de especialização, a fim de compreender melhor a contribuição desses profissionais para a capacitação dos agentes e a melhoria das práticas de segurança pública.

2 METODOLOGIA

A pesquisa teve caráter descritivo documental com abordagem qualitativa e quantitativa para alcançar o objetivo do trabalho. A abordagem qualitativa busca explicar o porquê das coisas, expressando o que convém ser feito, mas não quantificam valores, já o método quantitativo trabalha índices, dados, indicadores, hipóteses, a fim de mensurar determinada análise, (Santos, Filho, Menezes, 2022). Desse modo, por meio de pesquisa documental, analisou-se diversos documentos como legislações específicas, matriz curricular, entre outros, além de pesquisa bibliográfica realizada em bases de dados como *Pubmed*, Google Acadêmico, *LILACS* e *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* para a construção do trabalho, utilizando artigos em língua portuguesa.

Para o método quantitativo foi utilizado o banco de dados de docentes credenciados no NID/IESP, que fica localizado no Município de Marituba, Estado do Pará. Para isso, foi realizada a classificação dos dados em categorias como qualificações, especializações e experiências, a fim de apresentar perfis detalhados dos docentes, interpretar os resultados e discutir suas implicações e utilizar gráficos e tabelas para visualização.

Analisou-se o perfil de 2.966 profissionais cadastrados no banco de dados do NID/IESP, todos credenciados em pelo menos uma disciplina que consta no rol de disciplinas da Portaria nº. 007/2018-IESP. Para alcance desse valor, foram excluídos 50 cadastros que estavam credencia-

dos apenas em monitoria e em outras categorias (Supervisor de curso; Supervisor, Aplicador e Fiscal de Prova de Processo Seletivo; Aplicador de Prova de Curso). Portanto, 2.916 cadastros foram utilizados para a interpretação dos dados por meio de estatística descritiva, apresentados em tabelas e figuras com o uso do *Microsoft Excel.*

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1 DOCENTES CREDENCIADOS NO NID/IESP

O IESP, por funcionar como um centro de produção do saber para a construção de políticas públicas voltadas à paz social e à segurança dos cidadãos, requer que os docentes sejam capacitados para disseminarem conhecimentos aos agentes de segurança pública que irão lidar diretamente com o público. Segundo Kirsh e Mizukami (2019), a docência requer conhecimentos específicos, diferenciados para o “objeto humano”, pois o trabalho docente não é o mesmo que o trabalho material, onde um homem transforma um objeto físico. A atividade do professor não é a execução de uma receita; ele precisa ter flexibilidade e condições de mobilizar diferentes saberes para distintas e inesperadas situações em sala de aula e fora dela, colocando em movimento o saber planejado e organizado, que pode sofrer ou não alterações.

Como o IESP não possui corpo efetivo de docente próprio, por não gerar vínculo empregatício, isso limita o Instituto quando se pretende realizar uma autoavaliação do trabalho da docência, assim como dificulta uma qualificação. Contudo, entende-se que os cursos ofertados pelo SIEDS são de natureza eventual, visando atender demandas estratégicas e de curta duração. E para suprir essa situação, o IESP cria cursos de capacitação em nível de pós-graduação e de formação complementar voltado para os agentes que desenvolvem atividades de ensino dentro do SIEDS, como por exemplo, o Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública, que tem como objetivo qualificar e especializar os profissionais que exercem atividades e práticas pedagógicas. Além disso, foram ofertados cursos de formação complementar de capacitação, como por exemplo, o Curso de Formação de Supervisores.

Em seu estudo, Carmo (2010) relatou sobre a formação de professores realizada por intermédio do Curso de Formação de Docentes em Segurança Pública, desenvolvida no IESP, nos anos de 2008 a 2009. Ele destacou que o curso contribuiu para a melhoria da prática pedagógica dos professores que trabalham na educação em Segurança Pública no Pará.

Barbosa e Santana (2022) afirmam que, para a qualidade na educação, é necessário pensar na formação dos profissionais que atuam nesta área importante. Relatam ainda que a formação continuada é uma demanda da própria profissão docente, sendo essencial estar em permanente formação para acompanhar as constantes transformações da sociedade e desenvolver um trabalho inovador junto aos alunos.

Com relação à seleção e remuneração dos docentes credenciados e selecionados para atuação em cursos, tem-se que a seleção fica a cargo da instituição que executará o curso, assim como a sua contratação para prestação do serviço de docente, conforme resolução nº 149/2015-CONSUP em seu Art. 4º:

As instituições que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social poderão, a critério de seus gestores, efetuar as ações de seleção, contratação e pagamento dos professores, instrutores e monitores para efetivação dos cursos constantes no planejamento acadêmico de sua instituição, obedecidos o disposto nesta resolução e na legislação vigente (CONSUP, 2015).

Já na remuneração, os valores de horas-aula são calculados de acordo com o nível de titulação do docente, de acordo com a Resolução nº. 484/2024-CONSUP, publicada no DOE nº. 35.699, de 31/01/2024, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Níveis de formação e valores de hora-aula.

Níveis	Médio/Técnico	Graduação	Especialista	Mestre	Doutor	Pós-doutor
Valor em R$	80,00	100,00	110,00	130,00	150,00	150,00

Fonte: Resolução nº 484/2024-CONSUP.

As diretrizes para a utilização do cadastro de docentes se dão pela Resolução nº. 149/2015-CONSUP e a contratação de serviços técnicos profissionais especializados se dão por inexigibilidade de licitação, conforme o art. 193, II da Lei Federal 14.133/2021(Brasil, 2021b), as Portarias nº. 007/2018-GAB/IESP, nº. 012/2019-GAB/IESP, e as Resoluções nº. 148/2015, nº. 149/2015, nº. 214/2017, nº. 311/2019, nº. 355/2020, todas oriundas do CONSUP.

3.2 PERFIL DOS DOCENTES DO NID/IESP

Dos 2.916 profissionais cadastrados no banco de dados do NID/IESP para atuar como docentes em cursos voltados para área da segurança pública, os principais dados analisados neste estudo incluem: número de docentes credenciados por ano, nível de ensino, profissão e cidade de residência.

Na Tabela 2, observamos o quantitativo geral de docentes credenciados no NID/IESP, descritos pelo nível de escolaridade e distribuídos conforme registros ocorridos entre os anos de 2018 e junho de 2024. Observa-se que o maior número de credenciamentos ocorreu no ano de 2022, totalizando 1.121, seguido por 2023, com 419. Além disso, a categoria “Especialista” apresenta o maior número de credenciados ao longo dos anos, total de 1.392, sendo que os valores mais expressivos ocorrem em 2022, com 507 docentes credenciados. A categoria de “Graduado” totaliza 779, sendo que 338 docentes se credenciaram em 2022.

Tabela 2: Quantidade de docentes por nível de escolaridade de 2018 a junho de 2024.

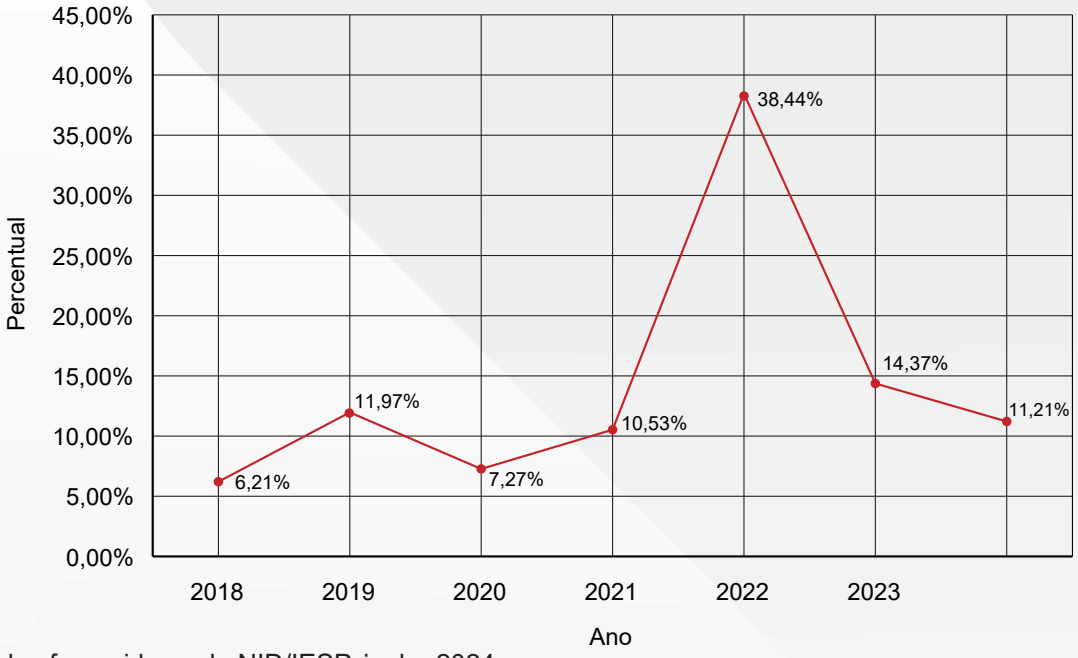
Titulação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Pós-doutorado	1	0	0	1	1	0	0	3
Doutorado	10	17	10	6	9	7	7	66
Mestrado	36	45	22	25	56	31	17	232
Especialista	72	164	93	190	507	180	186	1392
Graduado	40	88	52	68	338	109	84	779
Ensino médio	22	35	35	17	210	92	33	444
TOTAL	**181**	**349**	**212**	**307**	**1.121**	**419**	**327**	**2.916**

Fonte: Dados fornecidos pelo NID/IESP, junho 2024.

Na Figura 1, apresentamos o percentual de docentes credenciados entre os anos de 2018 e junho de 2024. Verifica-se um pico de credenciamentos em 2022, correspondendo a 38,44% do total que, provavelmente se devem aos numerosos cursos executados nesse ano, decorrentes de concursos públicos, como o Curso de Formação da Polícia Penal, os Cursos de Formação de Oficiais e de Praças da PMPA, os Cursos de Formação da Polícia Civil do Pará, incluindo a formação de delegados, investigadores, escrivães e papiloscopistas, dentre

outros cursos de capacitação e cursos profissionais que visam à ascensão profissional, como o Curso de Adaptação à Graduação de Sargentos (CGS/PMPA). Além disso, em 2022 houve a implementação do curso de graduação em Tecnólogo em Segurança Pública na modalidade de Educação à Distância, além da execução de outros cursos de pós-graduação no IESP. Com todos esses cursos, surgiu uma grande necessidade de atuação de docentes.

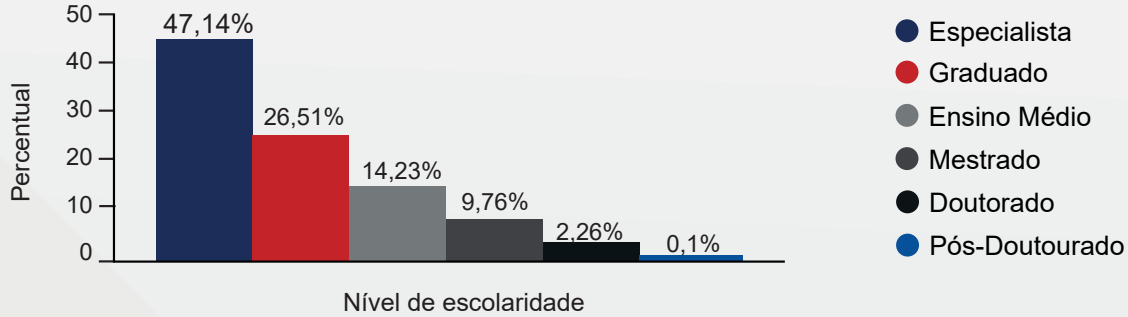
Figura 1: Percentual de docentes credenciados nos anos de 2018 a junho 2024.



Fonte: Dados fornecidos pelo NID/IESP, junho 2024.

Na Figura 2, observa-se que dos 2.916 docentes credenciados no período em estudo, 47,14% são especialistas. Acredita-se que isso se deve à busca pessoal dos docentes por qualificação, além do fato de que os cursos provenientes da Coordenadoria de Ensino Superior (CES) do IESP requerem que todos os docentes tenham, no mínimo, pós-graduação em nível *lato sensu*, além de comprovações específicas, como tempo mínimo de experiência na docência. Somando os percentuais de especialistas (47,14%), mestres (9,76%), doutores (2,26%) e pós-doutores (0,1%), obtém-se um total de 59,26% de docentes aptos a ministrar aulas para turmas de ensino superior.

Figura 2: Percentual de docentes por nível de escolaridade.



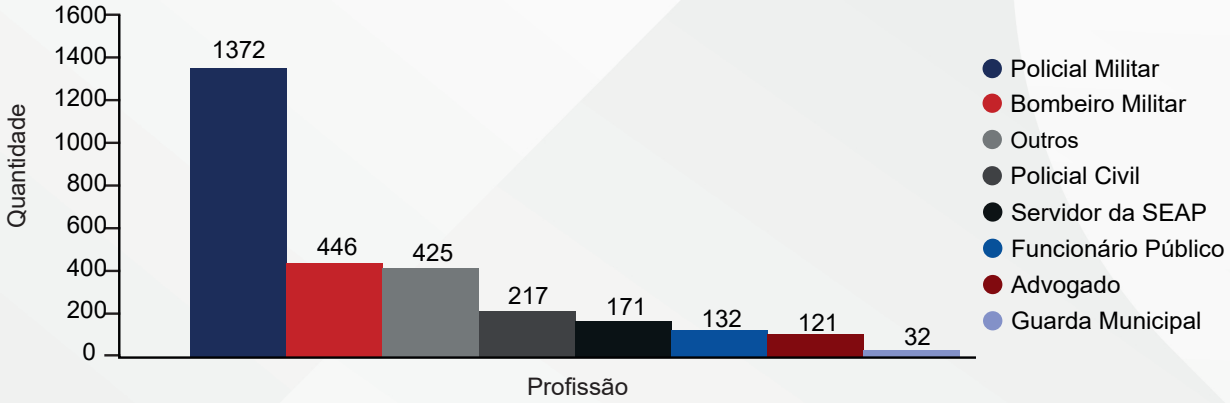
Fonte: Dados fornecidos pelo NID/IESP, junho 2024.

No estudo de Santos, Filho e Menezes (2022), os quais analisaram o perfil dos docentes do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, foi demonstrado que, entre os anos de 2012 e 2020, houve um aumento considerável no número de doutores e mestres, sendo que tiveram preferência por docentes que atuem e tenham experiência considerável na própria corporação.

Costa (2022), analisou o perfil dos docentes do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará (2019 a 2022), e relatou que houve uma diminuição significativa no número de docentes com títulos de mestrado e doutorado entre 2019 e 2022, ano em que a quantidade chegou a zero. Este decréscimo é preocupante, pois pode afetar a qualidade do ensino no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará, destacando a necessidade de incentivar a formação continuada dos professores.

Na Figura 3, temos a quantidade de docentes por profissão, onde se verifica que a maioria é profissional na área de segurança pública, com destaque para a profissão Policial Militar, com 1.372 credenciados, seguido de Bombeiro Militar, com 446 e da Policial Civil, com 217. A interação na sala de aula, de conhecimento científico-teórico com a realidade da profissão, suas adversidades e experiências, é fundamental para o aprendizado do aluno agente da segurança pública. Falcão (2021), em seu estudo, conclui que essa experiência é mais importante que a própria educação, quando se trata de aprendizado e construção da identidade policial.

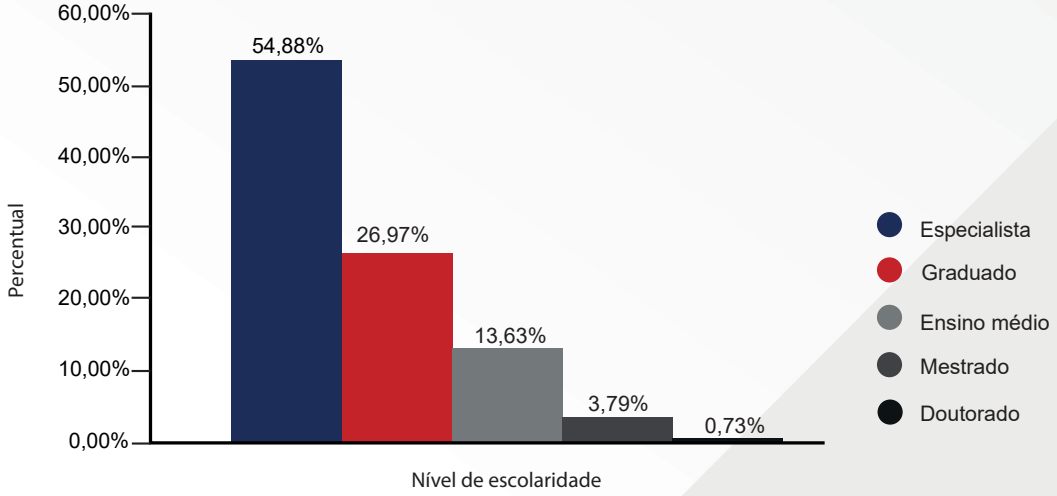
Figura 3: Quantidade de docentes por profissão.



Fonte: Dados fornecidos pelo NID/IESP, junho 2024.

Dos 1.372 policiais militares credenciados, se observa que a maioria possui formação de especialista, representando 54,88% do total. Isso indica uma forte tendência dos profissionais em busca de especialização em suas áreas de atuação, o que é positivo para a formação dos futuros profissionais de segurança pública. Em seguida, os graduados representam 26,97%. Por fim, aqueles com nível de ensino médio constituem 13,63% (figura 4).

Figura 4: Percentual de Policial Militar por nível de escolaridade.



Fonte: Dados fornecidos pelo NID/IESP, junho 2024.

A presença de mestres e doutores, embora menor, também é significativa. São 3,79% de mestres e 0,73% de doutores, mostrando que há um grupo dedicado à pesquisa e ao aprofundamento acadêmico, o que pode contribuir para a melhoria das práticas educacionais e operacionais no âmbito da segurança pública, isso corrobora com o estudo de Costa (2022).

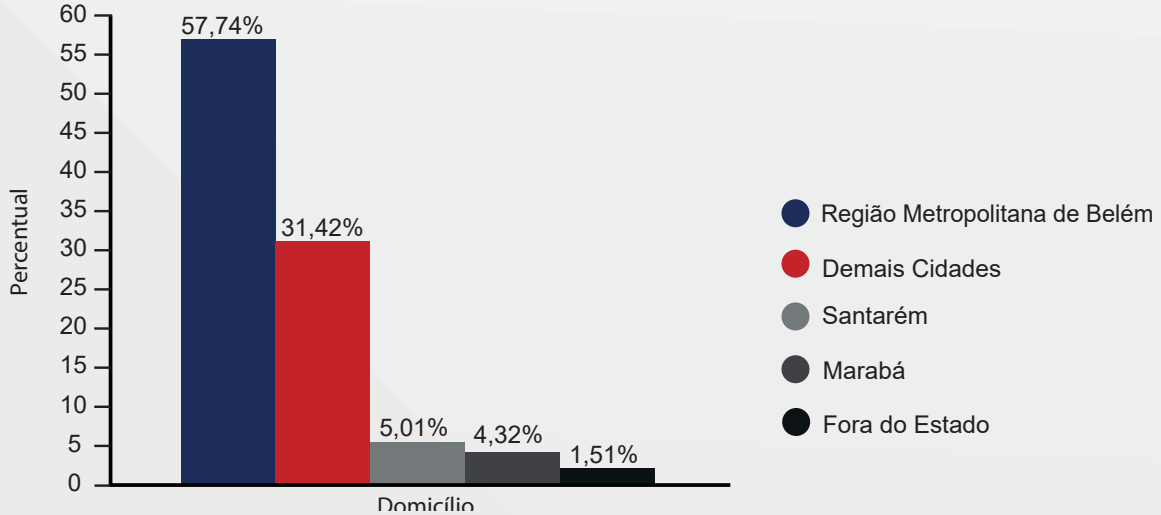
A diversidade de níveis de formação entre os docentes militares pode ser benéfica para a instituição, pois permite a troca de experiências entre profissionais com diferentes graus de conhecimento e prática. A presença de especialistas, mestres e doutores pode elevar o padrão educacional e proporcionar uma formação mais completa e atualizada para os alunos dos órgãos da segurança pública do Estado do Pará.

A discrepância no número de profissionais com ensino médio em comparação aos que possuem pós-graduação, no entanto, pode indicar a necessidade de políticas de incentivo à continuidade dos estudos entre os policiais militares. Investir em programas de incentivo para que mais policiais possam alcançar níveis elevados de formação acadêmica pode ser uma estratégia eficaz para melhorar a qualidade do corpo docente do IESP.

Uma observação relevante apontada é que muitos policiais militares, ao solicitarem o credenciamento como docentes no IESP, especificaram sua profissão como “servidor ou funcionário público”. Essa especificação causou algumas distorções nas análises, uma vez que os dados dependem do filtro que identifica explicitamente a profissão como policial militar. Esse detalhe sugere a necessidade de uma padronização mais rigorosa na coleta de dados, para garantir que as análises reflitam com precisão a realidade dos profissionais envolvidos.

Outro ponto analisado é o local de domicílio dos docentes, pois saber onde esses profissionais residem é uma informação tão importante quanto seu nível de qualificação, já que o ensino proposto para os agentes do SIEDS ocorre em todo o estado. Essa informação é essencial, pois a distribuição geográfica dos professores pode influenciar a eficácia e a logística das atividades formativas. A Figura 5 mostra a distribuição percentual dos docentes por local de residência, revelando que a maioria, 57,74%, vive na Região Metropolitana de Belém, composta por sete municípios (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara e Castanhal). Santarém e Marabá têm 5,01% e 4,32% dos docentes, respectivamente. As demais localidades, que não alcançaram um mínimo de 70 moradores ou 1,51% do total, foram agrupadas na categoria “Demais Cidades”, representando 31,42% dos credenciados. Isso destaca que a maior concentração de docentes está na Região Metropolitana de Belém, enquanto outras regiões possuem uma menor quantidade de profissionais, agrupadas na categoria “Demais Cidades”.

Figura 5: Percentual de docentes por local de domicílio.



Fonte: Dados fornecidos pelo NID/IESP, junho 2024.

Ainda há docentes credenciados que estão domiciliados fora do Estado do Pará, representando 1,51% do total, conforme a Figura 5. Estes docentes residem nos seguintes estados: Acre, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Santa Catarina.

A limitação de discussão desta pesquisa, para comparações dos resultados do perfil dos docentes, ocorre em virtude da incipiência de outros artigos publicados na área da educação em segurança pública. Isso corrobora com Sentone (2023), em seu estudo "Segurança Pública e Polícia Militar: uma revisão sistemática", concluiu que apesar das consideráveis publicações, há poucos estudos nas áreas da educação e tecnologia, precursoras do desenvolvimento da segurança pública.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, observou-se que o maior número de credenciamentos ocorreu em 2022, com 1.121 docentes, seguido por 2023, com 419. A categoria "Especialista" teve o maior número de credenciados ao longo dos anos, totalizando 1.392, com destaque para 2022, que registrou 507 docentes. A categoria "Graduado" teve um total de 779 credenciados, com 338 registrados em 2022. Somando os percentuais de especialistas (47,14%), mestres (9,76%), doutores (2,26%) e pós-doutores (0,1%), obtém-se um total de 59,26% de docentes qualificados para ministrar aulas no ensino superior no IESP.

A maioria dos docentes credenciados é da área de segurança pública, com destaque para policiais militares (1.372), seguidos por bombeiros militares (446) e policiais civis (217). Dos 1.372 policiais militares credenciados como docentes, a maioria (54,88%) possui formação de especialista, indicando uma forte tendência à busca de especialização. Graduados representam 26,97%, e aqueles com ensino médio, 13,63%. Mestres e doutores, embora em menor número, constituem 3,79% e 0,73%, respectivamente.

Em termos de domicílio, a maioria dos docentes (57,74%) está na região metropolitana de Belém, seguida por Santarém (5,01%) e Marabá (4,32%). Outras localidades, com menos de 70 moradores cada, somam 31,42% dos credenciados. Docentes domiciliados fora do Pará representam 1,51% do total, residindo em estados como Acre, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Santa Catarina.

Para fortalecer e contribuir com a qualificação dos agentes públicos integrantes do SIEDS que atuam na educação, o IESP oferece diversos cursos de qualificação, tanto em nível de graduação e pós-graduação como também em nível de formação complementar, possibilitando a qualificação contínua desses profissionais multiplicadores de conhecimento.

As limitações deste artigo dizem respeito ao comparativo com outros estudos sobre o perfil dos docentes, devido à incipiência de publicações sobre educação em segurança pública. Aliado a tudo isso, é importante destacar que o banco de dados dos docentes credenciados no IESP é bastante dinâmico, uma vez que ele está em constante atualização dos dados e informações dos professores, como endereço, contatos, disciplinas cadastradas e, principalmente, suas titulações. Diante disso, sugerem-se, portanto, futuras complementações e pesquisas nessa temática.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rosangela; SANTANA, Zionel. A relação entre qualidade da educação e formação continuada de professores. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REASE**, São Paulo, v. 8, n. 06, jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº. 10.822, de 28 de setembro de 2021.** Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030.Diário Oficial da União: Brasília,2021a.

BRASIL. **Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2021b.

CARMO, Leno. **Formação de professores em segurança pública:** realidade, limites do desafio formativo continuado. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2010.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros. **Perfil do professor da educação básica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

CATUABA, Michela de Paiva. **Formação Docente:** uma análise reflexiva sobre a capacitação continuada no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA). 2021. Artigo (Conclusão de Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública) – Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará, Marituba-Pará, 2021.

CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Resolução nº. 012, de 28 de dezembro de 1999.** Aprova o Estatuto do Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará – IESP. Diário Oficial do Estado, Belém, nº 29.122, 5 jan. 2000.

CONSELHO SUPERIOR DO IESP. **Resolução nº. 148, 14 de agosto de 2015.** Aprova a tabela de valores de hora a serem remunerados a professores, instrutores e monitores contratados para a prestação de serviços ao IESP e demais órgãos integrantes do sistema estadual de segurança pública e defesa social. Diário Oficial do Estado, Belém, nº 32.959, 27 ago. 2015.

CONSELHO SUPERIOR DO IESP. **Resolução nº. 149, 14 de agosto de 2015.** Estabelece as diretrizes a serem observadas para a utilização do cadastro de docentes do Instituto de Segurança do Pará. Diário Oficial do Estado, Belém, nº 32.961, 31 ago. 2015.

CONSELHO SUPERIOR DO IESP. **Resolução nº. 214, de 20 de março de 2017.** Inclusão das categorias de professor-conteudista, tutor principal “master” e tutor. Diário Oficial do Estado, Belém, nº 33355, 17 abr. 2017.

CONSELHO SUPERIOR DO IESP. **Resolução nº. 311, de 27 de março de 2019.** Inclusão do professor-revisor, na modalidade à distância. Diário Oficial do Estado, Belém, nº 33.837, 29 mar. 2019.

CONSELHO SUPERIOR DO IESP. **Resolução nº. 355, de 26 de março de 2020.** Inclusão da categoria supervisor, na modalidade presencial e à distância. Diário Oficial do Estado, Belém, nº 34.165, 01 abr. 2020.

CONSELHO SUPERIOR DO IESP. **Resolução nº. 484, de 24 de agosto de 2024**. Aprova a tabela de valores de hora-aula a serem remunerados a professores, instrutores e monitores contratados para a prestação de serviços ao Instituto de Ensino de Segurança do Pará – IESP, e demais órgãos integrantes do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS. Diário Oficial do Estado, Belém, nº 35.699, 31 jan. 2024.

COSTA, Patrícia Sousa dos Santos Reis. **Perfil dos Docentes:** análise da formação dos professores que lecionam no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará (2019 a 2022). 2022. Artigo (Conclusão de Curso de Graduação em Ciências da Defesa Social e Cidadania) – Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará, Marituba-Pará, 2022.

FALCÃO, Leonardo. **Formação:** um estudo reflexivo sobre a percepção da qualidade de vida dos policiais militares que atuam na docência da formação de oficiais da polícia militar do Pará em 2017 – 2020. 2021. Artigo (Conclusão de Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública) – Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará, Marituba-Pará, 2021.

IESP. **Portaria nº. 007, de 27 de março de 2018.** Abre credenciamento de docentes e monitores para compor o Banco de Dados do Núcleo de Informação e Documentação-NID. Diário Oficial do Estado, Belém, nº 33.592, 6 abr. 2018.

IESP. **Portaria nº. 012, de 05 de abril de 2019.** Prorroga-se a vigência da Portaria nº 007/2018, por prazo indeterminado, a contar de 06 de abril de 2019, a fim de atender as demandas dos cursos aprovados no Conselho Superior do IESP – CONSUP. Diário Oficial do Estado, Belém, nº 33.847, 9 abr. 2019.

KIRSCH, Deise Becker; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensinar e Aprender de Instrutores e de Alunos Militares. **Revista Signos,** Lajeado, ano 40, n. 1, 2019.

NID. **Núcleo de Informação e Documentação do IESP,** jun/2024.

PARÁ. **Lei Estadual nº. 6.257, de 17 de novembro de 1999.** Cria o Instituto de Ensino de Segurança do Estado do Pará – IESP. Diário Oficial do Estado nº 29.091, 19 nov. 1999. Pará, 1999.

PARÁ. **Lei Estadual nº. 7.584, de 28 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social - SIEDS, e da reestruturação organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, e dá outras providências. Pará, 2011.

SANTOS, Felipe Haleyson Ribeiro dos Santos; FILHO, Edson Ronaldo Guarido; MENEZES, Glauco Gomes de. Formação de Oficiais na Polícia Militar do Paraná: Uma Análise Educacional. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 09, n. 19, p. 262-281, jan./abr., 2022.

SENASP. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.** Coordenação: Andréa da Silveira Passos...[*et al*.]. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. 362 p.

SENTONE, Rafael Gomes. Segurança Pública e Polícia Militar: uma revisão sistemática. **Brazilian Applied Science Review**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 169-264, jan./fev., 2023.

Habitus[1] e internalização: desafios advindos da formação policial militar no Pará

Jesiane Calderaro Costa Vale[2]

[1] *Habitus,* é uma noção conceitual formulada por Pierre Bourdieu (2011), que revela a força da estrutura social presente nas ações individuais e a tendência do sujeito em reproduzi-las, por terem se tornado práticas ou dispositivos socialmente constituídos e incorporados.

[2] Doutora em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará; Psicóloga, Mestre em Psicologia pela UFPA; Docente da Faculdade de Educação e Tecnologia do Pará; do Instituto de Ensino de Segurança do Pará e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia CNPq/UFPA e Tenente-Coronel R/R da PMPA.

jesianecalderaro@gmail.com

ORCID: 0009-0000-78146593

RESUMO

O presente artigo é parcialmente extraído da tese de doutorado da autora, cujo o título é “Da Academia da Polícia Militar ao IESP: A formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988-2014)”. Tem como objeto investigativo, o ingresso e a formação de oficiais da Polícia Militar do Pará, no decorrer do século XX, quando os candidatos eram oriundos do Exército Brasileiro e das Academias de instituições coirmãs, até ser criada no Pará, a Academia da Polícia Militar Coronel Fontoura, na última década do milênio. Apresenta-se fragmentos das reminiscências reveladas por participantes dessa formação, no tocante aos sentidos e significados que atribuíram as suas trajetórias profissionais, somando-se a análise de outras fontes documentais tais como: boletins institucionais, registros de instrução e jornais que fundamentaram a pesquisa.

Palavras-chave: Formação; Polícia Militar; Oficialidade; Pará.

ABSTRACT

This article is partially extracted from the author’s doctoral thesis titled “From the Military Police Academy to IESP: The Training of Military Police Officers in Pará (1988-2014).” The objective is to present the admission and training of Military Police Officers in Pará during the 20th century, when candidates came from the Brazilian Army and sister police academies, until the establishment of the Coronel Fontoura Military Police Academy in Pará in the last decade of the millennium. Fragments of reminiscences revealed by participants in this training are briefly presented, highlighting the meanings they attributed to their careers in the Military Police, along with the analysis of documentary sources such as institutional bulletins, training records and newspapers.

Keywords: Training; Military Police; Officers; Pará.

RESUMEN

El artículo presentado es extraído parcialmente de la tesis doctoral de la autora, cuyo título es “De la Academia de la Policía Militar al IESP: La formación de los oficiales de la Policía Militar del Estado de Pará (1988-2014)”. Tiene como objetivo investigativo, presentar el ingreso y la formación de oficiales de Policía Militar de Pará, en el durante del siglo XX, cuando los candidatos eran provenientes del Ejército Brasilero y de las

Academias de instituciones policiales brasileras, hasta ser creada en el Estado de Pará, em Academia de la Policía Militar coronel Fontoura, en la última década del milenio. Le presenta resumidamente, fragmentos de los recuerdos revelados por los participantes de esa formación, en lo atinente a los sentidos y significados que atribuyeron a sus trayectorias en la carrera policial militar, sumando al análisis de otras fuentes documentales, tales como: boletines institucionales, registros de instrucción, fotografías y periódicos que fundamentaron a la pesquisa.

Palabras Clave: Formación; Policía Militar; Oficialidad; Pará.

1 INTRODUÇÃO

> O tempo histórico sofreu uma acelerada nestes últimos 30 anos. No Brasil e no mundo, as mudanças são profundas e estão à vista de todos. Há 30 anos as pessoas não se correspondiam por e-mail, whatsapp ou facebook. Elas simplesmente conversavam sem a intermediação de aparelhos eletrônicos. Telefones fixos (não havia celulares) eram um luxo [...]. A economia e a sociedade eram diferentes, as mulheres e as famílias eram diferentes, a música e o jornalismo eram diferentes, a luta pela cidadania era diferente, diferentes eram até o esporte e a língua falada e escrita (Pinsky, 2017, p. 9-11).

Neste artigo se apresenta registros de uma investigação com um pouco mais de três décadas, como mencionado na epígrafe. São dados parcialmente extraídos da tese de doutorado desta autora, cujo o título é "Da Academia da Polícia Militar ao IESP: A formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988-2014)". Trata-se de uma pesquisa histórica inédita, na qual o objeto investigativo consiste no percurso de formação do oficialato da PMPA, quando os oficiais da PMPA ainda eram oriundos do Exército Brasileiro e das Academias de instituições policiais coirmãs, até o nascimento da Academia da Polícia Militar Coronel Fontoura no Pará. Assim, o diferencial mais relevante e inovador apresentado na mencionada tese, surgiu no encontro da autora com 36 sujeitos da pesquisa, que participaram da/na formação policial militar, na condição de alunos oficiais (cadetes) ou como instrutores ou comandantes, a quem foi oportunizado perquirir suas memórias como um fio condutor na costura de toda a narrativa, somando-se a outras fontes documentais, tais como: boletins institucionais, livros memoriais, livro de registro de instrução, jornais, entre outros, que consubstanciaram a pesquisa (Vale, 2018).

Então, neste texto, são apresentados resumidamente, alguns fragmentos ou trechos das reminiscências reveladas por alguns dos interlocutores no doutoramento, suas narrativas e memórias, nos sentidos e significados que atribuíram às suas trajetórias na carreira policial militar, nas rememorações das situações vivenciadas ou em qualquer outro aspecto que pudesse ser revelado por meio de suas entrevistas e dos elementos que se tornaram característicos à vida policial militar, recordações por vezes permeadas de memória afetiva, pelo que viveram e experimentaram na Instituição PMPA.

2 QUEM ERAM OS ANTIGOS POLICIAIS MILITARES? HAVIA FORMAÇÃO?

> [...] Homens simples desta terra, chamados pela vocação de servir à coletividade e ao bem comum, representaram ao longo das gerações o ideal pelo qual muitos viveram e muitos morreram. Formaram as tropas de segunda linha, das ordenanças e as milícias, os nossos mais remotos ancestrais, integrados pelos colonos, pelos vaqueiros, pelos pescadores, pelos agricultores, que se adestravam nos fins de semanas e nas épocas das entressafras, quando trocavam o arado, o laço, a tarrafa, o pilão e o aconchego de suas famílias pelo fuzil e pelas maneabilidades da instrução de guerra. Eles foram as sentinelas dos que seguiam as terras recém-abertas e abriram clareiras para surgir as primeiras povoações. Ao sol escaldante das grandes estiagens ou nas duras invernias, fustigados pelas chuvas e pelo vento, escreveram uma página impecável nos primórdios na história do Pará (Machado, 2012, p. 340-341).

A compreensão de Francisco Machado[3] acerca dos policiais, na transição do século XIX e início do século XX, tal como discorre na citação, denota a origem tosca dos homens que compunham a instituição, visto que, se por um lado eram homens incultos e sem perfil apropriado, por outro, não havia a seleção adequada, tampouco formação, logo, o ingresso de interessados aos cargos públicos tinha um caráter eminentemente subjetivo, possibilitando as mais diversas formas de admissão de pessoas não qualificadas para as atividades e funções institucionais.

Adentrando algumas décadas do século XX, nota-se que o Exército Brasileiro (EB) influenciava sobremaneira as formas de admissão nas Polícias Militares, em virtude da relação de subordinação das PMs como Forças auxiliares[4] e reservas[5] estabelecida na Lei nº. 192/1936 (Brasil,1936), assinada pelo Presidente da República Getúlio Vargas.

Nesse sentido, o entrevistado Francisco Machado, recorda-se que na década de 1950, quando de sua admissão na PMPA, o ingresso de candidatos oriundos das Forças Armadas, sobretudo no Exército, era realizado com pouquíssima exigência ou quase sem 'burocracia':

> [...] Naquele tempo para entrar na Polícia bastava ter atestado de boa conduta [...]. Eu tinha boa conduta, tinha recém-saído do 25º Batalhão de Caçadores de Teresina (Exército) e isso me ajudava [...]. Só sei que aproximadamente 24 horas depois, eu já estava ingressando na Polícia Militar do Pará.[6]

A narrativa de Machado sobre sua admissão na PMPA exemplifica o processo de modo tão simplificado com o qual ele e alguns outros indivíduos adentravam às fileiras da Corporação:

> Era um tempo em que a PM tinha carência de pessoal, não só de oficiais, como também de graduados, de sargento [...]. A gente ganhava pouco, por isso, algumas coisas eram permitidas, por exemplo, a gente trabalhava só um expediente, e ainda era possível continuar os estudos.[7]

Sob essa perspectiva, compreende-se em seu relato, que o efetivo da Polícia Militar para o pronto emprego desde muito tempo era escasso, deixando a Instituição frequentemente aquém no número de policiais necessários e que a facilitação adotada para o ingresso de candidatos, ensejava aproveitá-los para sanar a costumeira insuficiência do efetivo policial para o atendimento das complexas demandas locais e regionais.

3 O PRIMEIRO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS NO PARÁ (1939)

As fontes documentais registram que em 1939, constatou-se que a maioria dos oficiais existentes na PM, estava envelhecendo e seguiriam para a reserva (aposentadoria) compulsoriamente, e que se fazia necessária a renovação do quadro de oficiais, tendo em vista que os Subtenentes e Sargentos existentes na Força Policial somente teriam acesso aos postos superiores, caso possuíssem qualificação compatível com o cargo.

Constatou-se também que não existia nenhum curso na PM que garantisse a esses policiais a promoção aos primeiros postos do oficia-

[3] Fragmentos da entrevista com o Coronel Francisco Ribeiro Machado concedida a esta pesquisadora em 20/11/2014. Era o decano na PMPA quando me concedeu sua entrevista para a Tese. Ele ingressou na Instituição em 1953, como Soldado, galgou graduações e postos, chegando a exercer o cargo de Comandante-Geral da Polícia Militar do Pará, de 21/04/1983 a 20/03/1987. Chefiou a Casa Militar por oito anos, em três governos distintos, nos governos de Aloísio Chaves (1975-1978), Clóvis Moraes Rêgo (1978-1979) e Alacid Nunes (1979-1983), tendo sido o maior tempo registrado na história da Casa Militar.

[4] *"Forças auxiliares"* pressupõem as que prestam auxílio mútuo, que assistem, que ajudam independentemente de um prévio processo de mobilização ou ação convocatória.

[5] No sentido etimológico, "reserva" significa aquilo que se guarda ou reserva para uso futuro em situações ou circunstâncias imprevistas. No sentido utilitário, reserva pode ser entendida como força viva, atuante, contando com organização e preparo semelhantes que podem ser utilizados para o emprego conjunto, integrado à força principal.

[6] Fragmentos da entrevista com o coronel Francisco Ribeiro Machado (2014).

[7] Idem, entrevista com Francisco R. Machado.

lato e que ainda haveria vagas a serem preenchidas, a PM tomou a iniciativa de diminuir a carência de oficiais na Instituição com a realização de um curso compatível, para a ascensão ao oficialato.

Assim, o interventor Federal no Estado do Pará, Dr. José Carneiro da Gama Malcher, assinou o Decreto-lei nº. 3.257, de 24 de abril de 1939, por meio do qual ficou instituído o Curso de Formação de Oficiais, que teria a duração de dois anos. Tem-se daí, no comando do Coronel César Rômulo da Silveira Júnior[8] pelo mencionado Decreto, assinado conjuntamente pelo Dr. Deodoro de Mendonça, Secretário Geral, o registro embrionário da implantação do primeiro Curso de Formação de Oficiais da PMPA (Machado, 2012, p. 210).

[8] Capitão de Infantaria do Exército, que foi comissionado ao posto de coronel e nomeado Comandante-Geral da PMPA, em 09 de janeiro de 1939 e exonerado em 14 de janeiro de 1942.

Desse modo, a primeira turma de concluintes do Curso de Formação de Oficiais - CFO 1939/40, teve como paraninfo o General de Exército Edgar Facó e recebeu a denominação de 'Turma General Brasílio Taborda', à época, General de Divisão, Comandante da 8ª Região Militar do Exército no Pará, função que acumulou com o comando da 8ª Divisão de Infantaria do EB.

A primeira turma de concluintes esteve assim composta: 2° SGT Jurandir Torres de Lima, 2° SGT Manuel Maurício Ferreira, SUB TEN Artur de Sousa Vieira, 3° SGT Mário Barriga Guimarães, SUB TEN Reinaldo Salgado de Oliveira, Sargento-Ajudante Ricardo Penna Jorge de Almeida, 1° SGT Ademar de Souza Figueiredo, 3° SGT Orlando de Almeida Viana e 3° SGT Waldemar Pereira dos Santos. Os formandos foram declarados 'Aspirantes a oficial PM' por meio do Decreto nº. 3.611, de 19 de dezembro de 1940. E para dar visibilidade à Sociedade Paraense, a cerimônia de formatura daquele 1º Curso de Formação de Oficiais aconteceu na Praça da República, na avenida Presidente Vargas, em frente ao Teatro da Paz, em Belém-Pará (Vale, 2018).

Em 1940, ano da formatura do 1º CFO, a avenida Presidente Vargas onde fica o Teatro da Paz, destacava-se por sua localização como uma importante via pública da cidade, tornando-se o principal corredor econômico do centro comercial, por onde transcorria a vida social da cidade, permitindo o acesso ao porto, às Estradas de Nazareth e do Utinga, que, por sua vez, davam acesso à estação da Estrada de Ferro Belém-Bragança, e onde estavam instalados os principais escritórios de grandes Companhias de Navegação, as Casas comerciais mais requintadas, o complexo formado pelo Grande Hotel, o Cinema Olympia, o Bar do Parque e o Teatro da Paz (Penteado, 1968). Por conta disso, compreendo ser aquele espaço o lugar mais estratégico de visibilidade para os novos oficiais da Corporação serem apresentados à Sociedade Paraense.

O mencionado Curso de Formação permaneceu funcionando normalmente até a II Guerra Mundial, ocasião na qual, os oficiais a serem admitidos na PM passaram a realizar a formação para o oficialato no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), do Exército Brasileiro, que havia sido criado alguns anos antes, em 1933.

Embora os anos passassem, a carência de recursos humanos continuava expressiva. Era tão notória a escassez que em 1964, o efetivo da PMPA perfazia o total de 998 homens, distribuídos em 929 praças e 69 oficiais, ou seja, o oficialato naquela década, minguadamente correspondia a apenas 7% do efetivo.

4 ADMISSÃO E FORMAÇÃO DOS OFICIAIS R2

Assim, durante as décadas de 1950 e 1960, os candidatos eram provenientes do CPOR. Já nas décadas de 1970 e 1980, a admissão passou a ser predominante via Núcleos de Preparação dos Oficiais da Reserva (NPOR), sendo identificados no acervo da PMPA, o quantitativo de 90 oficiais R2 admitidos nessas quatro décadas. Sobre isso discorre Machado em 2014 na entrevista concedida à autora:

Tendo em vista o grande quantitativo de jovens do CPOR ou NPOR que seriam dispensados após o serviço militar obrigatório e ficariam na reserva não remunerada, vislumbrou-se o aproveitamento desse contingente de jovens já com experiência no militarismo, para o ingresso nas Polícias Militares.

Destaca-se que a admissão dos militares nas fileiras da PM dispensados pelo Exército, era uma estratégia muito oportuna, diante das necessidades crescentes de prestação de serviços à população, somando-se ao fato de que à época, ainda não havia Academia de Polícia Militar no Pará e que o número de vagas disponibilizadas pelas outras unidades de ensino da federação era sempre irrisório, não suprindo a vacância existente de oficiais. Nesse sentido, a Corporação compreendeu que o Decreto Federal nº. 667, de 2 de julho de 1969, chegava no momento certo, posto que autorizava às Policias Militares estaduais a receberem em seus quadros os oficiais R2, ou seja, aqueles candidatos à PM estariam devidamente adaptados ao 'espírito militar' e, por conseguinte, à vida da caserna:

> Art. 9º [...] Parágrafo único.
> Poderão também, ingressar nos quadros de oficiais das Polícias Militares, se convier a estas, Tenentes da Reserva de 2ª Classe das Forças Armadas com autorização do Ministério correspondente. (Brasil, 1969).

Assim, ao longo dos anos, diversos oficiais R2 ingressaram na PMPA como prerrogativa desse Decreto. Entretanto, em 1987, obtém-se um registro específico, que marca o ingresso da última turma desses oficiais na PMPA. Era uma turma de 35 oficiais provenientes exclusivamente do quadro de infantaria do Exército, de diferentes anos de formação, que ao ingressarem na PMPA, compunham uma turma compacta de oficiais R2, admitidos sem que realizassem o curso de formação em Academia Policial Militar propriamente dita, sendo todos os componentes, admitidos na PMPA numa única data: 23 de julho de 1987. São eles:

> 1. Anthenor Nascimento de Oliveira, 2. Augusto Roberto de Castro Simões, 3. Antônio Wanderley de Lima Sena, 4. Antônio Carlos de Brito Azevedo, 5. Antônio Augusto Gomes Dourado, 6. Alcebíades Flávio de Moraes Maroja, 7. Antônio Carlos Pessoa de Lima, 8. Carlos Augusto Oliveira da Silva, 9. Carlos Eduardo Barbosa da Silva, 10. Carlos Marcelo Lagoa de Souza, 11. Eder Ribeiro da Silva, 12. Edvaldo Pedro Queiroz de Azevedo, 13. Gilmar Conceição Marques, 14. Hermann Duarte Ribeiro, 15. Ivan Gouveia do Carmo, 16. José Lênio Ferreira Duarte, 17. Jorge Luiz Romeiro de Aguiar, 18. João Francisco Garcia Reis, 19. Jorge Nazaré Araújo dos Santos, 20. José Roberto Pereira Damasceno, 21. José Antônio Nery Porto de Oliveira, 22. Lázaro Saraiva de Brito Junior, 23. Luiz Fernando do Valle Guimarães Pingarilho, 24. Marcos Andrade Machado, 25. Mário Alfredo Souza Solano, 26. Paulo Roberto da Silva, 27. Paulo Sérgio Figueiredo Pinto, 28. Raimundo de Brito e Silva Filho, 29. Raimundo de Oliveira Pantoja Junior, 30. Raimundo Aquino de Souza Dias, 31. Ronaldo Antônio Cordeiro de Araújo, 32. Sadala Nagib Salame Filho, 33. Sérgio Leitão da Conceição, 34. Washington Luiz de Azevedo e 35. Walber Volgrand Menezes Marques (DOE nº. 26.028).

No caso específico da turma de oficiais de 1987, encontra-se nas fontes pesquisadas, a referência de que os alunos foram admitidos por aprovação em concurso público para a PMPA. Entretanto, em parte dos registros atinentes ao ingresso de outros oficiais R2, também se encontra a admissão realizada apenas por uma seleção abreviada, na qual, o candidato apresentava tão somente uma espécie de “carta de recomendação” do seu comandante imediato no Exército Brasileiro, atestando informações acerca de seu desempenho naquela unidade militar, e isso já o habilitava ao ingresso.

Destaco que os oficias R2, até 1987, ao serem admitidos na Corporação PM, não realizavam o curso de formação, e sim, de "adaptação". Tratava-se do curso de adaptação sobre técnicas de atuação policial militar, com duração de três meses. Este se focava especificamente na preparação para a atuação policial, assunto relacionado à segurança pública, a qual exigiria desenvoltura técnica e operacional para a atuação nas missões policiais.

Em geral, o curso era realizado em quartéis ou nas dependências do antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças Coronel PM Carlos Alberto Moreira (CFAP), a unidade escolar mais antiga da PMPA, criado oficialmente em 1973, localizado na Ilha de Caratateua, no Distrito de Outeiro, distante 18 km do centro de Belém.

Interessante também, é considerar que no tocante ao *habitus*[9], pela internalização da condição militar, os oficiais R2 já detinham conhecimentos e experiência suficientes como oriundos do Exército Brasileiro (NPOR/CPOR) e, inclusive, por esse feito, ingressavam na condição de "Aspirantes-a-Oficial"[10] e que após o período probatório de seis meses, eram promovidos ao posto de 2º Tenente e designados, para a função fim, nas unidades operacionais.

5 CURSO DE FORMAÇÃO NAS UNIDADES COIRMÃS

Nas décadas subsequentes, a partir da Constituição de 1988, quando os concursos começaram a ser efetivados em âmbito nacional, os certames tornaram-se mais criteriosos, passando a requerer do candidato, uma vasta documentação comprobatória sobre os antecedentes criminais, em âmbito estadual, federal e de Justiça Militar, bem como atestado de honorabilidade, inclusive com investigação social sobre a vida do candidato.

Além da admissão de oficiais provenientes do Exército, a PMPA também passou a realizar processos seletivos para preencher seus quadros, dando oportunidade ao ingresso de jovens candidatos inteiramente civis que desejavam seguir carreira de oficial policial militar. Neste caso, as vagas eram ofertadas nos cursos de Formação de Oficiais em outros estados da federação, visto que ainda não havia Academia de Polícia Militar no Pará.

O percurso dos candidatos civis interessados no CFO diferia significativamente dos oficiais R2, por exemplo: o tempo dedicado ao curso, a carga horária, a forma de tratamento, o tempo para promoção etc.

[9] O *habitus* permite visualizarmos o sujeito na dimensão de quem internaliza as consequências das práticas sociais, de quem as reproduz, as exterioriza corporalmente por meio do modo de gesticular, olhar, falar e andar dos agentes sociais, sendo todas essas instâncias indissociadas / integradas, (Bourdieu, 2011).

[10] Em situação de formação nos cursos regulares, quando o cadete conclui com aproveitamento o último ano letivo do Curso de Formação de Oficiais, é declarado Aspirante-a-Oficial. No caso dos militares R2, ou seja, provenientes do CPOR/NPOR do Exército Brasileiro, foi lhes concedida a prerrogativa na forma do Decreto nº. 667/69, aplicando-se uma condição diferenciada, em virtude do tempo e dos conhecimentos que adquiriram no exercício das funções do Exército, não sendo esses considerados cadetes.

Além disso, os oficiais R2 ingressavam na Instituição já como Aspirantes a Oficiais, enquanto que os alunos civis admitidos na escola de formação eram denominados "Cadetes", e seriam promovidos a "Aspirantes" somente depois de completados três anos de realização do Curso de Formação e da formatura. Desse modo, os cursos de formação de oficiais das PMs no Brasil, no geral, usufruíam do reconhecimento de graduação superior, ou seja, nível de 3º grau, servindo, entretanto, especificamente para atuação da área da segurança pública, com duração de três anos, tempo no qual, as aulas e disciplinas recebem a denominação de “instrução”, “treinamento” ou “adestramento”, diferenciando-se do mundo civil.

A instrução é a atividade desenvolvida com a finalidade de manter e desenvolver o preparo individual do policial militar e para adestrar as unidades operacionais para o cumprimento de suas missões específicas. Logo, a instrução é um instrumento de interação, aglutinação, coesão e revitalização da Corporação (Dias, 2002).

Durante as décadas de 1960/70/80 até meados da década de 1990, inúmeros jovens optaram pela carreira de policial militar no Pará. O candidato civil interessado pelo oficialato, realizava o processo seletivo em Belém (PA) e, quando aprovado, era designado para o curso de formação em alguma Academia da Polícia Militar (coirmã), nos estados das Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, em conformidade com a liberação de vagas e coordenação da Inspetoria Geral das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (IGPM).

Naquela época, os estados que dispunham de academias consolidadas eram: São Paulo (Academia de Polícia Militar do Barro Branco); Rio Grande do Sul (Academia de Polícia Militar Coronel Hélio Moro Mariante); Rio de Janeiro (Academia de Polícia Militar Dom João VI); Minas Gerais (Academia de Polícia Militar de Minas Gerais); Bahia (Academia de Polícia Militar da Bahia); Pernambuco (Academia de Polícia Militar de Paudalho); Ceará (Academia de Polícia Militar General Edgard Facó); Goiás (Academia de Polícia Militar de Goiás) e Distrito Federal (Academia de Polícia Militar do Distrito Federal), como se pode compreender observando a Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de Cursos de Formação de Oficiais realizados em Unidades Coirmãs.

CFO	1960	1970	1980	1990
PE	1	13	17	9
CE	–	15	4	13
BA	2	23	7	3
RJ	2	18	7	2
MG	–	4	31	–
SP	–	–	2	–
GO	–	8	2	2
DF	–	3	7	–
SC	1	14	–	–
RS	–	–	1	–
Sub-Total	**6**	**98**	**78**	**29**
Total	**211**			

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos registros da Diretoria de Pessoal da PMPA.

Com base nos dados quantitativos da Tabela 1, nas décadas de 1960 a 1990, tem-se o total de 211 candidatos aprovados para as unidades escolares coirmãs. Tornava-se notório o grande interesse dos jovens civis candidatos à carreira de policial militar. E por conta disso, a definição de qual localidade, dentre as unidades federativas o cadete iria cursar, não era uma decisão do

candidato. Ficava a cargo da IGPM, que distribuía as vagas conforme a solicitação das corporações ou por critérios próprios.

No final dos anos 1980, os jornais registravam que os concursos da PM se tornaram de elevada concorrência, e o CFO estaria equiparado aos outros cursos no nível de terceiro grau. Assim, a PMPA deixou de elaborar as provas de seus concursos e firmou convênio com a Universidade do Estado do Pará (UEPA), o Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará (CESEP) e, posteriormente, com a União de Ensino Superior do Pará (UNESPA). Além da prova intelectual, os certames registravam mais três etapas seletivas: avaliação de saúde, teste de aptidão física e avaliação psicotécnica, também de caráter eliminatório e que permaneceriam sendo realizadas por profissionais da própria Corporação.

Ainda como parte do concurso, no ato de sua inscrição o candidato deveria assinalar qual sua opção quanto à futura atuação operacional: se no quadro da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, visto que até a década de 1990 as duas corporações compunham uma única instituição[11] e o curso era realizado na modalidade integrada, com a denominação PM/BM. Porém, por haver especificidades nas formas de atuação, (policial militar e bombeiro militar) as disciplinas específicas de cada profissão eram ministradas em turmas separadas. Somente em 1992, o Corpo de Bombeiros Militar, já emancipado da PMPA, criou a sua própria escola de oficiais, denominada de Escola de Formação de Oficiais Intendente Antônio Lemos (EFO) (Menezes, 2007).

Assim, a formação dos cadetes nas unidades acadêmicas coirmãs era significativamente diferenciada, porque recebia cadetes de vários estados, o que deixava o internato bastante eclético culturalmente, e os cadetes se reconheciam como ‘irmãos de farda” em todos os cantos da nação brasileira. Contudo, conjecturava-se que havia peculiaridades do cenário e aspectos da regionalidade amazônida que os cursos de formação das coirmãs das regiões (Sul, Sudeste e Centro-Oeste), não contemplavam, ensejando a necessidade da criação de uma unidade de ensino prioritariamente regional para a oficialidade no Pará.

5.1 A FORMAÇÃO DE MULHERES POLICIAIS E A INSTALAÇÃO DO CEPOM

Paralelamente ao CFO nas instituições coirmãs, encontra-se nas fontes pesquisadas, que no ano de 1982, na gestão do Governador Alacid Nunes, e do Comandante-Geral da PMPA Coronel Artagnan de Amorim Sobrinho, deu-se o ingresso do primeiro grupo de mulheres na Instituição, denominado de “Pelotão Feminino[12].

O curso foi composto de modo sui generis, sendo as integrantes, três alunas oficiais que tinham diploma de nível superior; quatro alunas sargentos de nível médio (o antigo 2º grau); e 47 alunas soldados, com escolaridade de nível fundamental (o antigo 1º grau). Não havia curso para a graduação de Cabos. Todas elas ingressaram no mesmo pelotão policial militar feminino. Porém, o critério de classifica-

[11] Como uma única instituição, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros tiveram um único comando, com atividades não definidas e até superpostas. Em julho de 1974, o Decreto nº. 4.521/74 estabeleceu duas naturezas para a atividade-fim de ambas as instituições e criou os quadros específicos de Oficias e Praças e de Bombeiros. Por meio do Decreto nº. 6781, de 19 de abril de 1990, o então governador Hélio Gueiros determinou a desvinculação entre o Corpo de Bombeiros e a PM; logo depois, no dia 21/04/1990 foi realizada a cerimônia de desincorporação.

[12] Decreto Estadual nº. 2.030 de 15/12/1981. Ingresso do pelotão feminino em 1º de fevereiro de 1982.

ção que as diferenciava hierarquicamente como soldados, sargentos e oficiais era tão somente a escolaridade (Leite, 2013).

No tocante às três oficiais alunas: Izanete Carvalho de Lima, era graduada em Serviço Social; Filomena de Almeida Buarque e Ellen Margareth Rocha eram graduadas em Direito. Selecionadas por terem diploma universitário, as três foram designadas à Academia da Polícia Militar do Barro Branco, em São Paulo, para a realização de um "estágio", equivalente ao "Curso de Adaptação a Oficial" Policial Militar, com duração de três meses. Assim, estava montado o primeiro pelotão feminino da PMPA, composto de tenentes, sargentos e soldados.

Em 1988, já na gestão do Coronel Ailton Guimarães, constam os registros da inserção de três Aspirantes-a-Oficiais: Maria do Carmo Silva de Souza, Telma Susi Moreira da Costa e Ruth Léa Costa Guimarães, que realizaram a formação na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, com duração de três anos. E após retornarem ao Pará, assumiram as atividades correspondentes à liderança do efetivo feminino.

Ainda na gestão do Coronel Ailton Guimarães, consta a instalação do Centro de Estudos Policiais Militares (CEPOM), cujo objetivo era habilitar as praças ao oficialato, muito semelhante ao curso realizado em 1939, descrito acima neste artigo. O CEPOM, como um novo centro formador, parecia ser uma interessante iniciativa que ratificava o desejo de implantação da Academia Policial Militar[13].

[13] Informações coletadas na entrevista com o Coronel João Paulo Vieira da Silva, o primeiro comandante da APM Cel Fontoura (1990/1992) e Comandante-Geral da PMPA no período de 1º de janeiro de 2003/2006.

Ao chegar aos anos 1990, reportando-me à Tabela 1, acerca do "Curso de Oficiais em Unidades Coirmãs", observa-se o declínio do interesse institucional no envio de candidatos às outras academias. As variáveis apontadas eram os elevados gastos financeiros no custeio das diárias dos cadetes paraenses, o não alcance dos aspectos regionais na formação e uma menor motivação do candidato paraense em realizar o curso em outro estado. Em virtude disso, o quadro de oficiais ainda estava deficitário, visto que as vagas disponibilizadas em outros estados da federação eram ínfimas. O alto escalão da Corporação reuniu-se com o então governador Hélio Gueiros para deliberação quanto à necessidade de criação da Academia para a formação de oficiais no próprio estado.

Assim, em 1990, houve a realização do *"1º Encontro dos Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares da Amazônia" ,* realizado na Cidade de Manaus, onde foi deliberada a instalação da Academia de Polícia Militar da Amazônia para o ano seguinte, com sede no Pará[14]. Decorridos alguns dias do mencionado evento, foi publicado o primeiro edital de seleção para o Curso de Formação de Oficial, conforme o acordo firmado junto à Inspetoria Geral das PMs, cujo objetivo era de cobrir a deficiência existente no quantitativo de oficiais na região amazônica. Por conta disso, um dos desafios impostos àquela unidade acadêmica recém-criada era de que seus alunos fossem bem preparados e obtivessem conhecimentos da diversidade natural, humana e cultural peculiares do contexto amazônida e, sobretudo, que fossem despertados para as intervenções necessárias.

[14] Sobre o "I Encontro de Comandantes Gerais das Policias Militares e Corpos de Bombeiros Militares". (Jornal Diário do Pará, Caderno B, em 23 dez.1990, p. 7).

E, já naquele primeiro edital, a Academia de Polícia Militar abriu as portas para os candidatos das instituições dos Estados da Amazônia Legal e englobou a totalidade dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Estado do Maranhão, além de Mato Grosso do Sul e Piauí, que possuem confluências de desenvolvimento no mesmo âmbito.

Ao nascer, a Academia de Polícia Militar (APM) recebeu a denominação de "Coronel Fontoura", como homenagem a Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, estabelecido como Patrono[15] da Polícia Militar paraense, pelos serviços prestados por ocasião da Guerra de Canudos (Moraes Rego, 1981). E, a partir da criação, a APM tornou-se um referencial de formação de oficiais para a Amazônia, e para o Estado do Pará, cujo objetivo era priorizar a regionalização da formação de oficiais, de modo a atender aos interesses da própria região Amazônica.

[15] Decreto nº. 3.574, de 25 de setembro de 1940.

6 SURGIU O "BERÇO DE COMANDANTES E LÍDERES"

Academia de Fontoura tu és berço,
Onde nascem valorosos Oficiais,
Que à PM com orgulho servirão,
Mantendo suas tradições e ideais.[16]

[16] Estribilho da Canção da APM Coronel Fontoura. Composição do Coronel PM João Paulo Vieira da Silva e do Capitão PM Severino Fantin.

No ato inaugural da Academia de Polícia Militar "Coronel Fontoura",[17] foi-lhe conferido o *slogan* "Berço de comandantes e líderes", pelo seu primeiro comandante, o Tenente Coronel PM João Paulo Vieira da Siva[18], estando presente naquele momento solene, o então Governador do Estado do Pará, Hélio da Mota Gueiros.

Posto isso, as mudanças havidas para a formação da oficialidade foram propaladas a todo canto da Amazônia: seria em nível de 3º grau; as disciplinas teriam carga horária equivalente aos outros cursos de graduação, os professores seriam titulados e os candidatos deveriam ser submetidos ao exame semelhante ao vestibular.

[17] Embora a Academia "Coronel Fontoura" tenha sido criada em 21 de abril de 1990, a sua implantação efetiva ocorreu somente em fevereiro de 1991, quando iniciou o primeiro Curso Intensivo de Formação de Oficiais (CIFO) na PMPA.

[18] João Paulo Vieira da Silva foi designado comandante daquela Unidade Escola, ainda no posto de Tenente Coronel, logo após ter retornado do Chile, onde concluiu o Curso Superior de Polícia, no Instituto de Ciências Policiais de Carabineiros do Chile que equivalia ao mestrado em educação no Brasil e cuja a ênfase era em técnica e administração de ensino e tinha defendido sua dissertação intitulada: 'la otimizacion del esfuerzo de legalidad para maximizar la seguridad de transito em Brasil'.

6.1 A PRIMEIRA TURMA DO CURSO INTENSIVO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

Naquela primeira turma do Curso Intensivo de Formação de Oficiais (CIFO) foram admitidos exclusivamente oficiais do sexo masculino e todos provenientes do NPOR ou do CPOR, aprovados e classificados no concurso público promovido pela PMPA.

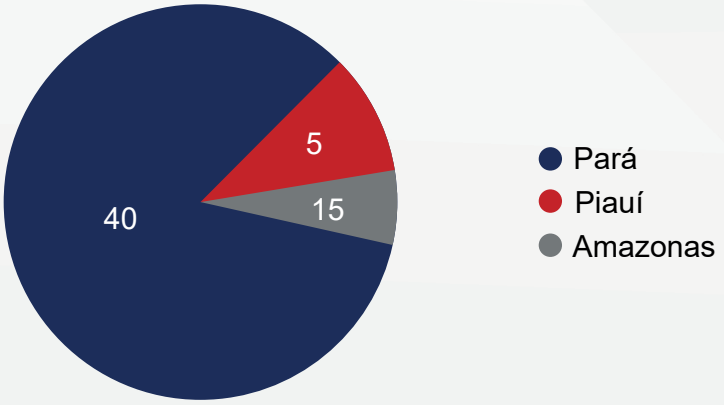
Àquela altura, a finalidade prioritária era de formar futuros oficiais para a Amazônia legal e, de pronto, foi publicado no jornal institucional um caderno especial cuja matéria trazia um título em letras garrafais, conferindo à unidade de ensino recentemente criada, o 'pretensioso' reconhecimento de ser a: "A Universidade de Segurança Pública da Amazônia".

Por ser composta exclusivamente de oficiais R2, a primeira turma a adentrar na Academia "Cel Fontoura" obteve a prerrogativa de receber tratamento diferenciado pelo Decreto nº. 071/91, no qual ficou estabelecido que aqueles oficiais R2 seriam admitidos no Quadro de

Oficiais Policiais Militares da PMPA (Combatentes), como Aspirantes-a-Oficial. Portanto, ainda no processo de formação, estariam em condição *sui generis,* pois não seriam considerados propriamente 'cadetes', devido ao posto de oficial da reserva originário das Forças Armadas que detinham, porque pesava-lhes o fato de já terem vivenciado no Exército, não somente a condição de aluno, como também alcançado promoções, postos e funções de oficiais. Assim sendo, realizariam o curso para fins de estágio probatório, como 'Aspirantes-a-Oficial' e quando concluíssem o estágio seriam promovidos imediatamente ao posto de 2º Tenente.

Como aqueles Aspirantes-a-Oficial já não eram mais neófitos, inexperientes no tocante à vida militar, o curso de formação foi planejado de modo diferenciado, tendo inclusive a duração de dezoito meses, em regime intensivo, apenas para a internalização do aprendizado técnico e tático da operacionalidade policial militar. Logo, alguns conteúdos das instruções e práticas que costumeiramente eram executadas nos cursos regulares de outras academias no Brasil, dado a exiguidade do tempo, foram suprimidos. O curso reuniu conhecimentos de infantaria do Exército Brasileiro, diversos conteúdos sobre a atividade militar de combate em terra, relações interpessoais, além de disciplinas que agregavam conteúdo operacional policial militar e de cunho jurídico, social e humanístico, com carga horária ajustada, vislumbrando formatá-lo em curso de nível superior. Assim, na primeira turma do CIFO, ingressaram 60 'alunos', Aspirantes-a-Oficial, exclusivamente do sexo masculino, sendo 40 do Estado do Pará, 15 do Amazonas e 5 do Piauí, divididos em dois pelotões denominados Alfa e Bravo, composto de 30 alunos cada um. Entretanto, concluíram o curso 59 aspirantes, Figura 2.

Figura 2: Quantitativo de alunos da Primeira Turma do CIFO - 1991/1992.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos registros da Divisão de Ensino da APM.

Esses 59 Aspirantes-a-Oficial, tinham vivenciado as mais diversas experiências, ainda na condição de Oficiais R2, em diferentes localidades do Pará, do Brasil ou do exterior. Uns haviam deixado o Exército ainda como Aspirantes, outros na condição de 2º Tenente e outros tinham chegado ao posto de 1º Tenente. Essa diversidade de experiências lhes possibilitava sinais distintos de adaptação àquele estilo de vida, gerado pelo *habitus*. Estavam imbuídos da compreensão e da capacidade adaptativa da vida na caserna.

Decorridos dezoito meses do curso, foi definida a data de 26 de junho de 1992 para a formatura da primeira turma do CIFO, que foi denominada de "Bicentenário de Tiradentes", em alusão ao mártir da Inconfidência Mineira e patrono das Polícias Civis e Militares. A solenidade militar contou com a presença do governador do Estado do Pará e paraninfo da turma Jader Barbalho, acompanhado da madrinha do Curso, a primeira-dama, Elcione Barbalho.

A instalação da APM Coronel Fontoura e a conclusão daquele 1º CIFO era resultado da junção de muitos esforços, planejamentos e investimentos ao longo do tempo. Alguns ex-comandantes da PMPA, como o Coronel Francisco Machado (1983-1987), o Coronel Ailton Guimarães

(1987-1989) e o Coronel Raimundo Nonato (1989 a 1991) demonstraram o objetivo de implantá-los. Todavia, havia sido uma conquista da gestão do Coronel Cleto José Bastos da Fonseca.

6.2 A SEGUNDA TURMA DO CURSO INTENSIVO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

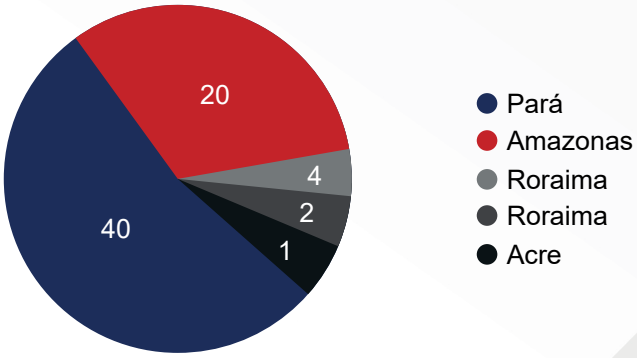
Em 1992, quando a primeira turma estava próxima de concluir o CIFO, houve um novo concurso para a Academia Coronel Fontoura, ocasião em que se deu concomitantemente à entrada das 2ª e 3ª turmas. A segunda turma também era exclusivamente masculina, composta de oficiais da reserva não remunerada, oriundos dos Estados do Amazonas, Acre, Roraima, Maranhão e Pará.

Tal como no primeiro CIFO, foi programada uma formação intensiva, repetindo-se a mesma duração de dezoito meses. Havia, entretanto, nesse segundo CIFO algo diferenciado, sem precedente na PMPA. Tratava-se da abertura de vagas para candidatos provenientes da oficialidade da "Marinha Mercante", os quais se somariam aos alunos oficiais R2 do EB. Os Oficiais Mercantes eram reconhecidos na forma da legislação, por meio da Carta-Patente[19] como oficiais no posto de 2º Tenentes da reserva não remunerada da Marinha do Brasil. A Carta-Patente era, portanto, o documento que lhes dava a prerrogativa de se candidatarem ao segundo CIFO.

Foi gigante o desafio de adaptação desses Oficiais Mercantes, pois o aprendizado para o exercício profissional na Marinha incluía gestão náutica, praticagem, farolagem, balizamento, sinalizações costeiras, cálculos da posição do navio, carta náutica, carregamento e descarregamento, atracação e desatracação, motores, caldeiras, sistema elétrico, bombas, tanques de água etc. Estes conhecimentos diferiam significativamente do que passariam a assimilar para a operacionalidade terrestre e urbana da atuação policial militar. Tratava-se de uma situação realmente diferenciada existente na segunda turma CIFO, e que ao longo dos anos de existência da APM Cel Fontoura não houve registros do aproveitamento de outros oficiais da Marinha Mercante.

Na formatura do segundo CIFO, a turma homenageou a memória do Coronel Sotero de Menezes[20], da qual concluíram 67 Aspirantes a Oficiais, representantes de cinco estados da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Roraima, Maranhão e Pará, Figura 3.

Figura 3: Quantitativo da segunda turma do CIFO - 1992/1993.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos registros da Divisão de Ensino da APM.

[19] Na linguagem militar, Carta Patente, trata-se de um documento individual, para cada oficial das Forças Armadas, no qual são definidos a sua situação hierárquica e o corpo ou quadro a que pertence, a fim de fazer prova dos direitos e deveres assegurados por lei ao possuidor. https://www.jusbrasil.com.br/topicos/295529/carta-patente.

[20] Comandante-Chefe do Corpo Militar de Polícia do Pará (1887-1900).

Na cerimônia de formatura, como de praxe nos cursos militares, são apresentados os resultados classificatórios dos concluintes que alcançaram melhor desempenho durante o curso, tornando-os reconhecidos com distinção por sua dedicação aos estudos. No Pará, o primeiro colocado é condecorado com a medalha “General Ferreira Coelho”, outorgada pelo Governador do Estado em reconhecimento ao esforço e dedicação ao estudo, em cuja insígnia consta de uma Rosa Heráldica.

O formando que obteve o primeiro lugar na classificação geral da primeira turma do CIFO (1992) foi o 2º Tenente Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto e na segunda turma do CIFO (1993), foi o 2º Tenente José Dilson Melo de Souza Júnior, ambos do Pará.

Depois dos dois cursos intensivos (1991 e 1992), as turmas subsequentes apresentaram mudanças na execução de suas formações. As modificações foram implementadas na primeira turma do Curso de Formação de Oficiais, que iniciou quando as duas turmas do CIFO ainda estavam em andamento. Por ser o primeiro curso regular da APM Cel Fontoura, com duração de três anos, composto por alunos homens e mulheres exclusivamente do mundo civil, passou a ser denominada a "Pioneira da Amazônia". Por sua vez, seus alunos passariam a ser chamados de "cadetes", diferindo das duas primeiras turmas de oficiais R2, que realizavam o curso na condição de "aspirantes".

Desse modo, no espaço físico da Academia de Polícia Militar Coronel Fontoura, naqueles primeiros anos de sua criação, chegaram a coexistir três turmas diferenciadas em sua dinâmica: a turma do primeiro CIFO, composta somente de oficiais da reserva do Exército, considerada hierarquicamente como a mais antiga; a turma do segundo CIFO, de natureza híbrida, composta de oficiais da reserva do EB e da reserva da Marinha do Brasil, como a segunda mais antiga; e a terceira turma, considerada a mais moderna, entretanto, reconhecida como "Pioneira da Amazônia".

Naquela terceira turma do CFO - 1992/1994, ingressaram 96 cadetes, dentre os quais, 10 eram mulheres. Contudo, por diversas variáveis, inclusive por dificuldade de adaptação à condição policial militar e internalização comportamental, constam nas fontes pesquisadas a desistência de 46 alunos. Assim, ao final do curso, eram 50 formandos representantes dos Estados do Pará, Amazonas, Amapá e Maranhão. Desse quantitativo restante, permaneciam as dez mulheres, sendo todas do Estado do Pará. A formatura dos Aspirantes da turma "Pioneira da Amazônia" foi realizada no dia 12 de dezembro de 1994, homenageando solenemente o Patrono da PMPA, o Coronel Antônio Sérgio Dias Vieira da Fontoura, que empresta seu nome à Academia.

A partir da turma pioneira do curso regular da Academia Coronel Fontoura em 1992, a PMPA não mais solicitou vagas para realização de CFO às unidades coirmãs brasileiras. Todavia, a APM "Coronel Fontoura" optou por continuar ofertando vagas e recebendo os candidatos dos demais Estados da Amazônia Legal, conforme a sua proposição inicial em ser reconhecida como "Universidade da Segurança Pública da Amazônia".

Dentro do recorte temporal investigado na tese desta autora (2018), os registros são de 17 turmas do CFO, desde a criação da APM, no período de 1991 a 2015. Ressalte-se que as duas primeiras realizaram o curso intensivo – CIFO (18 meses) e as 15 turmas seguintes do CFO, em período regular (três anos). Embora o ano de 2015 exceda o recorte temporal da pesquisa (2014), encontra-se aqui mencionado pelo fato da 17ª turma do CFO ter sido iniciada em 2012 e concluída em 2015, Tabela 2.

Tabela 2: Nomes das turmas dos cursos da Academia de Polícia Militar Coronel Fontoura (CIFO e CFO).

Turmas	Nomes	Período	Nº Alunos
1º CIFO	Bi-Centenário Tiradentes	1991/1992	60
2º CIFO	Cel. PM José Sotero de Menezes	1992/1993	67
1º CFO (3ª Turma)	Cel. PM Antônio S. D. Vieira da Fontoura "A Pioneira da Amazônia"	1992/1994	50
4ª	Inconfidência Mineira	1993/1995	37
5ª	Cabanagem	1994/1996	83
6ª	Desembargador Orlando Dias de Oliveira	1996/1998	91
7ª	General Ferreira Coelho	1997/1999	49
8ª	Coronel PM Magela	1998/2000	58
9ª	Coronel PM Calandrini	1999/2001	69
10ª	Cel. PM Raimundo Daniel Nogueira Lima	2000/2002	59
11ª	Prof. Ivanildo Ferreira Alves	2001/2003	51
12ª	Cel. PM Edson Nestor Ferreira da Silva	2002/2005	57
13ª	Cel. PM Osmar V. Costa Júnior	2006/2008	93
14ª	Cap. PM Marcelo A. Ferreira de Oliveira[21]	2008/2010	67
15ª	Ten. Cel. PM Mário Muniz Marques Filho	2010/2013	40
16ª	Cel. PM Carlos Emílio de S. Ferreira	2011/2014	44
17ª	Gustavo Henrique Cardoso Baia *(in memoriam)*[22]	2012/2015	30

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base nos registros da Divisão de Ensino da APM.

[21] A 14ª turma do CFO escolheu homenagear o nome do capitão Marcelo Augusto Ferreira de Oliveira, *in memoriam* foi morto em serviço em ocorrência de assalto bancário em 15 de fevereiro de 2008, quando comandava a 13ª Companhia Independente de Polícia Militar de Uruará, município localizado no sudeste paraense.

[22] A escolha do nome da 17ª turma, constituiu-se de modo "excepcional". "Gustavo Henrique Cardoso Baía", *in memoriam*. Era filho do Cadete da Polícia Militar do Amapá, Fábio Roni Vilhena Baia e de Marliane da Silva Cardoso Baia. A criança faleceu precocemente, aos quatro anos, vítima de doença pulmonar, no período em que seu pai realizava o CFO. Dada à forte comoção pelo falecimento da criança, os cadetes da 17ª turma da APM Cel. Fontoura, composta exclusivamente de cadetes do Amapá, pelo regime de convênio com a PMPA, resolveu homenageá-lo, em solidariedade à família.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a formação do oficialato que surgia àquela época, vislumbrou-se uma formatação híbrida, em cuja a grade curricular havia possibilidade em associar disciplinas acadêmicas amalgamadas no ensino humanístico, jurídico, econômico-social, estatístico e, concomitantemente, os conhecimentos da instância militar e apresentava disciplinas comuns a outros cursos ministrados em faculdades civis

e com carga horária equivalente. Nota-se que a inserção ou ajuste de carga horária das disciplinas era um fator relevante. Porém, isso não bastaria para atender às especificidades da formação profissional policial militar, visto ser bastante diferenciada das demais, pois as características do ensino-aprendizagem numa academia policial militar, em geral, diferem dos métodos de ensino adotados nas faculdades públicas e/ou civis, pela exigência da modelagem comportamental e da constituição do *habitus.*

Destaca-se ainda que, no processo de formação policial militar, se faz imperiosa a internalização de conteúdos teóricos/práticos, do condicionamento e a modelagem dos comportamentos sociais escolares, os quais são observados, nas diversas manifestações cotidianas: na apresentação pessoal, nas formas de cumprimento, no trajar-se, deslocar-se, ao entrar ou ao sair do recinto, na classificação do pelotão, na responsabilidade com seus objetos, no relacionamento com os pares, superiores e subordinados, nas inspeções, treinamentos, solenidades, "paradões", reuniões, designação de "missão", participação em eventos externos à Academia, liderança, comandamento, organização, disciplina, planejamento, hierarquia, ordem etc. Isso se traduzia na compreensão do *ethos* militar, da estrutura interna militar que define explicitamente quem comanda e quem obedece, entre os seus diferentes níveis, conforme as bases doutrinárias originadas do modelo de educação militar.

Depois, para se consolidar a internalização do ensino, a instrução policial militar reveste-se de todos os recursos: conhecimentos, habilidades, treinamentos e, controle, o que geralmente se realizava de modo rígido, com pouca flexibilidade e reflexão, visando à manutenção da cultura militar, a priori, herdada do Exército Brasileiro, e que se reproduziria por meio da obediência à hierarquia e à disciplina, com sua notória função didático-andragógica, determinando aos seus integrantes (mulheres e homens adultos), a obrigação do enquadramento e de outros tantos aprendizados que se revelam como múltiplos desafios advindos da profissão policial militar escolhida.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção:** crítica social do julgamento. 2 ed. rev. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BRASIL. **Lei Federal nº. 192 de 17 de janeiro de 1936.** Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Policias Militares sendo consideradas reservas do Exército. 1936.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969.** Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providência. 1969.

DIAS, Gilberto. **A gestão da produção de segurança pública e a formação do oficial policial militar:** o caso da Polícia Militar de Santa Catarina. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LEITE, Maurea Mendes. **Origens sociais e trajetórias profissionais das primeiras mulheres policiais pertencentes ao círculo de oficiais da Policia Militar do Pará.** Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

MACHADO, Francisco Ribeiro. **Manual do Policial Militar**. Obra adotada através da Portaria nº. 003/1989-PM/3, transcrita no Boletim Geral da PMPA nº. 172, 18 set., 1989. 2. ed. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1992.

MACHADO, Francisco Ribeiro. **Visão Histórica da Polícia Militar do Pará**: pesquisa e compilação. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2012.

MENEZES, José Pantoja. **O Corpo de Bombeiros Militar do Pará.** 2. ed. Belém, 2007.

MORAES REGO, Orlando Luciano Martins. **Retrospectiva histórica da Polícia Militar do Estado do Pará:** 1822-1930. Belém: Falangola, 1981.

PARÁ. **Decreto nº. 2.030, de 15 de dezembro de 1981.** Cria na Polícia Militar do Pará o Pelotão de Polícia Feminina e dá outras providências, 1981.

PARÁ. **Decreto nº. 3.574, de 25 de setembro de 1940.** Definiu Fontoura como Patrono da Polícia Militar do Pará, 1940.

PARÁ. **Decreto-Lei nº. 3.257, de 24 de abril de 1939.** Institui o Curso de Formação de Oficiais, 1939.

PENTEADO, Antônio Rocha. **Belém do Pará - Primeiros Estudos**. Estudo de Geografia Urbana. Belém: Edufpa, 1968.

PINSKY, Jaime (Org.). **O Brasil no contexto**: 1987-2017. São Paulo: Contexto, 2017.

PMPA-Polícia Militar do Pará. **Decreto nº. 071, de 21 de fevereiro de 1991.** Oficiais R2 admitidos no quadro de oficiais policiais militares da PMPA como Aspirantes a Oficial. Belém, 1991.

VALE, Jesiane Calderaro Costa. **Da Academia de Polícia Militar ao IESP:** a Formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988-2014). Tese (Doutorado em História Social da Amazônia).Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Desafios para a Pesquisa Científica: um olhar sob a percepção de discentes do Curso de Especialização em Docência em Segurança Pública[1]

Josivane do Carmo Campos[2]
Sônia da Costa Passos[3]

[1] Artigo científico apresentado ao Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP) para fins de conclusão do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública - IESP/2024. Está devidamente autorizado pela Direção do Instituto para publicação na Revista Científica da Polícia Militar do Pará (PMPA).

[2] 3º Sargento da Polícia Militar do Pará; Mestre e Doutora em Letras (UFPA); Especialista em Gestão de Pessoas (UNITOLEDO) e em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública (IESP); Graduada em Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa (UFPA); Membro do Comitê Editorial da Revista Científica da Polícia Militar do Pará; Docente dos Cursos de Formação de Oficiais e de Praças da PMPA.

josivanecampos@yahoo.com.br

ORCID: 0000-0002-8796-9812

[3] Assessora Pedagógica e Docente do Instituto de Ensino em Segurança do Pará (IESP); Pós-doutora em Geografia (UFPA); Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA); Mestre em Serviço Social (UFPA); Licenciada em Pedagogia (UNAMA); Licenciada Plena em Letras (Cruzeiro do Sul).

sscpassos_10@yahoo.com.br

ORCID: 0009-0004-1656-7025

RESUMO

A cultura em torno de produção de conhecimento por meio de pesquisas científicas, divulgação de resultados de pesquisas e a aplicabilidade destes nas ações estratégicas ainda precisam de incentivo no campo da segurança pública. Assim, surgiu a seguinte problemática: Quais os maiores desafios para a pesquisa científica em segurança pública no Estado do Pará? Como questões norteadoras, foram definidas: a) Com que frequência têm sido realizadas as pesquisas científicas nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará? b) Quais fatores podem ser apontados como desafiadores no processo de produção de pesquisa científica? e c) Qual tratamento tem sido dado aos resultados das pesquisas científicas? O objetivo deste artigo foi identificar quais os maiores desafios enfrentados por agentes de segurança pública para desenvolverem pesquisa científica em segurança pública no Estado do Pará. Para isso, foi realizado um estudo sob os enfoques qualitativo e quantitativo, por meio da pesquisa bibliográfica e de levantamento. Os resultados mostraram que os maiores desafios são as escalas de serviço, o investimento financeiro institucional insuficiente e a indisponibilidade de materiais e equipamentos. Para solucionar essas questões, foram apresentadas propostas, como a concessão de bolsas de estudo, diárias, licenças e criação de núcleos de pesquisa. Conclui-se que há muitos desafios enfrentados que podem ser dirimidos conforme as propostas apresentadas e que poderão contribuir para o avanço das pesquisas científicas nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará.

Palavras-chave: Conhecimento; Produção; Aplicabilidade Institucional; Avanço.

ABSTRACT

The culture around knowledge production through scientific research, dissemination of research results and their applicability in strategic actions still needs encouragement in the field of public security. Thus, the problem arose: What are the greatest challenges for scientific research in public security in the State of Pará? As guiding questions, the following were defined: a) How frequently have scientific studies been conducted in public security agencies in the State of Pará? b) What factors can be identified as challenges in the process of producing scientific research? and c) What has been the treatment given to scientific research results? The objective of this article was to identify the greatest challenges faced by public security agents in developing scientific research in public security in the State

of Pará. For this, a qualitative and quantitative study was conducted through bibliographic research and surveys. The results showed that the biggest challenges are service schedules, insufficient institutional financial investment and the unavailability of materials and equipment. To resolve these issues, proposals were presented, such as the granting of scholarships, daily allowances, licenses, and the creation of research centers. It is concluded that there are many challenges faced and that can be resolved according to the proposals presented here and that could contribute to the advancement of scientific research in public security bodies in the state of Pará.

Keywords: Knowledge; Production; Institutional Applicability; Advance.

RESUMEN

La cultura en torno de la producción de conocimiento por medio de investigaciones científicas, la divulgación de los resultados de las pesquisas y de la aplicabilidad de estos resultados en las acciones estratégicas, hasta ahora precisan de estímulo em el campo de la seguridad pública. Así, surgió la siguiente situación problemática (conjunto de dificultades): ¿Cuáles son los mayores desafíos para la pesquisa científica en la Seguridad Pública em el Estado de Pará? Como cuestiones orientadoras, fueron definidas las siguientes: a) ¿Con cuál frecuencia han sido realizadas las pesquisas científicas em los órganos de Seguridad Pública en el Estado de Pará? b) ¿Cuáles factores pueden ser registrados como desafiadores em el proceso de producción de la pesquisa científica? Y c) ¿Cuál tratamiento ha sido dado a los resultados de las pesquisas científicas? El objetivo general de este artículo fue, pues, identificar cuáles han sido los mayores desafíos enfrentados por los agentes de la Seguridad Pública para elaborar pesquisa científica en Seguridad Pública en el Estado de Pará. Para tal propósito, fue realizado un estudio bajo los enfoques cualitativo y cuantitativo, por medio de la pesquisa bibliográfica y de observación. Los resultados mostraron que los mayores desafíos son: las escalas de servicio, la inversión financiera institucional insuficiente y la indisponibilidad de materiales y equipos. Para solucionar tales asuntos, fueron presentadas algunas propuestas, como la concesión de becas de estudio, bonificación, licencias, y creación de núcleos de pesquisa. Se concluye que hay muchos desafíos enfrentados actualmente y que pueden ser resueltos en conformidad con las propuestas presentadas em este artículo y que, por fin, pueden contribuir para la evolución de las pesquisas científicas en los órganos de la Seguridad Pública en el Estado de Pará.

Palabras Clave: Conocimiento; Producción; Aplicabilidad Institucional; Avance.

1 INTRODUÇÃO

Sempre que se aborda o tema Segurança Pública, a primeira referência legal que se tem é o Artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88): “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)”. O Art. 144 da CF/88 define também os órgãos que integram o sistema de segurança pública no Brasil e delimita as competências e responsabilidades de cada órgão. Além disso, possibilita-se aos Municípios constituírem as guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações; e enfatiza a segurança viária, que deve ser exercida pelos órgãos ou entidades executivas e seus agentes de trânsito. Portanto, quando se trata de Segurança Pública, o maior objetivo é garantir aos cidadãos o direito à proteção da vida e do patrimônio, visando sempre a preservação da ordem pública.

Todas essas previsões remetem às ações de presença do Estado para a defesa das pessoas e do patrimônio em suas diferentes modalidades. No entanto, oferecer segurança pública com qualidade e efetividade vai muito além de presença física do Estado nos terri-

tórios, na sociedade e nas comunidades. É preciso Planejamento. E para que esse Planejamento se materialize, é necessário mobilizar saberes. Mobilizar saberes significa “garimpar” conhecimentos de diversas áreas no sentido de pensar estratégias eficientes que convirjam exatamente para resultados eficazes para a segurança pública.

Nesta seara, realizar pesquisa em segurança pública tem se tornado imprescindível, uma vez que este campo também tem passado por grandes transformações resultantes das revoluções sociais que vêm se desencadeando ao longo dos anos. Neste âmbito de transformações, tornam-se emergentes para a sociedade que se realizem estudos sistematizados de temas sensíveis como a discussão das práticas policiais contemporâneas, as redes sociais, a segurança dos policiais, violência policial e outros (Smith *et al*., 2011 *apud* Perovano, 2014). Nesse sentido, Perovano (2014) considera que:

> A pesquisa científica deve oferecer um olhar descritivo e analítico para os processos de policiamento, a partir do comportamento da polícia frente às demandas da sociedade para fornecer elementos fundamentais à organização do planejamento, dos processos de gestão, para a formação inicial e continuada, para o desenvolvimento da rotina de trabalho operacional e de operações, constituindo assim um novo desenho na perspectiva histórica das organizações congêneres. (Perovano, 2014, p. 10).

Esta afirmação corrobora à necessidade de se desenvolverem pesquisas científicas que subsidiem o planejamento e os processos de gestão nos órgãos do sistema de segurança pública. Para isto, o artigo traz à lume a discussão em torno dos desafios para a realização de pesquisa científica em segurança pública e defesa social, a divulgação dos resultados e a aplicabilidade destes para o desempenho da missão constitucional pelos órgãos de segurança pública do Estado do Pará.

Neste contexto, investir em pesquisas científicas que possam investigar a fundo e com seriedade as questões atinentes aos problemas que vêm afetando o trabalho dos órgãos de segurança pública e que possam fornecer subsídios cientificamente comprovados para a elaboração de estratégias à solução de tais problemas, pode ser um fator diferencial para o Estado. No Pará, o Instituto de Ensino em Segurança Pública (IESP) é referência em formação e especialização dos agentes de segurança pública, os quais têm realizado pesquisas científicas para a conclusão de cursos, visando o avanço das pesquisas em segurança pública, e assim contribuir para as ações estratégicas de seus respectivos órgãos de atuação.

Considerando essa temática, surge o seguinte problema de pesquisa: Quais os maiores desafios para a pesquisa científica em segurança pública no Estado do Pará? Como questões norteadoras, têm-se as seguintes: a) Com que frequência têm sido realizadas as pesquisas científicas nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará? b) Quais fatores podem ser apontados como desafiadores no processo de produção de pesquisa científica nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará? c) Qual tratamento tem sido dado aos resultados das pesquisas científicas realizadas nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará?

A escolha do tema se justifica pelo fato da primeira autora deste trabalho fazer parte do Comitê Editorial da Revista Científica da Polícia Militar do Pará e observar que a cultura em torno de produção de conhecimento por meio de pesquisas científicas em segurança pública, divulgação de resultados de pesquisas e a aplicabilidade desses resultados nas ações estratégicas precisa de mais incentivo em âmbito estadual, bem como ter atuado como docente do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Pará (CFO 2022/2023) e observar as dificuldades dos discentes durante o processo de produção do trabalho de conclusão de curso. Por fim, estar como aluna do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública e poder investigar o problema de uma forma direta junto ao público formado por agentes de segurança pública oriundos dos órgãos de segurança pública do estado.

Trata-se de um tema relevante por permitir um olhar mais aproximado e crítico no sentido de investigar os problemas em torno da segurança pública e possibilitar propostas de intervenção que possam contribuir para os novos rumos tanto das corporações militares quanto dos órgãos e entidades ligadas ao sistema de segurança pública como um todo. O resultado final sempre deve estar voltado para contribuir com a paz social e a garantia dos direitos dos cidadãos em suas mais variadas formas de manifestação em sociedade.

Portanto, o objetivo geral deste artigo foi identificar quais os maiores desafios para a pesquisa científica em segurança pública no Estado do Pará. Como objetivos específicos, teve-se: a) Verificar com que frequência têm sido realizadas as pesquisas científicas nos órgãos da segurança pública no Estado do Pará; b) Identificar quais fatores podem ser apontados como desafiadores no processo de produção de pesquisa científica nos órgãos da segurança pública no Estado do Pará; c) Verificar qual tratamento tem sido dado aos resultados das pesquisas científicas realizadas nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará.

2 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa proposta, a metodologia adotada seguiu as orientações de Perovano (2014), que reúne, em seu Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa Social, as técnicas metodológicas previstas nos tratados de metodologia científica voltando-se especialmente para a produção do conhecimento em segurança pública. Com base nisso, a pesquisa desenvolvida teve enfoque qualitativo, por meio de pesquisa bibliográfica, bem como quantitativo, de levantamento, para tratar da importância da pesquisa científica para a segurança pública, a divulgação e aplicação dos resultados nas ações dos órgãos de segurança pública no Estado do Pará.

Segundo Perovano (2014), a pesquisa qualitativa, preocupa-se em compreender seu objeto, descrevendo e explicando o porquê das coisas com foco no fenômeno em estudo.

> A pesquisa qualitativa procura explicar, observar e descrever o porquê das coisas, com as inferências baseadas nos valores e nas trocas simbólicas baseadas na subjetividade do pesquisador, em que o processo e seu significado são os focos principais de sua abordagem. Assim, o propósito do enfoque qualitativo é a reconstrução da realidade, ou de uma parcela dessa realidade, tal como observada pelos atores de um dado sistema social predefinido. (Perovano, 2014, p. 69).

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo. Sobre estes conceitos, Perovano (2014, p. 75) enfatiza o que descreve Sampieri (2013), que os estudos exploratórios “servem fundamentalmente, para que o pesquisador se familiarize com fenômenos relativamente desconhecidos, ou seja, um tema que ainda não foi explorado ou teve os seus conceitos pouco desenvolvidos”. Neste sentido, é possível avaliar a possibilidade de se realizar estudos mais completos sobre determinados contextos da vida real. Quanto ao tipo descritivo, Perovano (2014) afirma que os estudos descritivos servem para relatar situações e eventos, no sentido de descrever como determinados fatos e fenômenos se manifestam.

Para uma pesquisa mais completa, foi feita a análise quantitativa, considerando Gray (2012 *apud* Perovano, 2014), segundo o qual a pesquisa quantitativa parte de uma análise sistemática de um problema real, cuja intenção é a produção de resultados objetivos e que sejam válidos e replicáveis. Assim, optou-se por realizar um levantamento, a fim de obter, por meio de perguntas diretas, os dados que possibilitassem identificar e caracterizar comportamentos de um grupo de pessoas em determinado contexto.

Quanto aos Instrumentos de Coleta de Dados (ICD) utilizados na pesquisa, foram adotados os seguintes procedimentos:

a) Definição da Amostra: Foram selecionados os discentes da Turma II (2022 – 29 alunos) e da Turma III (2023 – 35 alunos) do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública realizado pelo IESP, por serem formadas por agentes de segurança pública oriundos de diferentes órgãos do Sistema de Segurança[5] Pública do Estado do Pará. A amostra constitui-se de 100% das turmas, já que todos os alunos concordaram em participar da pesquisa;

b) Definição do Instrumento de Coleta de Dados: foi elaborado um questionário conforme os objetivos geral e específicos para a realização deste estudo, com dez perguntas fechadas e uma aberta. Todas versavam sobre a realização de pesquisa científica em segurança pública nos respectivos órgãos de atuação dos colaboradores. O questionário foi aplicado por meio do *Google Forms*, por permitir a organização e representação gráfica automática dos dados;

c) Tratamento de dados: os dados quantitativos foram representados por meio de gráficos gerados pelo *Google Forms*, bem como pelo *Excel* quando necessário. As respostas à pergunta aberta foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo do tipo temática e frequencial, a qual consiste em descobrir núcleos de sentidos (categorias) nos discursos dos participantes (Bardin, 2016).

As respostas foram analisadas, a fim de identificar os desafios enfrentados pelos colaboradores enquanto discentes e agentes de segurança pública e a relação dos conhecimentos produzidos cientificamente com a realidade em que se inserem no âmbito do Sistema de Segurança Pública no Estado do Pará. Para discorrer sobre a temática selecionada, na Seção 3, fala-se sobre os desafios para a pesquisa científica no Brasil e a importância da pesquisa científica para a formação docente.

[5] Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), Departamento Estadual de Trânsito do Pará (DETRAN/PA), Departamento Municipal de Trânsito (DEMUTRAN - Marabá/PA), Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), Guarda Civil Municipal (Ananindeua, Belém, Bragança, Castanhal, Marabá, Parauapebas), Polícia Civil do Pará (PCPA), Polícia Científica do Estado do Pará (PCEPA), Polícia Militar do Pará (PMPA), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Secretaria de Administração Penitenciária do Pará (SEAP), Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), Universidade Estadual do Pará (UEPA).

3 OS DESAFIOS PARA A PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL E A FORMAÇÃO DOCENTE

Sabe-se que os caminhos percorridos pelos pesquisadores no Brasil são árduos, pois muitos são os desafios para os que decidem abraçar a causa e aprofundar-se na busca de conhecimentos por meio de pesquisa científica.

Trata-se de uma atividade que requer dedicação, coragem e persistência para se alcançarem resultados inéditos ou comprobatórios capazes de transformar a realidade de diversas áreas do conhecimento que podem trazer benefícios para a sociedade. No entanto, nesse caminho existem muitos desafios que hoje podem ser apontados como entraves para o avanço da ciência.

Segundo o Periódico de Minas [s/d], as pesquisas científicas têm grande valor para a sociedade, na medida em que é por meio delas que se descobrem as curas para doenças, há o desenvolvimento de novas tecnologias para o crescimento do país, contribui-se para a qualidade de vida da sociedade, entre outros. No entanto, a falta de conhecimento das pessoas sobre o que se tem desenvolvido nas

universidades é um grande desafio, pois o apoio da sociedade é importante para que mais investimentos sejam destinados às pesquisas e o progresso, de fato, aconteça.

O Programa de Pós-graduação em Ecologia da Universidade de São Paulo (USP, s/d), também discorre sobre os desafios e dificuldades da pesquisa no Brasil, e assim apontam:

> [...] dificuldades estruturais, como falta de financiamento para pesquisa, baixa remuneração e problemas de saúde mental. Além disso, existe o desconhecimento por parte da sociedade a respeito de como se faz ciência no país e os benefícios da atividade científica para o desenvolvimento nacional. Uma das consequências da falta de informação é a baixa adesão a movimentos de resistência contra os cortes severos que o setor de ciência e tecnologia têm sofrido nos últimos anos. (PPGE/USP).

Neste cenário, Souza *et al.* (2020) também realizaram estudo sobre os desafios para os pesquisadores brasileiros e os resultados mostraram pelo menos onze categorias: Escassez de recursos destinados à pesquisa (93,75%); Baixa relevância das pesquisas realizadas (75%); Sobrecarga de trabalho (62,50%); Baixa interação com o setor produtivo e/ou com a sociedade (62,50%); Infraestrutura de pesquisa deficitária (56,25%); Baixa divulgação e apropriação dos conhecimentos gerados (43,75%); Baixa valorização de outras formas de produção do conhecimento (43,75%); Baixo engajamento dos pesquisadores (37,50%); Alta burocracia envolvida nas etapas da pesquisa (31,25%); Falta de uma equipe de apoio para a pesquisa (31,25%); Baixa interação entre pesquisadores (25%).

A pesquisa científica é uma atividade extremamente importante para o desenvolvimento da sociedade e a formação acadêmica pode gerar conhecimentos e influenciar diretamente para a constituição da mentalidade das pessoas (Menna, 2017). Ele define pesquisa como uma atividade de busca da verdade e que tem destaque sobre outras dimensões da vida humana, pois “influi sobre o modo de pensar, de raciocinar e criar e de julgar” (p. 197) sobre vários aspectos da nossa vida. Ela pode coincidir com a vida profissional ou pode funcionar como uma etapa relevante para a vida profissional. Mas ela é importante para todas as dimensões da vida.

Ainda sobre a importância da pesquisa na formação docente, Jung (2007, p. 1) afirma que “pesquisar é uma forma de encontrar respostas para diversas perguntas”. A autora assegura que a importância da pesquisa na formação do professor está em buscar novos conhecimentos, ser inovador e criativo, visto que os alunos estão sempre curiosos frente a novos conteúdos. Diante disso, o professor precisa estar em constante busca de conhecimentos para que se tenha um bom desempenho em sala de aula.

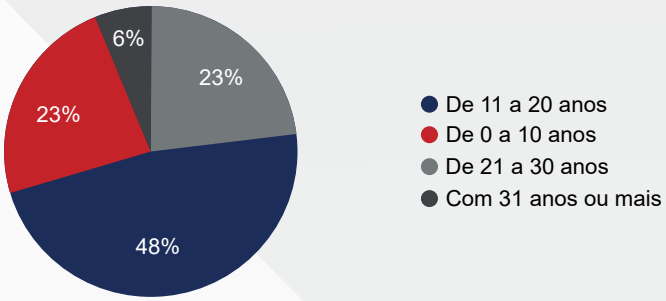
Sobre estes aspectos, tem-se como referências a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2011). O art. 43 da primeira prevê as finalidades da educação superior, e o inciso III define o seguinte: “III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; (grifo nosso)”. O PNE também prevê o incentivo à prática da pesquisa entre os seus objetivos e metas para a educação superior: “18. Incentivar a generalização da prática da pesquisa como elemento integrante e modernizador dos processos de ensino-aprendizagem em toda a educação superior, inclusive com a participação de alunos no desenvolvimento da pesquisa” (PNE, p. 44, grifo nosso).

Ambas as leis vislumbram o incentivo à prática da pesquisa na formação docente, tendo em vista o desenvolvimento intelectual do homem na compreensão do ambiente em que vive e em todo o seu processo educacional nas diferentes dimensões de seu desenvolvimento humano. Considerando os desafios para a pesquisa científica e a formação docente, a seguir apresentam-se os resultados da pesquisa, relacionando-os aos desafios identificados na seção.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

Objetivando traçar o perfil das turmas, foi perguntado o tempo de serviço público, se atuam como docentes e se desenvolvem algum projeto de pesquisa em segurança pública; e em caso positivo, com qual frequência. Quanto ao tempo de serviço público, constatou-se que a maioria (48%) conta entre 11 e 20 anos. Em igual percentual (23%) estão os que contam de 0 a 10 anos e os que contam 21 a 30 anos. E há alguns com mais de 31 anos de serviço (6%), como mostra a Figura 1.

Figura 1: Percentual do Tempo de serviço dos participantes.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Considerando esse tempo no serviço público e a participação no Curso de Especialização foi perguntado se os participantes atuavam como docentes e se desenvolviam algum projeto de pesquisa em segurança pública. Os resultados na Tabela 1 mostram que, em sua maioria, os participantes atuavam como docentes (68%). No entanto, somente 40% deles desenvolviam pesquisa científica em segurança pública.

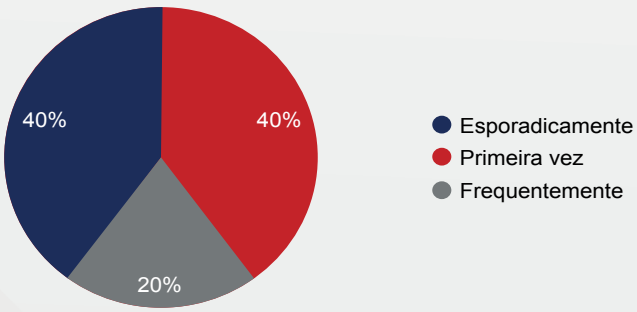
Tabela 1: Percentual da Atuação docente e desenvolvimento de pesquisa científica em segurança pública.

Questões	Sim	Não
Você atua como docenete na área de segurança pública?	68%	32%
Você desenvolve algum projeto de pesquisa em segurança pública?	40%	60%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Quando perguntado sobre a frequência em realizar pesquisa científica voltada para a segurança pública, constatou-se que apenas 20% dos participantes realizavam essa atividade com frequência. 40% deles estava realizando pesquisa científica pela primeira vez durante o Curso de Especialização em estudo, e os outros 40% realizavam esporadicamente, como mostra a Figura 2.

Figura 2: Frequência em que os participantes realizam pesquisa científica em segurança pública.



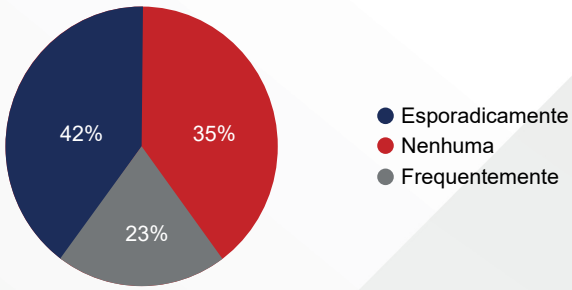
Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Estes resultados mostram a insuficiência de atividades voltadas para a pesquisa científica nos órgãos do serviço público, e em especial, aqueles voltados para a segurança pública, contrariando as previsões legais para a pesquisa científica no Brasil preconizadas pela LDB e o PNE quando tratam do incentivo à pesquisa e investigação científica e ao incentivo à prática da pesquisa como elemento incentivador do processo de ensino-aprendizagem.

4.1 A PESQUISA CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Visando contemplar o objetivo específico de verificar com que frequência têm sido realizadas as pesquisas científicas nos órgãos da segurança pública no Estado do Pará, bem como nas instituições que contribuem direta ou indiretamente para a promoção da segurança da sociedade, perguntou-se com que frequência o órgão da segurança pública em que o discente atua realiza pesquisa científica voltada para a segurança pública. Os resultados são mostrados na Figura 3.

Figura 3: Frequência em que os órgãos realizam pesquisa científica em segurança pública.



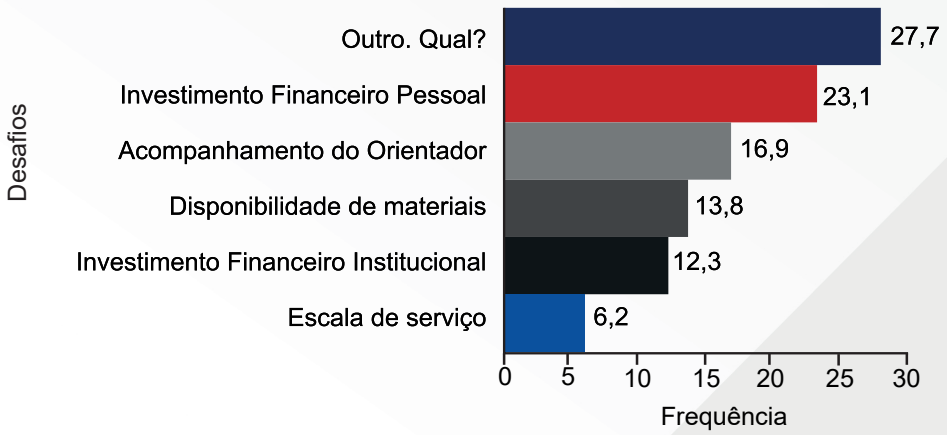
Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Observa-se que em 35% dos órgãos públicos não existe produção científica. A maioria (42%), apenas esporadicamente e 23% realizam pesquisa frequentemente. Assim, observa-se as consequências do que mostram Souza *et al*. (2020), quando a escassez de recursos destinados à pesquisa foi considerada o maior desafio dos pesquisadores. O PPGE/USP sinalizou os cortes severos que o setor de ciência e tecnologia tem sofrido nos últimos anos, resultando em grandes entraves para o desenvolvimento do país. Daí, surge o questionamento sobre os desafios para quem se arrisca em tratar desses assuntos sob o viés científico, conforme será abordado a seguir.

4.2 DESAFIOS PARA A PESQUISA CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Durante a atuação como docente do Curso de Formação de Oficiais da PMPA (CFO/2022-2023) e como discente do Curso de Especialização em Docência do Ensino Superior em Segurança Pública, esta autora observou várias dificuldades dos alunos quando precisaram produzir artigo científico. Dentre as dificuldades relatadas pelos alunos, as mais frequentes foram selecionadas para constar no questionário aplicado para a produção deste artigo, como mostram os resultados na Figura 4.

Figura 4: Frequência dos desafios enfrentados pelos discentes para realizar pesquisa científica em segurança pública.



Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Conforme mostram os resultados, os maiores desafios enfrentados pelos discentes são as escalas de serviço (28%), a falta de investimento financeiro institucional (23%), e a disponibilidade de materiais de pesquisa (17%). Estes resultados confirmam o exposto pelo PPGE/USP e se assemelham aos de Souza *et al.* (2020, p. 7), quando apontam a "Escassez de recursos financeiros destinados à pesquisa" (93,75%) como sendo o primeiro e maior desafio dos pesquisadores brasileiros.

Para os agentes de segurança pública, o primeiro e maior desafio são as escalas de serviço, o que pode ser justificado pela peculiaridade do serviço de segurança pública, principalmente o serviço militar que tem nas escalas de serviço a obrigatoriedade de cumprimento das missões. Neste contexto, assemelha-se aos resultados de Souza *et al.* (2020, p. 7) referentes à categoria "Sobrecarga de trabalho" (62,50%) que reflete a "falta de tempo para o pesquisador se dedicar às atividades de pesquisa devido à acumulação de funções de ensino, pesquisa, extensão e gestão", o que afeta diretamente na qualidade dos resultados da pesquisa.

O terceiro maior desafio apontado pelos resultados desta pesquisa (disponibilidade de materiais) também confirmam o exposto pelo PPGE/USP e é encontrado por Souza *et al.* (2020, p. 7) sob a categoria "Infraestrutura de pesquisa deficitária" (56,25%), pois traduz-se em "falta de laboratórios e equipamentos que permitam o desenvolvimento de pesquisas de ponta". Assim, observa-se que os maiores desafios enfrentados pelos pesquisadores da segurança pública são semelhantes aos enfrentados pelos pesquisadores das universidades brasileiras como um todo e de forma frequente.

Além destes três mais frequentes e significativos, os resultados do presente artigo apontaram como desafios o acompanhamento do orientador (14%), investimento financeiro pessoal (12%), e outros 6% que estão relacionados à concessão de diárias para os discentes que precisam se deslocar das cidades do interior para a Capital do Estado, a fim de participar de cursos de pós-graduação, uma vez que se torna oneroso para os discentes manter hospedagem, alimentação, materiais de estudo e outros com recurso financeiro próprio.

No que se refere aos resultados das pesquisas científicas já realizadas sobre a temática da segurança pública, foi perguntado sobre a existência de meios oficiais de divulgação; e se esses resultados têm sido aplicados para o planejamento de estratégias institucionais. Estas questões contemplam o terceiro objetivo específico deste artigo, e os resultados são mostrados na subseção 4.3 a seguir.

4.3 APLICABILIDADE DOS RESULTADOS DE PESQUISA CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Retomando a ideia de que uma das maiores importâncias da pesquisa está em questionar determinadas crenças e buscar novos conhecimentos (Jung, 2007), buscou-se verificar a aplicabilidade dos resultados das pesquisas científicas em favor das ações estratégicas do planejamento institucional voltados para a segurança pública e sua missão constitucional de proporcionar o bem-estar da sociedade (CF/88), conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Divulgação e Aplicabilidade dos resultados das pesquisas científicas em segurança pública.

Questões	Sim	Não
O órgão da segurança pública em que você atua tem algum veículo de divulgação dos resultados das pesquisas científicas em segurança pública?	25%	75%
O órgão da segurança pública em que você atua tem utilizado os resultados das pesquisas científicas para o planejamento institucional?	26%	74%

Fonte: Pesquisa realizada pelo autor em novembro de 2023 no IESP.

Os resultados mostraram que apenas 25% dos órgãos públicos aos quais os participantes estão vinculados têm algum veículo de divulgação dos trabalhos realizados em nível científico, sendo citados a Revista Científica da Polícia Militar do Pará, as Assessorias de Comunicação e os sites institucionais, tais como o da UniPRF (Universidade da Polícia Rodoviária Federal) e a Escola de Administração Penitenciária (EAP).

Quanto à aplicabilidade dos resultados, declarou-se que em 74% dos órgãos públicos não se faz a aplicação dos novos achados científicos nas ações referentes ao planejamento institucional. Apenas 26% dos trabalhos têm sido aproveitados. Estes são considerados extremamente importantes, pois destes trabalhos resultaram a criação e atualização de leis, e o embasamento científico para o planejamento em nível estratégico, tático e operacional em diferentes instituições. Neste aspecto, os resultados de Souza *et al.* (2020) se mostram semelhantes sob a categoria "Baixa divulgação e apropriação dos conhecimentos gerados" (43,75%) que se caracteriza pela "Baixa divulgação dos resultados das pesquisas para a legitimação dos recursos investidos e aplicação em problemas sociais e/ou econômicos (p. 7)".

Dentre os aspectos positivos dos resultados das pesquisas realizadas em segurança pública no Pará, foram citados o plano de ação para combate a assalto a bancos na modalidade "Novo Cangaço", as ações do SIAC, as ações preventivas do CBMPA, a intensificação do policiamento nas áreas mais vulneráveis oriundos de estudos como na área de georreferenciamento, e maior investimento em treinamentos e capacitações do efetivo dos órgãos de segurança pública.

Destes resultados, observa-se que, apesar de ainda serem pouco realizadas, quando aproveitados os conhecimentos novos, estes têm tido impactos muitos positivos e significativos para as ações e operações dos diferentes órgãos e instituições que têm a missão, direta ou indiretamente, de oferecer à sociedade um serviço público de qualidade, proporcionando segurança e bem-estar social para todos, sem distinção, conforme preconiza a CF/88.

Por fim, visando oferecer propostas de intervenção para o avanço das pesquisas científicas, foram solicitadas sugestões dos discentes para tal avanço, a fim de não serem apresentadas apenas propostas da autora deste trabalho. Considerando a análise de conteúdo, as respostas foram agrupadas em cinco categorias, como mostra a subseção 4.4.

4.4 PROPOSTAS PARA O AVANÇO DA PESQUISA CIENTÍFICA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Os argumentos analisados, resumiram-se em cinco categorias: Investimento, Incentivo, Integração, Aplicabilidade e Divulgação dos resultados. Estas categorias também foram identificadas por Souza *et al.* (2020) como desafios apontados pelos pesquisadores, tais como: Baixa divulgação e apropriação dos conhecimentos gerados (43,75%); Baixa valorização de outras formas de produção do conhecimento (43,75%); Baixo engajamento dos pesquisadores (37,50%); Alta burocracia envolvida nas etapas da pesquisa (31,25%); Falta de uma equipe de apoio para a pesquisa (31,25%); Baixa interação entre pesquisadores (25%).

4.4.1 Investimento

Nesta categoria, a proposta é que se faça mais investimento financeiro para fomentar a pesquisa científica em segurança pública, tanto na questão material quanto na formação e especialização de recursos humanos envolvidos em tal atividade de produção de conhecimento, tais como os citados no Quadro 1:

Quadro 1: Propostas dos discentes e da autora quanto ao investimento financeiro para o avanço da pesquisa científica em segurança pública.

Propostas/Discentes	Propostas/Autora
Concessão de bolsas de estudo.	Aos profissionais interessados em participar de projetos de pesquisa desenvolvidos pela própria instituição.
Concessão de diárias.	Aos profissionais interessados em participar de projetos de pesquisa desenvolvidos por instituições externas, bem como para a participação em eventos científicos de divulgação de resultados das pesquisas realizadas.
Oferta de Cursos de Pós-graduação para todos os órgãos e instituições da segurança pública.	Ofertar outros cursos de Pós-graduação voltados às outras áreas da segurança pública, tais como a gestão de pessoas, finanças, inteligência, comunicação social, planejamento etc.
Criação de um setor especificamente responsável pelo desenvolvimento de pesquisa científica, ensino e capacitação de profissionais que atuarão no setor.	Criar um departamento de ensino, instrução e pesquisa científica, sendo responsável pela produção de conhecimentos, aperfeiçoamento de pessoal, divulgação de resultados, bem como pelo direcionamento do melhor aproveitamento destes achados no planejamento organizacional.
Materiais e equipamentos necessários à atividade de pesquisa científica.	Investir em laboratórios de pesquisa e equipá-los conforme a necessidade de cada área de estudo, a fim de que se possa realizar as pesquisas de forma minuciosa e se obtenha resultados mais confiáveis.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.4.2 Incentivo

Nesta categoria, a proposta é que a instituição proporcione meios que incentivem o profissional de segurança pública a se dedicar à atividade de pesquisa científica. Nisto, enquadram-se os investimentos financeiros citados na subseção 4.4.1. Além disso, foram citados os seguintes fatores constantes no Quadro 2:

Quadro 2: Propostas dos discentes e da autora quanto ao incentivo dos profissionais para o avanço da pesquisa científica em segurança pública.

Propostas/Discentes	Propostas/Autora
Concessão de Licença para Aprimoramento Profissional.	Este fator foi citado quando há necessidade de mais tempo para dedicação aos estudos. A ideia é que haja uma forma especificamente voltada para a liberação do servidor para dedicação exclusiva, de modo temporário, para as atividades de aperfeiçoamento acadêmico e profissional, incluindo a participação em eventos acadêmicos. Assim, a proposta é criar um dispositivo legal para regulamentar a concessão de licença para aprimoramento do profissional que deseje se dedicar às atividades de pesquisa científica.
Maior frequência de disponibilização de cursos e maior número de vagas.	Que sejam criados cursos de especialização e que haja mais turmas, aumentando o número de vagas e proporcionando mais oportunidade de participação dos profissionais de segurança pública. Assim, oportuniza-se maior participação do efetivo e as pesquisas avançam com mais questões investigadas.
Nomeação de coordenadores com especialização em docência nos cargos de diretoria de ensino das instituições.	Nomear pessoal especializado para os cargos e funções diretamente vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão, uma vez que o conhecimento específico possibilita melhor avaliação das demandas direcionadas à pesquisa e aplicação real dos resultados. É importante que o gestor e membros dos departamentos de pesquisa possuam conhecimento de causa, que saibam direcionar as atividades e elaborar o planejamento que tragam resultados efetivos e eficazes para aquele determinado órgão ou instituição. Vale ressaltar que, neste incentivo, some-se a criação de gratificação pecuniária em níveis, conforme a responsabilidade de cada função exercida.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.4.3 Integração

Enquadram-se, nesta categoria, as sugestões que fizeram referência à relação entre órgãos do serviço público de segurança pública e as instituições de ensino superior e agências nacionais de fomento à pesquisa científica (CAPES[6], CNPq[7], FAPESPA[8]), com o objetivo de firmar acordos e convênios que possibilitem o financiamento de pes-

[6] A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é uma Fundação do Ministério da Educação (MEC) (https://www.gov.br/mec/pt-br), que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. (Fonte: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap).

[7] O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica, tecnológica e de inovação e promover a formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa, em todas as áreas do conhecimento. (Fonte: https://portal.cnpq.br/web/guest/apresentacao_institucional).

[8] Fundada em 2007, a atualmente Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas foi criada para ser a responsável pelo fomento de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação dentro do Estado do Pará. (Fonte: https://www.fapespa.pa.gov.br/sobre-nos/).

quisas a serem realizadas por grupos criados para tal fim. Deste financiamento externo, propõe-se que também sejam concedidas bolsas de estudo para pesquisadores com experiência, bem como para estudantes em nível de iniciação à pesquisa científica.

Este contexto de integração também pode ser considerado como fonte de incentivo para profissionais que desejem seguir carreira acadêmica com foco nas investigações de assuntos atinentes aos mais diversos setores das instituições de segurança pública. Trata-se, também, de uma maneira de promover parcerias entre universidades e órgãos de segurança pública, incentivar a formação de redes colaborativas de pesquisadores e facilitar o planejamento de ações interinstitucionais que promovam maior alcance das ações preventivas para a sociedade. Como mostrado por Souza *et al.* (2020), a integração é um grande desafio, pois em seus resultados, pôde-se identificar por meios de duas categorias ("Baixo engajamento dos pesquisadores" e "Baixa interação entre pesquisadores") a necessidade de integração entre pesquisadores, para que haja maior comprometimento, parcerias e mais discussões para o desenvolvimento de estudos multidisciplinares.

Por fim, os discentes propuseram a criação de Núcleo de Estudos e Pesquisas com foco no Eixo Temático Segurança Pública e Defesa Social, criação de Observatório da Violência, formação de programas de estágios para alunos de faculdades parceiras, plataforma unificada entre as instituições conveniadas. Tudo isso visando a integração entre os órgãos de segurança pública, as universidades e agências de fomento que contribuam para o avanço das pesquisas científicas.

4.4.4 Aplicabilidade

No que se refere à Aplicabilidade, foi sugerido que os órgãos de segurança pública adotem as pesquisas científicas como método de validação prévia das suas ações, e que isso seja previsto em legislação própria para que estas questões não fiquem dependendo da discricionariedade do gestor geral de dado órgão, mas que possa ser adotado por todos os que exercerem tal função de gerência.

Neste contexto, espera-se que as pesquisas científicas tenham seus resultados aplicados na fase de planejamentos quando da elaboração das políticas institucionais, as quais culminarão nas diretrizes que regerão cada instituição e serão desdobradas nas mais diferentes ações estratégicas da instituição. Trata-se, portanto, de uma ferramenta de suporte primordial para a tomada de decisões organizacionais.

4.4.5 Divulgação dos resultados

A quinta categoria mais apontada pelos discentes diz respeito à divulgação dos resultados das pesquisas científicas em segurança pública. Este desafio também foi apontado pelo PPGE/USP, e por Souza *et al.* (2020) sob a categoria "Baixa divulgação e apropriação dos conhecimentos gerados (43,75%)". A ideia é que se dê mais visibilidade aos resultados das pesquisas por meio da realização de eventos científicos, de forma periódica, e a criação de meios de divulgação permanente, como revistas, cadernos de pesquisa, livros.

Como proposta de divulgação, a autora deste estudo propõe que sejam atendidas as propostas descritas nas subseções anteriores, e que estes resultados sejam divulgados por meio de Congressos, Encontros, Simpósios, Conferências e eventos afins, organização pelos setores responsáveis pela pesquisa científica em cada órgão de segurança pública no Estado do Pará. Estes eventos são de extrema importância para se estabelecerem trocas de conhecimentos e experiências que poderão influenciar sobremaneira para a avaliação do que se tem feito e do que se poderá fazer para contribuir com o avanço da pesquisa científica em segurança pública em nível estadual.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Oferecer segurança pública requer planejamento sério e especializado, mobilizando a maior gama de saberes possíveis e disponíveis. É justamente nesse momento que a importância da pesquisa científica se apresenta, sendo uma ferramenta que pode contribuir significativamente para que se tenha um planejamento mais eficiente e eficaz embasado por estudos aprofundados e comprovados por meio de investigação científica. Mas, como fazer ciência no campo da segurança pública? Sabe-se que muitos são os desafios que se apresentam para aqueles que se dispõem a desenvolver estudos científicos, e não é diferente para os agentes de segurança pública. Trata-se de uma seara de muitas demandas complexas e dinâmicas que precisam ser objeto de estudos constantes, visto que a criminalidade também evolui e busca diferentes modos de atuação, e o Estado precisa estar pronto para prevenir e para combater tais ações.

Para o atendimento da demanda de pesquisa científica, chega-se, pois, no papel fundamental do professor/instrutor dos cursos de formação e especialização dos agentes de segurança pública, os quais precisam estar em constante atualização de conhecimentos. Nesse ínterim, a formação docente de agentes de segurança pública precisa ter como um dos focos principais o desenvolvimento de pesquisa científica, uma vez que os resultados dessa atividade poderão influenciar para uma nova forma de pensar, criar, julgar e transformar a realidade. A pesquisa deve ser uma constante busca da verdade, visto que o conhecimento pode ser mutável e falível, como afirma Menna (2017).

No entanto, para ser um docente pesquisador em segurança pública, muitos desafios e obstáculos precisam ser enfrentados para que o professor seja cada vez mais criativo, inovador, influenciador e tenha sempre bom desempenho em sala de aula, como afirma Jung (2007). Ademais, deve-se considerar as previsões da LDB e PNE no que se refere a incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica a fim de se desenvolver o pensamento do homem e a compreensão do meio em que vive.

Por todo o exposto, esta pesquisa foi realizada para investigar os maiores desafios enfrentados por agentes de segurança pública para realizarem pesquisa científica em torno dos muitos problemas apresentados no campo da segurança pública e que precisam de soluções efetivas tomando como requisito de validação os resultados de pesquisas científicas, bem como foram apresentadas propostas de soluções para cada desafio declarado pelos participantes da pesquisa.

Os resultados mostraram que:

a) Embora atuem como docentes (68%), a maioria não desenvolve pesquisa científica especificamente voltada à segurança pública (apenas 20% dos participantes realizam pesquisa com frequência);

b) 65% dos órgãos ou instituições não possuem um setor para a realização de pesquisa científica voltado para a segurança pública;

c) 35% dos órgãos ou instituições públicas definitivamente não existe nenhuma produção científica;

d) os maiores desafios enfrentados pelos discentes são as escalas de serviço, a falta de investimento financeiro institucional especificamente voltado para o fomento de pesquisa científica, e a disponibilidade de materiais de pesquisa;

e) apenas 25% dos órgãos públicos têm algum veículo de divulgação dos trabalhos realizados em nível científico;

f) apenas 26% dos trabalhos científicos tem sido aproveitado no planejamento dos órgãos de segurança pública.

Para solucionar estas questões, algumas propostas foram apresentadas tomando como base as necessidades apontadas pelos resultados, quais sejam: investimento e incentivo institucionais, integração entre os órgãos de segurança pública, aplicabilidade e divulgação dos resultados das pesquisas científicas. Com este trabalho e os resultados aqui apresentados, espera-se que as propostas sejam analisadas pelos gestores de segurança pública no Estado do Pará e que possam trazer novas formas de pensar a atividade docente com vistas à atividade de pesquisa e investigação científica, visando o planejamento institucional e, principalmente, o atendimento primordial ao que prevê a Constituição Federal Brasileira e demais dispositivos legais atinentes à educação no Brasil.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. **Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº. 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025%20DE%20JUNHO%20DE%202014.&text=Aprova%20o%20Plano%20Nacional%20de,Art.>. Acesso em: 03 nov. 2023.

JUNG, Karen Maria. **A pesquisa na formação do professor.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2007. Disponível em: <http://euler.mat.ufrgs.br/~vclotilde/disciplinas/pesquisa/texto_Jung.pdf>. Acesso em: 02 set. 2023.10.26.

MENNA, Sérgio Hugo. A pesquisa científica e a formação acadêmica. **Prometeus - Revista de Filosofia**, Ano 10, Número 24, set./dez., 2017. E-INNN:2176-5960. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/prometeus/article/view/7192/5789>. Acesso em: 02 set. 2023.10.26.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa Social.** Curitiba, Jaruá, 2014.

SOUZA, Donizeti Leandro de; ZAMBALDE, André Luiz; MESQUITA, Daniel Leite; SOUZA, Thais Assis de; SILVA, Nanielle Lourena Campos da. **A perspectiva dos pesquisadores sobre os desafios da pesquisa no Brasil.** Educação e Pesquisa. Revista da Faculdade de Educação da USP. 2020. Scielo. https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046221628. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WgdZnSMrX49LLTJMffmsqNK/#>. Acesso em: 11 dez. 2023.

USP. Desafios e dificuldades da pesquisa no Brasil. P**rograma de Pós-Graduação em Ecologia**. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://posecologia.ib.usp.br/noticias/246-desafios-e-dificuldades-da-pesquisa-no-brasil.html>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Entenda os atuais desafios das pesquisas científicas no Brasil. **Periódico de Minas**. Blog. Disponível em: <https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/entenda-os-atuais-desafios-das-pesquisas-cientificas/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

Policiamento escolar em comunidade ribeirinha: estudo de viabilidade para implementação na Ilha de Cotijuba, Belém, Pará, Brasil

Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros[1], Antonio Rodrigues da Silva Júnior[2], Gabriel Palombo[3], Simone Franceska Pinheiro das Chagas Jacques[4], Manoel Juarez de Sousa Weiss[5]

[1] Coronel da Polícia Militar do Pará; Bacharel em Direito pela Faculdade Ideal (2009); Especialista em Gestão e Segurança Ambiental (IESP).

arielsampaio@hotmail.com

ORCID: 0009-0006-7137-5776

[2] Sargento da Polícia Militar do Pará; Doutorando em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/UFPA).

silvajuniorgeo@yahoo.com.br

ORCID: 0000-0002-5174-3969

[3] Tenente da Polícia Militar do Pará; Especialista em Defesa Social e Cidadania (IESP).

gabrielcarzapalombo@gmail.com

ORCID: 0009-0000-7865-4213

[4] Tenente-Coronel da Polícia Militar do Pará; Doutora em Geografia (PPGEO/UFPA).

professora.franceska@gmail.com

ORCID: 0000-0001-7084-4792

[5] Soldado da Polícia Militar do Pará; Bacharel em Direito (UNAMA).

Manosousaweiss@gmail.com

ORCID: 0009-0001-9482-5833

RESUMO

O trabalho versa sobre a viabilidade de implementar ações preventivas do Batalhão de Policiamento Escolar, através do projeto “Policiamento Escolar em Comunidade Ribeirinha”, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição, localizada na Ilha de Cotijuba, Município de Belém no Estado do Pará, com objetivo de proporcionar maior segurança e fluidez ao processo de ensino-aprendizagem dos docentes e discentes da escola. Para tanto, utiliza-se a “Teoria social do espaço” de Milton Santos, em especial as obras Metamorfoses do Espaço Habitado (2014) e A Natureza do Espaço (2020), visando analisar as relações de poder constituídas entre os agentes territoriais que produzem violência e criminalidade na ilha. Adotou-se a abordagem do tipo exploratória quantiqualitativa, inerente à revisão literária e levantamento de dados primários por meio da aplicação de questionário e entrevista semiestruturada a discentes e gestor, respectivamente. Os resultados demonstram aceitabilidade para a implementação do projeto, dada a vulnerabilidade da comunidade estudantil frente à conjuntura de criminalidade da ilha, bem como se configura como uma alternativa que preenche a lacuna premente no contexto de integração interinstitucional e de esforços mútuos em benefício da educação no Estado do Pará.

Palavras-chave: Violência; Poder; Ações Preventivas; Educação.

ABSTRACT

This work discusses the feasibility of implementing preventive actions by the School Policing Battalion through the project “School Policing in Riverside Communities” at the Teacher Marta da Conceição State Elementary and High School, located on Cotijuba Island in Belém, Pará. The objective is to provide greater security and fluidity to the teaching-learning process of teachers and students at the school. Milton Santos’ “Social Theory of Space,” particularly the works Metamorphoses of Inhabited Space (2014) and The Nature of Space (2020), is used to analyze the power relations established between territorial agents that produce violence and crime on the island. An exploratory quantitative and qualitative approach was adopted, including a literature review and the collection of primary data through the application of questionnaires and semi-structured interviews with students and the school principal. The results demonstrate the acceptability of implementing the project, given the vulnerability of the student community in the face of the island’s

crime situation. It also represents an alternative that addresses the urgent gap in the context of inter-institutional integration and mutual efforts for the benefit of education in the State of Pará.

Keywords: Violence; Power; Presentive Actions; Education.

RESUMEN

El trabajo aborda la viabilidad de implementar acciones preventivas po parte del Batallón de Vigilancia Escolar, a través del proyecto “Vigilancia Escolar en la comunidad ribereña”, en la Escuela Estatal de Educación Básica y Secundaria Profesora Marta da Conceição, localizada en la Isla de Cotijuba, Municipio de Belém en el Estado de Pará, con el objetivo de proporcionar mayor seguridad y fluidez al proceso de enseñanza-aprendizaje de profesores y estudiantes de la escuela. Para ello, se utilizó la “Teoría social del espacio” de Milton Santos, en especial las obras “Metamorfosis del Espacio Habitado” (2014) y “La Naturaleza del Espacio” (2020), para intentar analizar las relaciones de poder que se constituyen entre los agentes territoriales que producen violencia y criminalidad en la isla. Se adoptó el enfoque de pesquisa tipo exploratoria quanticualitativa, atinente a la revisión literaria y la enumeración de datos primarios por medio de la aplicación de cuestionario y entrevista semiestructurada a los alumnos y el gestor, respectivamente. Los resultados demuestran la aceptabilidad para la implementación del proyecto, dada la vulnerabilidad de la comunidad estudiantil frente a la conjuntura de criminalidad de la isla, así como se configura como una alternativa que rellena el angustioso vacío en el contexto de integración interinstitucional y de esfuerzos mutuos en beneficio de la educación en el Estado de Pará.

Palabras Clave: Violencia; Poder; Acciones Preventivas; Educación.

1 INTRODUÇÃO

A violência e a criminalidade em escolas públicas no Brasil, em particular no Estado do Pará, representam uma realidade preocupante para o processo de ensino-aprendizagem de docentes e discentes, assim como um desafio para o sistema de segurança pública em constituir ações preventivas para garantir um ambiente escolar propício à educação.

Dentre os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará está a Polícia Militar do Pará (PMPA), órgão ao qual pertence a Companhia Independente de Policiamento Escolar (CIPOE). Esta foi criada pela Portaria nº. 21, de 28 de fevereiro de 1991, que foi transformada em Decreto, sob o nº. 131, em 13 de março de 1991. Em 2023, a CIPOE foi elevada à categoria de Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE) por meio da Lei Complementar nº. 165, de 28 de abril de 2023. Esta unidade especializada tem atuado nos principais municípios da Região Metropolitana de Belém, por meio de um plano estratégico de policiamento escolar. A partir do qual realiza-se ações preventivas por meio de rondas, visitas técnicas de segurança, operações específicas e palestras temáticas com o objetivo de garantir que os docentes e discentes desenvolvam suas atividades educacionais com segurança.

Essas ações são bem-vistas pela comunidade estudantil, professores e responsáveis diretos, uma vez que além de proporcionar maior segurança nas escolas públicas, também possibilita maior proximidade na relação Polícia Militar-sociedade, desconstruindo antigos paradigmas atribuídos às ações policiais, bem como busca fortalecer uma simetria entre ambos. Contudo, essa modalidade de policiamento ainda se concentra nos centros urbanos das Cidades de Belém, Ananindeua, Marituba e Benevides, deixando de assistir outras localidades que também vivenciam da mesma complexidade social no ambiente escolar, como é o caso da

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição localizada na Ilha de Cotijuba, no Município de Belém.

A Ilha de Cotijuba é uma extensão territorial do município de Belém desde 1988, reconhecida pela Constituição Federal de 1988. Como o processo histórico-geográfico de "produção do espaço social" (Santos, 2014; 2020), sobretudo após a desativação da penitenciária que existia na ilha e a implantação da linha fluvial, passou a ser muito frequentada por visitantes por conta de suas belezas naturais, pela proximidade com a Capital Belém e por suas arquiteturas históricas que retratam uma peculiaridade do processo de ocupação da Amazônia (Pereira, 2019). Essa dinâmica do uso do território resultou numa significativa mudança no espaço social da região. Inicialmente habitada por 637 pessoas em 1991 (IBGE, 1991), a ilha experimentou um rápido crescimento populacional, atingindo 3.365 habitantes no ano de 2010 (Belém, 2012) e estimados 9.000 em 2020 (Brito *et al*., 2020). Esta expansão trouxe uma complexidade social que refletiu no aumento da criminalidade e da violência e atingiu o ambiente escolar.

Por se tratar de uma ilha, a complexa dinâmica social e econômica impõe desafios únicos à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição, em especial aqueles inerentes à violência e criminalidade. Tais desafios instigaram os autores do presente trabalho, que integram o efetivo da Polícia Militar do Estado do Pará, a analisar a viabilidade de implementar um projeto de policiamento escolar, cujas ações visam considerar as especificidades da realidade local para proporcionar um ambiente escolar mais seguro e produtivo.

Buscou-se na "Teoria Social do Espaço" de Milton Santos, sobretudo através de suas obras Metamorfoses do Espaço Habitado (2014) e A Natureza do Espaço (2020), fundamentação teórica com vistas a enxergar de que forma os vetores produzidos pelas intencionalidades dos agentes territoriais passam a influenciar as relações sociais no âmbito da psicosfera, ou seja, na construção de uma racionalidade negativa, onde os adolescentes e jovens passam a enxergar na criminalidade uma oportunidade mais interessante para conseguir os "objetos" ditos modernos. Consubstancia essa teoria, a abordagem exploratória quantiqualitativa foi realizada por meio da revisão literária e documental e da coleta de dados *in loco*, mediante aplicação de questionário de perguntas junto aos alunos da escola e de uma entrevista semiestruturada realizada com a gestora da escola.

Este artigo ganha relevância no contexto da educação no Estado do Pará, pois traz para o debate científico não somente a problemática da violência e criminalidade, que afeta o ambiente escolar em uma localidade peculiar dos povos amazônidas, mas, principalmente por propor uma alternativa de ação integrada com objetivos mútuos, agregando esforços para que o ambiente escolar seja sempre propício ao processo de ensino-aprendizagem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA SOCIAL DO ESPAÇO E SUAS CORRELAÇÕES COM O TERRITÓRIO DA "ILHA DE COTIJUBA"

A terminologia "Espaço" nesse artigo não se refere a uma visão do senso comum que o reduz a uma definição enquanto área, como um termo banalizado que não exprime maiores reflexões acerca da compreensão do todo social, tampouco foi utilizado em um contexto meramente disciplinar, embora seja uma categoria essencial e muito peculiar da ciência geográfica. O termo espaço, nesse texto, é retratado como categoria maior e antecessora da categoria "Território", que metodologicamente exprime de maneira coerente as ações dos agentes territoriais envolvidos com a criminalidade. Todavia, não há de se falar de território sem antes entender minimamente o que é o espaço e como essas categorias se complementam.

Nesse sentido, o espaço a quem estamos nos referindo é o “Espaço Social”, tributário da obra de Milton Santos, em especial a Metamorfoses do Espaço Habitado (2014) e A Natureza do Espaço (2020), aquele que é anterior à ideia de território e compreende a produção e condição da ação humana, onde só faz sentido falar de sua conceituação quando ela se associa às relações sociais e ao conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema complexo em constante interação que o configura, reconfigura.

Ao apresentar uma breve discussão da teoria social do espaço miltoniana e sua correlação com a dinâmica territorial da Ilha de Cotijuba, pretende-se abstrair como as relações sociais de poder são constituídas e como os agentes territoriais ligados à criminalidade influenciam no cotidiano do lugar. Simultaneamente, busca destacar as potencialidades culturais do lugar que “é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (Santos, 2020, p. 339) como forma de resistência a essa dominação.

Partindo dessa premissa, o espaço é uma categoria de análise que busca por meio de uma visão ativa, compreender como as formas e conteúdos se constituem em ações carregadas de intencionalidades que mostram a realidade social. Para Santos (2014), o espaço é uma instância social e como tal, é constituído pela união indissolúvel de um sistema de objetos e sistemas de ações intermediados pela técnica que se reinventa ou se metamorfoseia no tempo-espaço em escala global/local condicionando, produzindo e reproduzindo uma configuração territorial mediada por relações de poder.

O autor se reporta ao espaço enquanto um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações que interagem entre si, para apresentar os elementos essenciais à compreensão das intencionalidades sociais no tempo-espaço e sua dinâmica de transformação, uma vez que o aprimoramento técnico e a qualidade dos objetos, bem como sua funcionabilidade requerem habilidades construtivas que são inerentes às ações do saber/fazer em escala global/local.

Para Nahum (2019) essas intenções sociais quando desconsideram a dimensão espacial e concebe o espaço somente enquanto área, que contém potencialidades e/ou recurso para a reprodução ampliada do capital, ignora o território como quadro da vida. De acordo com Santos (2020, p. 63) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Nesse sentido, a configuração socioespacial é condicionada pelo uso técnico, científico e informacional do território, cujo emprego de objetos e de ações que ocorrem de maneira sistemática promovem níveis diferenciais de classes e relações sociais. Há, portanto, uma junção do espaço-território constituída, substancialmente, por relações de poder estabelecidas e intrínsecas aos interesses econômicos dos agentes territoriais. Neste caso em especial, os envolvidos com ações criminosas. Essas relações sociais de forças e vetores, ou seja, de poder que interagem entre si e (re)configuram o espaço-território, sobretudo aqueles insuficientemente assistidos pelo Estado, demonstram como o crime cria territorialidades e geram implicações diretas no cotidiano da sociedade.

A Ilha de Cotijuba é um espaço-território e como tal apresenta toda essa configuração, seja do ponto de vista político, econômico, cultural, ambiental e principalmente o social. Silva (2021) destaca o processo de ocupação de Cotijuba como o principal vetor da dinâmica de produção territorial. Segundo o autor, a ilha que abrigava os indígenas Tupinambás, a partir do século XVIII, passou a ter novas dinâmicas, como uma área estratégica para proteção política e militar durante a Revolução Cabana no século XIX, uma colônia reformatória para receber pequenos infratores, que mais adiante tornara da ilha um presídio, como um processo de urba-

nização por meio da concessão de lotes de terras a diversas famílias, que implicou na ocupação desordenada do território, e por fim, a dinâmica de exploração do potencial turístico da ilha.

Para além do insuficiente poder do Estado, inerente à segurança pública, é fundamental, então, entender que os arranjos da criminalidade se espalham no espaço-território por encontrar atributos sociais de vulnerabilidade, que não necessariamente estão relacionados somente a essa perspectiva política, mas, sobretudo do ponto de vista histórico-geográfico da ilha, bem como de sua localização estratégica para a realização de ações ilícitas, em especial o tráfico de drogas em suas múltiplas etapas (transporte, armazenamento, comércio).

Essa complexidade do espaço-território é construída por vetores carregados de intencionalidades, desenvolvidos por agentes territoriais que passam a estabelecer relações de poder para controlar a população e realizar suas atividades ilícitas. No âmbito da psicosfera, a nossa relação com esse espaço traz uma série de consequências, se pensarmos o quanto somos atingidos e influenciados por esse conjunto de objetos e ações, a partir de uma racionalidade, que a larga escala atinge a educação, ou seja, de jovens enxergarem na criminalidade uma oportunidade mais interessante que a educação para conseguir os “objetos”. Portanto, as relações de poder que dinamizam o território, entendido como palco da ação humana sob o espaço encontram na vulnerabilidade social da Ilha de Cotijuba, um cenário propício para o estabelecimento de práticas criminosas que comprometem até mesmo o ambiente escolar.

2.2 O POLICIAMENTO ESCOLAR DO BPOE

As escolas refletem os problemas sociais mais amplos, como violência e criminalidade, que são focos prioritários do Batalhão de Policiamento Escolar (BPOE) do Pará, buscando assegurar um ambiente de aprendizagem protegido, tendo em vista que, de acordo com Abramovay (2002), a gestão inadequada desses desafios compromete seriamente o bem-estar estudantil.

Alinhando-se ao artigo 205 da Constituição Federal de 1988 bem como ao artigo 1º, § 2º e o artigo 2º da Lei nº. 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil,1996), o BPOE se dedica à prevenção criminal, inclusão social e respeito aos direitos humanos. Este compromisso se estende às comunidades ribeirinhas, onde se observa a necessidade de uma atuação policial adaptada às suas características culturais e ambientais específicas. Para este fim, o Batalhão de Policiamento Escolar conjuga o policiamento ostensivo e a especialização de seu efetivo, destacando o Plano de Segurança Escolar, e empregando uma série de operações estratégicas como Raio Escolar, a Volta às Aulas, a Guardiões, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) e o Ciclo de Palestras.

O Plano de Segurança Escolar adota uma abordagem baseada na proposta de Hosotani (1992) com ênfase no ciclo de Planejar, Fazer, Verificar e Agir (PDCA) e focando no mapeamento de vulnerabilidades na infraestrutura escolar para identificar riscos. Esse levantamento fundamenta reuniões e palestras com a comunidade escolar, realçando os pontos frágeis e a necessidade de uma visão abrangente sobre segurança. Esta estratégia, alinhada com as ideias de Mira e Pauly (2015), enfatiza a colaboração entre a polícia e a comunidade para a segurança escolar.

A operação Raio Escolar foca na intensificação de rondas escolares nas áreas de maior vulnerabilidade, utilizando o policiamento ostensivo orientado defendido por Goldstein (1990). Essas rondas são projetadas para monitorar ativamente a escola e suas imediações, prevenindo atos infracionais e mantendo a segurança dos alunos e funcionários. Além disso, Pontos Base Estacionários (PBE’s) são realizados nos horários de maior fluxo de pessoas, contribuindo significativamente para a sensação de segurança escolar.

Por sua vez, a Operação Volta às Aulas, focada no início de cada período letivo, adota uma abordagem colaborativa e preventiva, engajando escolas em rondas e diálogos preven-

tivos no perímetro escolar. Esta estratégia, baseada no policiamento comunitário proposto por Batitucci (2011), promove a interação entre polícia e comunidade escolar, visando à conscientização e prevenção, e contrariando a ideia de uma presença policial intimidadora, como discutido por Bento (2017).

Já a Operação Guardiões, voltada para as instituições de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfatiza a segurança durante o período noturno, focando na prevenção de ilícitos como furtos e vandalismos. Esta operação é notável pela sua adaptação específica ao turno da noite, um período com maior incidência de atividades ilícitas, exigindo uma vigilância e atuação policial mais intensificada.

O BPOE também executa as ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, com ênfase na prevenção e no fortalecimento dos estudantes. Este programa, no contexto de sua implementação pela Polícia Militar do Pará, desenvolve habilidades essenciais nos alunos para resistir às pressões sociais que podem conduzir ao uso de drogas e à violência (Lima, 2013).

Por outro lado, o Ciclo de Palestras do BPOE representa uma estratégia especializada e flexível, crucial para a educação preventiva e a criação de um ambiente escolar seguro. Esta iniciativa, em resposta às necessidades identificadas pelas escolas e observações policiais, aborda de maneira proativa temas como indisciplina, conflitos estudantis, *bullying*, ausência de acompanhamento familiar e o uso de drogas.

Finalmente, o Batalhão de Policiamento Escolar da Polícia Militar do Pará conta com o Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar, uma ferramenta extremamente importante para a execução de suas operações, conforme elaborada pela PMPA (Pará, 2023). Além de padronizar as práticas policiais em ambientes escolares, este manual atua como uma diretriz abrangente para atender às peculiaridades das comunidades escolares, reforçando a colaboração entre a polícia e a comunidade escolar para criar um ambiente de confiança e respeito mútuo, uma necessidade enfatizada por Costa (2017).

No que tange ao contexto das comunidades ribeirinhas, com desafios únicos devido às características geográficas e sociais específicas, a integração das operações já consolidadas pelo BPOE, e um efetivo policial especializado e capacitado com as orientações do manual podem oferecer uma alternativa que perfeitamente se adequem a realidade local, por meio de um policiamento escolar de proximidade e aceitável, que efetivamente promova o autorreconhecimento e o fortalecimento racional dos alunos.

3 METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa que busca traçar um prognóstico social dos alunos da Escola Pública Professora Marta da Conceição, na Ilha de Cotijuba, para fins de identificar a viabilidade de implantação do projeto de policiamento escolar, optou-se por adotar a pesquisa exploratória, concernente ao levantamento à revisão literária em livros, artigos científicos, dissertações e ordenamentos jurídicos legais, em função do problema que motivou a investigação, com vistas à proporcionar maior familiaridade e formulação, bem como por produzir informações que possibilitam futuras pesquisas práticas a partir de problemas reais (Gil, 2002), subsidiado pelo aporte da teoria social do espaço de Milton Santos, através de suas obras "Metamorfoses do Espaço Habitado" (2014) e "A Natureza do Espaço" (2020).

A pesquisa exploratória tem como principal finalidade apresentar uma abordagem conceitual que possibilite a formulação de novas concepções e esclarecimentos precisos acerca de problemas e hipóteses pesquisáveis, proporcionando uma visão mais ampla e, ao mesmo

tempo, aproximativa do objeto de estudo, tornando-se passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados (Gil, 2002).

A consubstancia das informações e dos dados levantados pela pesquisa exploratória, à obtenção de dados primários construídos a partir da aplicação de questionário a um universo amostral de 191 discentes, contendo 25 perguntas objetivas e abertas a complemento subjetivo, construídas com o propósito de agregar maiores informações inerentes à problemática da violência escolar na Ilha de Cotijuba, bem como de identificar potenciais de resistência às insustentabilidades sociais.

Outro procedimento metodológico realizado foi a entrevista semiestruturada com a gestora da escola, a fim de constatar a percepção da educadora sobre a proposta de implementação do projeto "Policiamento escolar em comunidade ribeirinha". Para Gil (2002) o questionário é uma técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas a partir do ponto de vista dos pesquisados.

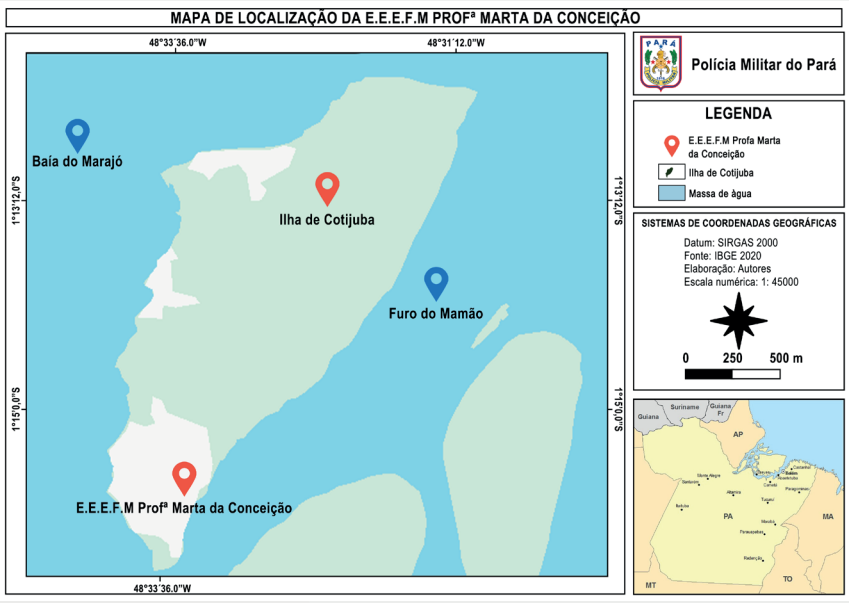
Por sua vez, Rosa e Arnoldi (2008) entendem que a entrevista semiestruturada possibilita a inclusão de roteiros anteriormente não previstos sempre que o diálogo com o entrevistado revela novas informações interessantes do ponto de vista da expansão do problema do objeto de estudo. Dessa maneira, por ser uma decisão metodológica flexível ou mesmo uma técnica de coleta de dados mais precisos, proporciona a obtenção de riqueza informativa intensiva, holística e contextualizada para o esclarecimento de uma variedade de problemas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ILHA DE COTIJUBA

O Município de Belém, Capital do Estado do Pará é composto por 42 ilhas que retratam a natureza do espaço presente nessa porção da Amazônia Legal. Destaca-se que Cotijuba corresponde à terceira maior ilha de dimensão territorial do Arquipélago Belenense, possuindo uma área de 16 km² e aproximadamente 10 mil habitantes (Nahum *et al*., 2015; Borges, 2015), é circundada pela Baía do Marajó ao oeste, Baía de Santo Antônio ao norte e furo do Mamão ao leste e sul. Está localizada a 9 km de distância do distrito de Icoaraci, Belém/PA (Silva, 2021).

Figura 1: Mapa de localização da Escola de Ensino Fundamental e Médio Prof.ª Marta da Conceição.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof.ª Marta da Conceição está localizada na Rua Jarbas Passarinho, n°. 337, na Ilha de Cotijuba, com uma área de 10x100 m², desde sua inauguração em 1986.

A escola possui 491 alunos matriculados (Brasil, 2022) no ensinos fundamental e médio, além da Educação para Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial, que atende tanto os alunos da Ilha de Cotijuba quanto os oriundos de ilhas próximas, como: Urubuóca, Paquetá, Arapiranga, Nova, Longa e Jamací.

4.2 DIAGNÓSTICO SOCIAL DOS ALUNOS DA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFESSORA MARTA DA CONCEIÇÃO

Para traçar um perfil da complexidade social inerente à criminalidade e violência em que os alunos da Escola estão sujeitos, foi aplicado um questionário contendo 25 perguntas objetivas com a possibilidade de justificar sua resposta, cujos resultados consubstanciaram as discussões contidas a seguir:

Do universo amostral de 191 alunos que responderam ao formulário, 129 apresentam faixa etária entre 15 a 18 anos. Esta constatação revela um público estudantil majoritariamente adolescente, em processo de formação, transformações sociais e individuais significativas, os quais precisam constantemente de acompanhamento dos pais, bem como de um ambiente escolar em condições de proporcionar a construção de uma racionalidade social que enxergue na qualificação profissional e na formação cidadã, as “ações” ideais para as suas conquistas pessoais.

Todavia, nem sempre se constrói uma racionalidade que percorra um padrão ideológico societário, sobretudo quando se analisa a composição social por classes. Os dados relacionados à renda salarial mostraram que 125 famílias de alunos vivem com até um salário mínimo, enquanto outras 55 famílias de alunos têm renda entre 1 e 2 salários mínimos, e 11 entre 3 e 5 salários mínimos.

A baixa condição econômica da maior parte dos entrevistados, aliados a outros fatores de cunho familiar, dos arranjos locais da criminalidade, do ponto de vista do assédio ou recrutamento desses adolescentes e jovens ao crime, constrói um outro tipo de racionalidade, a quem Santos (2020) discute através da psicosfera, ou seja, de enxergar no crime uma oportunidade mais fácil e interessante para satisfazer as suas vontades e desejos, criando, portanto, uma condição de vulnerabilidade social do território.

Dos questionamentos inerentes à criminalidade, 97 alunos reportaram sensação de insegurança nas adjacências da escola e 35 alunos afirmaram ter sido vítimas ou ter conhecimento de crimes cometidos às proximidades do ambiente escolar. Além disso, 116 alunos não foram vítimas, mas tomaram conhecimento de ocorrências criminais no ano de 2023, incluindo quatro casos de ameaça, 78 de furto/roubo e 24 de violência física.

Dados criminais coletados pelos autores na Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal (SIAC/2024) corroboram com as informações repassadas pelos discentes, ao registrar na Ilha de Cotijuba, no período de 2022 a 2023, diversas tipologias de crimes, com destaque para 18 ocorrências de roubo, 51 de furto, 18 de tráficos de drogas e 30 homicídios.

Os principais problemas relatados pelos alunos enfrentados na escola ou nas proximidades do ambiente escolar são: Conflitos entre Alunos (39,27%), *Bullying* (38,2%), Drogas (16,75%), Roubo (16,2%), Furto (15,7%), Influência de Grupos Externos (5,2%) e Aliciamento de Estudantes (3,15%), conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade e Percentual dos principais problemas enfrentados na escola e/ou suas adjacências, segundo os alunos.

Problema	Quantidade	%
Conflitos entre alunos	75	29,18%
Bullying	73	28,40%
Drogas	32	12,45%
Roubo	31	12,06%
Furto	30	11,67%
Influência de grupos externos	10	3,89%
Aliciamento de estudantes	6	2,33%
Total de entrevistados	**191**	**100,00%**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Segundo a Sr.ª L.S.P.M (Diretora da E.E.E.F.M Prof.ª Marta da Conceição), em uma entrevista concedida no dia 28 de junho de 2024, esses atos e condutas criminosas ocorrem tanto no ambiente interno quanto externo ao prédio da escola e se torna um problema complexo que influencia diretamente no processo de ensino-aprendizagem, dada a sensação de insegurança e apreensão que todos os funcionários, professores e alunos vivenciam diante dessa realidade. Para a gestora, sempre que a direção tem conhecimento dessas ocorrências, tomam-se medidas administrativas, principalmente do ponto de vista de escutar todos os discentes envolvidos no fato. Os projetos dessa natureza são muito bem-vistos pela comunidade estudantil, pois inibe ações negativas que interferem no desenvolvimento intelectual de todos, assim como agrega esforços de outras instituições para a construção de uma sociedade melhor.

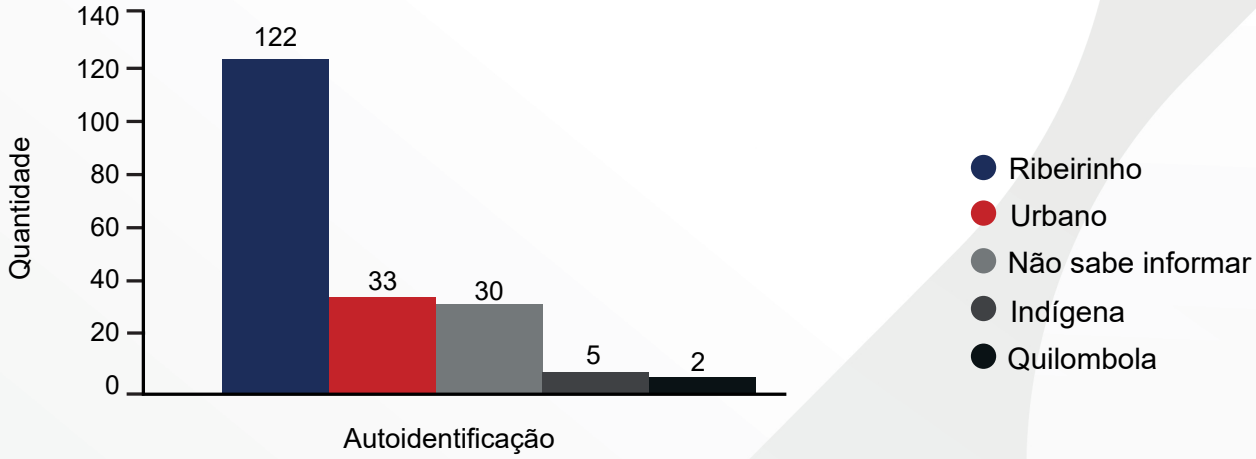
> Diante do conhecimento das ocorrências, fazemos escuta ativa, colocamos em registros da escola e sempre que possível fazemos a escuta de todos os envolvidos. Temos dificuldades de acompanhar o desenvolvimento das ações de forma mais sistemáticas e constantes [...]. Desde o início, imaginamos que o Projeto ajuda muito com relação à situação da segurança escolar. Demonstraram domínio e total interesse em acabar com as práticas que vem sendo desenvolvidas através de orientações e palestras. Na verdade, apenas a presença física da BPOE, tem feito o fluxo positivo de amenizar, por exemplo, a quantidade de motos que ficavam em frente a escola nas horas mais críticas (L.S.P.M, Diretora da E.E.E.F.M Prof.ª Marta da Conceição).

A escola, neste contexto, se torna um microcosmo das dinâmicas sociais mais amplas da Ilha de Cotijuba, ou seja, reflete o espaço-território como um produto das ações humanas e suas interações sociais em constantes mudanças, onde o ambiente escolar absorve as tensões e os desafios da comunidade em sua totalidade.

Em meio a um contexto de vulnerabilidade social, emerge através das potencialidades da cultura ribeirinha, a resistência da territorialidade local face a tentativa moderna de homogeneização do espaço, da psicosfera aliada à criminalidade, a absorção de comportamentos e hábitos exógenos ao lugar.

Essa resistência do lugar é vista por Santos (2020) como uma dimensão do espaço, ao qual denomina de “espaço banal”, ou seja, como território que abriga, aquele que é de todos, cuja conexão profunda com os elementos identitários exprime à resistência às formas de dominação e insustentabilidade social. Nesses termos, os dados inerentes à identificação cultural dos alunos revelam que em sua maioria se autorreconhecem como população ribeirinha, como mostra a Figura 2.

Figura 2: Quantidade de declaração de autoidentificação cultural dos alunos da E.E.E.F.M Prof.ª Marta da Conceição.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Essa identidade cultural é extremamente importante para entender a dinâmica social da escola Professora Marta da Conceição, pois, conforme Santos (2020), a variedade de identificações culturais dos alunos não só reflete a heterogeneidade da comunidade da Ilha de Cotijuba, mas também influencia a maneira como interagem com o espaço escolar e entre si. Desenvolver essas potencialidades por meio de ações de sensibilização, torna-se um fator relevante que distancia a comunidade estudantil da criminalidade e de atitudes que violam e desrespeitam os direitos do cidadão.

Nesse sentido, os alunos ao serem questionados subjetivamente sobre possíveis realizações de palestras ministradas pelo Batalhão de Policiamento Escolar, sobre os modos de vida ribeirinha, sua cultura, identidade, sua relação com o meio ambiente e os riscos de serem assediados pela criminalidade, foram extremamente favoráveis a implementação do projeto na escola, dada a realidade vivenciada pela comunidade local e as potencialidades das ações proporcionarem resultados positivos em relação ao fortalecimento identitário e a mitigação da criminalidade.

Consubstancia essa sinalização positiva dos alunos, os dados inerentes ao questionamento da relação comunidade estudantil com a Polícia Militar, dos quais 166 entrevistados (87%) responderam que a relação é positiva e 25 alunos (13%) entenderam que a relação é negativa.

Por fim, o diagnóstico social destaca a escola como um núcleo ativo na construção identitária e relacional da Ilha de Cotijuba, a qual está inserida em um mosaico de diversidade cultural e desafios socioeconômicos. A ilha é tanto um reflexo quanto um modelador das dinâmicas comunitárias, o que é vital para formular estratégias de segurança escolar e intervenções educacionais adequadas às particularidades culturais e socioeconômicas da ilha.

4.3 PROPOSIÇÃO DO PROJETO “POLICIAMENTO ESCOLAR EM COMUNIDADE RIBEIRINHA”

Em conformidade com o suscito e importante diagnóstico sobre a violência e criminalidade, como também das questões culturais da comunidade estudantil da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição e, considerando os compromissos institucionais da PMPA em prol de uma sociedade mais sustentável, almeja-se a implementação do projeto “Policiamento escolar em comunidade ribeirinha” para atender às necessidades específicas da escola.

O projeto objetivará atender as necessidades locais a partir da construção participativa das ações a serem desenvolvidas na escola e áreas adjacências. Nesse sentido, propõem-se quatro ações principais:

a) Plano de Segurança Escolar (PSE): objetiva realizar uma inspeção de segurança minuciosa pelo BPOE, em estreita participação da gestão escolar e estudantes. Durante esta inspeção, a equipe avaliará a infraestrutura física da escola e conduzirá entrevistas com diretores, professores, estudantes e demais funcionários da escola, com fins de elaborar o PSE que efetivamente atenderá as preocupações inerentes à segurança da escola e de todos. Esta etapa se torna importante, pois permite que as ações do Batalhão de Policiamento Escolar sejam precisamente alinhadas com as necessidades da escola, tendo como objetivo garantir que as respostas sejam assertivas, personalizadas e culturalmente sensíveis.

b) Ciclo de Palestras temáticas e PROERD: consiste na necessidade de dialogar com a comunidade estudantil, professores e responsáveis legais sobre temas complexos de áreas de conhecimento (Direitos Humanos, Violência Doméstica e Violência contra Crianças e Adolescentes), os quais foram identificados (Tabela 2) como de pouco conhecimento ou conhecimento mediano pelos entrevistados do questionário, e que por desconhecerem acabam tomando ou persistindo em condutas que geram casos de violência, seja no ambiente familiar com reflexos no comportamento dos alunos na escola ou mesmo no ambiente escolar. Soma-se a isto, as ações do Programa Educacional de Resistência às Drogas que objetivará a sensibilização e o contínuo processo de racionalidade dos alunos sobre os riscos do uso de drogas e estratégias para evitar o envolvimento em atividades criminosas.

Tabela 2: Quantidade do Grau de conhecimento dos alunos da E.E.E.F.M Prof.ª Marta da Conceição a respeito dos temas.

Área de Conhecimento	Conhecedor	Conhecedor Médio	Pouco Conhecedor
Direitos Humanos	51	59	78
Violência Doméstica	108	41	41
Violência Infantil	109	44	37
Média	**91**	**48**	**52**

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

c) Ronda Escolar: consistirá no emprego do policiamento escolar motorizado de caráter ostensivo e preventivo, adaptando a dinâmica das operações Guardiões e Raio Escolar à realidade local, visando uma resposta policial proativa aos relatos de crimes como furtos e roubos nas adjacências da escola. Estas rondas, realizadas em horários estratégicos e locais identificados como pontos críticos, têm como objetivo reduzir a incidência de crimes na área de influência da escola, melhorando a sensação de segurança dos alunos e funcionários.

d) Capacitação de Educadores e Agentes de Portaria: tributária da ação primeira, esta consistirá nos procedimentos de segurança de acesso à escola, de orientações técnicas de evacuação em situações que envolva eventos críticos, identificação e abordagem adequada de visitantes e manejo adequado das situações de conflitos. Objetiva promover uma cultura de vigilância e responsabilidade compartilhada entre todos os envolvidos na comunidade escolar.

Desse modo, a implementação do projeto “Policiamento escolar em comunidade ribeirinha” na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição, na Ilha de Cotijuba, torna-se relevante no contexto da educação na Amazônia Legal, em especial no Estado do Pará, não pelo fato de ser uma proposta inédita de policiamento escolar na região, mas, por ser uma iniciativa que busca de maneira interinstitucional e participativa desenvolver ações de segurança e atividades educativas que agrega valores, segurança, conhecimento e promova o engajamento de todos: Polícia, Escola e Comunidade, promovendo um ambiente de aprendizagem seguro e integrado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade do espaço no âmbito da psicosfera revela o quanto a sociedade é atingida e influenciada pelos vetores técnicos (objetos e ações) carregados de intencionalidades que acaba concebendo racionalidades negativas que atingem a larga medida o processo educacional, numa concepção de enxergar na criminalidade o meio mais fácil para satisfazer seus desejos capitalistas. Ao propor o projeto "Policiamento Escolar Ribeirinho" este estudo objetiva minimizar a vulnerabilidade da comunidade estudantil da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professora Marta da Conceição, na Ilha de Cotijuba.

A proposta desse projeto é uma resposta do Estado a essas complexidades sociais que assolam os ambientes escolares em múltiplas escalas, e que atingem também as comunidades ribeirinhas, tantas vezes ignoradas pelo poder público. Busca-se com a proposta do projeto instigar a reflexão sobre a necessidade de realizar um policiamento escolar adaptado às especificidades da comunidade escolar ribeirinha, não só abordando a realidade socioeconômica, cultural e de segurança da ilha, mas integrando as operações policiais especializadas, a conscientização sobre direitos humanos, violência e a valorização da cultura local.

Deste modo, as ações do Batalhão de Policiamento Escolar tomam posição de destaque quanto a sua relevância no enfrentamento à criminalidade escolar, sobretudo quanto à possibilidade de transcender as abordagens tradicionais de policiamento, incorporando atividades educativas e um envolvimento mais profundo com a comunidade, através do engajamento ativo dos estudantes, professores, pais e policiais.

A premente aceitação da comunidade estudantil para a implementação do projeto na escola, revela a necessidade e urgência que esses docentes, discentes e responsáveis legais têm em contar com alternativas de gestão no âmbito da educação, que seja capaz de minimizar a insegurança que atinge o ambiente escolar e áreas adjacências e reduzir os índices de vulnerabilidade desta comunidade, por meio da educação.

Isso possibilita expectativas do ponto de vista da otimização do processo de ensino-aprendizagem de maneira que os discentes se enxergam como protagonistas do processo de transformação e fortalecimento de uma racionalidade identitária, bem como desafia a própria Polícia Militar a sempre empregar ações técnicas que tenham como essência a garantia dos direitos sociais na construção de uma sociedade mais justa, oportuna e equitativa.

Portanto, a proposta de implementação do projeto não tem apenas o potencial de responder às necessidades imediatas de segurança, mas também de promover uma relação positiva e de longo prazo entre a comunidade escolar e a Polícia Militar, tendo em vista que se alinha com as teorias e práticas modernas de policiamento escolar, representando uma iniciativa significativa para a construção de um ambiente educacional seguro e propício ao aprendizado, ao mesmo tempo em que respeita e valoriza a cultura local.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam (Org.). **Violência nas escolas.** Brasília, DF: Unesco/Coordenação SDT/AIDS do Ministério da Saúde/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça/CNPq/Instituto Ayrton Senna/UNAIDS/Banco Mundial/USAID/Fundação Ford/ CONSED/UNDIME, 2002.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. A polícia em transição: o modelo profissional burocrático de policiamento e hipóteses sobre os limites da profissionalização das polícias brasileiras. **DILEMAS:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 4, n. 1, p. 65-96, jan./fev./mar. 2011.

BELÉM. Prefeitura Municipal. (2012). **Anuário estatístico de Belém**. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=1510>. Acesso em: 24 fev. 2024.

BENTO, Afonso de Castro. O programa Escola Segura: prevenção, proximidade e comunidade. Etnográfica. **Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 21, n. 2, p. 319-339, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 24 fev. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico:** Censo Escolar da Educação Básica 2022.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, [1996].

BRITO, Fábio Sergio Lima; PESSOA, F. C. L.; CRISPIM, D.; ROSÁRIO, K. K. L. Uso de indicador hídrico na Ilha de Cotijuba, município de Belém-PA. **Revista de Gestão de Água da América Latina**, v. 17, e11, 2020.

BORGES, A, D. **Diagnóstico da geodiversidade da Ilha de Cotijuba:** contribuições para a análise de implantação de infraestrutura e geoturismo. 2014, 98 f, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

COSTA, Leon Denis. Policiamento escolar: o trabalho policial em Goiânia-GO. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública,** v. 10, n. 1, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOSOTANI, Katsuya. **The QC problem solving approach:** solving workspace problems the japanese way. Tokio: 3A Corporation, 1992.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa População**.1991.

LIMA, Mozart Santos. **Programa educacional de resistência às drogas - PROERD**. Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290&Itemid=173>. Acesso em: 20 fev. de 2024.

MIRA, Luciane Oliveira; PAULY, Evaldo Luis. As possibilidades de redução da violência escolar: Sistema de Registro de Situações de Violências nas Escolas de Canoas (RS). **Rev. bras. segur. Pública**, v. 9, n. 2, p.198-216, São Paulo, 2015.

NAHUM, Victória Judith Isaac *et al*. 2015. **Zoneamento econômico e ambiental das ilhas do entorno de Belém**. (Cartilha).

NAHUM, J. S. Elementos de uma teoria social do Espaço: convite ao pensamento de Milton Santos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 46, n. 1/2. 2019.

PARÁ. Ato do Chefe do Estado-Maior Geral. Polícia Militar do Pará. **Manual de Ações Policiais Militares em Ambiente Escolar**. Publicado no Aditamento ao Boletim Geral Nº 147 II, de 09 de agosto de 2023.

PARÁ. **Decreto nº. 131, de 13 de março de 1991.** Cria organizações policiais militares na PMPA e dá outras providências, 1991.

PARÁ. **Lei Complementar nº. 165, de 28 de abril de 2023.** Altera a Lei Complementar Estadual nº. 053, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA); altera a Lei Complementar Estadual nº. 142, de 16 de dezembro de 2021, que institui o Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará; e cria e extingue cargos na estrutura da Polícia Militar do Pará (PMPA), 2023.

PEREIRA, Nabila Suelly Souza. Metropolização e turismo: um estudo sobre a Ilha de Cotijuba, Belém–Pará. ***Papers* do NAEA**, v. 1, n. 3, 2019.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa:** mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

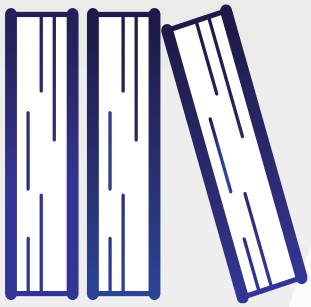
SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. Ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2020.

SILVA, Elias Klelington Leocádio Rodrigues da. **Análises das paisagens da Ilha de Cotijuba:** através do mapeamento das unidades geoambientais, Belém/PA. 2021. 79 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

LIBRAS: Uma reflexão acerca da inserção no desenho curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Pará

Aline Augusta Coelho Martins[1]
Sônia da Costa Passos[2]
Suziellen Christiny Salazar da Silva[3]



[1] Mestre em Comunicação, Arte e Cultura pela Universidade do Minho – Portugal, com o reconhecimento na área da arte (UFPA); Graduada em Gestão de Recursos Humanos (UNIP).

alineacmartins@gmail.com

ORCID: 0009-0004-1656-7025

[2] Professora do Instituto de Ensino em Segurança do Pará (IESP); Pós-doutora em Geografia (UFPA); Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA); Licenciada em Pedagogia (UNAMA).

sscpassos_10@yahoo.com.br

ORCID: 0009-0004-1656-7025

[3] Especialista em Gestão da Psicologia Organizacional (UNYLEYA); Graduada em Gestão de Recursos Humanos (UNIP); Cabo da Polícia Militar, atuando na supervisão dos cursos de Pós-Graduação do IESP.

suziellensalazar@gmail.com

ORCID: 0009-0000-3847-3020

RESUMO

O artigo destaca a importância de capacitar os agentes de segurança pública, visando promover uma comunicação eficaz em situações cotidianas, garantindo uma melhor interação com a população. O estudo objetivou analisar o impacto da inclusão de LIBRAS na matriz curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Pará e sua influência na melhoria da comunicação e interação dos agentes de segurança pública com a comunidade surda. O artigo tem como problema de pesquisa: Como a ausência do ensino de LIBRAS nos cursos de formação da Polícia Militar do Pará impacta a capacidade dos agentes de segurança pública em atender adequadamente a comunidade surda, considerando as implicações legais e sociais de uma comunicação eficaz? Teve como hipótese: A inserção de LIBRAS no desenho curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Pará melhorará significativamente a qualidade do atendimento prestado aos cidadãos surdos, promovendo uma comunicação eficaz e prevenindo incidentes decorrentes de mal-entendidos, como o uso inadequado da força. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental qualitativa, complementada por uma análise de conteúdo que permitiu a identificação de conceitos e práticas relevantes para a formação. Os resultados indicam que a formação em LIBRAS melhora a comunicação entre policiais e a comunidade surda, além de promover uma cultura de respeito e inclusão dentro das instituições de segurança pública. A conclusão aponta que a inserção do curso de LIBRAS na formação policial é essencial para garantir direitos fundamentais à população surda, contribuindo para um atendimento mais eficiente e igualitário, além de fomentar um ambiente de trabalho mais inclusivo na Polícia Militar do Pará.

Palavras-chave: Formação; Inclusão; Comunidade Surda; Direitos; Comunicação Eficaz.

ABSTRACT

The article highlights the importance of training public security agents to promote effective communication in everyday situations, ensuring better interaction with the population. The study aimed to analyze the impact of including LIBRAS in the curriculum of training courses for the Military Police of Pará and it's influence on improving communication and interaction between public security agents and the deaf community. The study has the following research problem: How does the absence of LIBRAS teaching in training courses for the Military Police of Pará impact

the ability of public security agents to adequately serve the deaf community, considering the legal and social implications of effective communication? The hypothesis was: The inclusion of LIBRAS in the curriculum of training courses for the Military Police of Pará will significantly improve the quality of service provided to deaf citizens, promoting effective communication and preventing incidents resulting from misunderstandings, such as the inappropriate use of force. The methodology adopted was qualitative bibliographic and documentary research, complemented by a content analysis that allowed the identification of concepts and practices relevant to training. The results indicate that LIBRAS training improves communication between police officers and the deaf community and promotes a culture of respect and inclusion within public security institutions. The conclusion indicates that the inclusion of the LIBRAS course in police training is essential to guarantee fundamental rights to the deaf population, contributing to more efficient and equitable service, in addition to fostering a more inclusive work environment in the Military Police of Pará.

Keywords: Training; Inclusion; Deaf Community; Rights; Effective Communication.

RESUMEN

El artículo destaca la importancia de capacitar a los agentes de seguridad pública para promover una comunicación efectiva en situaciones cotidianas, garantizando una mejor interacción con la población. El estudio tuvo como objetivo analizar el impacto de la inclusión de LIBRAS en la matriz curricular de los cursos de formación de la Policía Militar de Pará y su influencia en la mejora de la comunicación y la interacción entre los agentes de seguridad pública y la comunidad sorda. El estudio tiene el siguiente problema de investigación: ¿Cómo la ausencia de la enseñanza de LIBRAS en los cursos de formación de la Policía Militar de Pará impacta la capacidad de los agentes de seguridad pública para atender adecuadamente a la comunidad sorda, considerando las implicaciones jurídicas y sociales de una comunicación efectiva? La hipótesis fue: La inclusión de LIBRAS en el diseño curricular de los cursos de formación de la Policía Militar de Pará mejorará significativamente la calidad del servicio prestado a los ciudadanos sordos, promoviendo una comunicación efectiva y previniendo incidentes derivados de malentendidos, como el uso inadecuado de la fuerza. La metodología adoptada fue la investigación bibliográfica y documental cualitativa, complementada con un análisis de contenido que permitió identificar conceptos y prácticas relevantes para la formación. Los resultados indican que la capacitación en LIBRAS mejora la comunicación entre los policías y la comunidad sorda y promueve una cultura de respeto e inclusión dentro de las instituciones de seguridad pública. La conclusión señala que la inclusión del curso LIBRAS en la formación policial es fundamental para garantizar los derechos fundamentales de la población sorda, contribuyendo a un servicio más eficiente y equitativo, además de promover un ambiente de trabajo más inclusivo en la Policía Militar de Pará.

Palabras Clave: Formación; Inclusión; Comunidad Sorda; Derechos; Comunicación efectiva.

1 INTRODUÇÃO

A Língua de Sinais surgiu com o intuito específico de ajudar pessoas surdas a entender o mundo e as pessoas ao seu redor, expressando seus pensamentos por meio dos sinais. Nesse contexto, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) proporciona muitas possibilidades para que um surdo se desenvolva na sociedade sendo sua língua originária, permitindo a ele se comunicar com pessoas que possuem ou não deficiência auditiva. Em vista disso, é de suma importância o aprendizado de LIBRAS nas escolas, pois o ambiente escolar

é importante para o desenvolvimento das pessoas que enfrentam dificuldades em se adequar com a didática ensinada em sala de aula, uma vez que, muitas vezes, não possuem uma estrutura física adequada e apropriada para os surdos.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 6º, assegura o direito à educação, e isso não se limita apenas ao acesso, que é assegurado no ato da matrícula na escola, mas também à participação, aprendizagem e desenvolvimento do aluno enquanto estudante. No entanto, a educação inclusiva vem se tornando uma realidade cada vez mais difícil para os sistemas educacionais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), 5% da população do país é composta por pessoas surdas, o que corresponde a mais de 10 milhões de cidadãos, dos quais 2,7 milhões possuem surdez profunda, ou seja, não escutam absolutamente nada. No Estado do Pará, de acordo com o levantamento, 4,8% da população é surda ou tem deficiência auditiva.

Logo, o artigo 2º da Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, afirma que o Estado tem "o dever de assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer e outros" que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

O artigo 78 do Código Tributário Nacional conceitua o Poder de Polícia como "a liberdade da administração pública de agir dentro dos limites legais (poder discricionário), limitando, se necessário, as liberdades individuais em favor do interesse maior da coletividade." Todavia, quando o indivíduo é surdo, a situação torna-se mais delicada, haja vista que não é possível efetivar uma comunicação plena entre o agente e o indivíduo.

Por essa razão, o agente de segurança pública precisa estar mais atento para evitar problemas na interpretação da conduta do abordado, o que poderia desencadear o uso da força de forma equivocada. Nesse sentido, compreende-se que é necessário o conhecimento da linguagem de sinais para que, nas atribuições rotineiras da polícia, sejam evitados problemas de comunicação.

Assim sendo, o estudo teve o seguinte problema de pesquisa: Como a ausência do ensino de LIBRAS nos cursos de formação da Polícia Militar do Pará impacta a capacidade dos agentes de segurança pública em atender adequadamente a comunidade surda, considerando as implicações legais e sociais de uma comunicação eficaz? Como hipótese, teve-se que: A inserção de LIBRAS no desenho curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Pará melhorará significativamente a qualidade do atendimento prestado aos cidadãos surdos, promovendo uma comunicação eficaz e prevenindo incidentes decorrentes de mal-entendidos, como o uso inadequado da força.

O tema é de suma relevância, pois de acordo com a legislação brasileira, com as Leis nº. 7.853/1989 e nº. 10.098/2000, assegura-se o pleno exercício dos direitos básicos das pessoas com deficiência, incluindo a acessibilidade à comunicação. Contudo, a falta de conhecimento de LIBRAS por parte dos agentes de segurança pública compromete a garantia desses direitos, o que pode levar a situações de discriminação e isolamento da comunidade surda.

Como garantia proporcionada pelo artigo 2º, inciso I, da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a acessibilidade das pessoas com deficiência possibilita e condiciona o alcance para utilização, com segurança e autonomia, de diversos espaços, transportes, informações e comunicação. Assim sendo, a preparação dos policiais militares para se comunicar adequadamente com a população surda é crucial para garantir um serviço policial inclusivo, atendendo às necessidades de todos os cidadãos de forma equitativa.

Na Polícia Militar do Pará, a representatividade da Academia de Polícia Militar “Coronel Fontoura” (APM), responsável pela formação dos policiais na carreira do oficialato, e do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças “Coronel Moreira” CFAP, responsável pela formação das praças, é de extrema importância na formação dos novos agentes da polícia militar. No entanto, é importante ressaltar que, até o momento, o ensino de LIBRAS ainda não é instituído na malha curricular desses centros de ensino profissional.

A comunidade surda sofre com a dificuldade de se comunicar; portanto, é necessária a preparação do policial militar para proceder de forma adequada na abordagem a esse grupo específico da sociedade. Diante disso, esta pesquisa encontrou no tema uma forma de ressaltar a importância de promover o ensino-aprendizagem e a qualificação dos policiais militares através do curso de LIBRAS, visando atender a comunidade de forma igualitária, estabelecendo e garantindo que o serviço policial satisfaça as necessidades dos cidadãos. No entanto, é necessário fortalecer as políticas públicas relacionadas ao papel da acessibilidade na segurança pública, que enfrentam diariamente enormes dificuldades.

Em suma, a discussão ganha relevância ao tratar da garantia de direitos dos cidadãos, os quais, em diversas ocasiões, não são exercidos plenamente. As pessoas surdas utilizam, em grande parte, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que tem sido cada vez mais difundida. Todavia, as pessoas não surdas ainda não têm conhecimento dessa língua, o que impossibilita a comunicação das pessoas surdas com o restante da população, causando certo isolamento e discriminação. E como objetivos específicos, buscou-se alcançar os seguintes: a) refletir acerca da presença ou ausência de conteúdos relacionados a LIBRAS nos cursos de formação da Polícia Militar do Pará; b) mostrar a importância do aprendizado de LIBRAS para a prática profissional; e c) propor a inclusão de LIBRAS como parte integrante da formação dos policiais militares, com foco em melhorar a acessibilidade e a inclusão.

2 METODOLOGIA

A elaboração deste estudo baseou-se em uma investigação prévia e no levantamento de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando uma análise interpretativa de estudos e discussões que tratam deste tema, com base na abordagem qualitativa. Foram seguidas as três etapas sugeridas por Bardin (2011), as quais são: pré-análise (organização do material), descrição analítica (estudo aprofundado do material sob a orientação dos referenciais teóricos) e interpretação referencial, na qual a reflexão e a intuição, embasadas nos materiais da pesquisa documental, estabelecem relações com a realidade educacional mais ampla, aprofundando as conexões das ideias e chegando, se possível, a propostas básicas de transformações dentro dos limites das estruturas específicas e gerais.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de registros disponíveis decorrentes de pesquisas anteriores, presentes em documentos impressos, como livros, artigos, teses, entre outros. Essa metodologia utiliza dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados, e o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes nos textos (Severino, 2014).

Dessa forma, foi realizada uma busca e análise de estudos que abordam o sucesso da implementação do curso de LIBRAS em outras regiões do país, através de uma revisão de literatura com o propósito de alcançar os resultados desejados, permitindo uma análise interpretativa aprofundada sobre o tema, fundamentada na pesquisa qualitativa.

3 HISTÓRIA DE LIBRAS NO BRASIL

A trajetória da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no Brasil segue fundamentos semelhantes aos de qualquer outro idioma. Assim como a língua portuguesa no Brasil passou por transformações em sua fonética, vocabulário e estrutura, o mesmo fenômeno ocorreu com a LIBRAS. O surgimento da linguagem de sinais nas comunidades surdas do Brasil é cercado de incertezas. No entanto, foi elaborada por indivíduos que almejavam criar um sistema de comunicação baseado em gestos e aspectos visuais. Albres (2005) destaca:

No caso da língua brasileira de sinais, em que o canal perceptual é diferente, por ser uma língua de modalidade gestual-visual, a mesma não teve sua origem na língua portuguesa, que é constituída pela oralidade, portanto considerada oral-auditiva; mas em outra língua de modalidade gestual-visual, a Língua de Sinais Francesa, apesar de a língua portuguesa ter influenciado diretamente a construção lexical da língua brasileira de sinais, mas apenas por meio de adaptações por serem línguas em contato (Albres, 2005, p.1).

A história da LIBRAS teve início há muito tempo. Para os estudiosos, ao abordar o passado, é crucial evidenciar suas marcas. Segundo Strobel (2009), a evolução dos surdos pode ser categorizada em três períodos distintos: primeiro, a Revelação Cultural, nesta fase, os povos surdos não tinham problemas com a educação. A maioria dos surdos dominava a arte da escrita, no segundo momento, o Isolamento Cultural, ocorre o isolamento da comunidade surda em consequência do Congresso de Milão de 1880, que proibiu o uso da língua de sinais na educação dos surdos. As comunidades surdas resistiram à imposição da língua oral, e o último é o Despertar Cultural que partir dos anos 1960, inicia-se uma nova fase de renascimento na aceitação da língua de sinais e da cultura surda, após muitos anos de opressão ouvintista sobre os surdos.

O percurso dos indivíduos surdos tem sido repleto de desafios, situação que persiste nos dias atuais, mesmo com a maior abrangência da comunicação. Nakagawa (2012) realiza uma breve narrativa sobre as conquistas alcançadas pelos surdos até o presente momento:

Hoje, uma série de novas bandeiras são defendidas e conquistadas pelas comunidades surdas. Do tadinho ao sujeito de direitos, da diversidade à diferença (‘diferença’ em sua acepção radical, e não como mera continuidade discursiva da deficiência), das exigências da fala ao reconhecimento das línguas de sinais, da reabilitação à valorização de uma identidade cultural própria, da inculcação de padrões ouvintes à valorização do ‘ser Surdo’ ... uma série de rupturas realçaram-se nas últimas décadas (Nakagawa, 2012, p. 3).

No Brasil, até o fim do século XV, os surdos eram vistos como incapazes de receber educação formal. No entanto, graças aos esforços de D. Pedro II, Eduard Huet (1822-1882), um professor surdo francês formado em Paris, veio ao Brasil com o propósito de estabelecer uma escola seguindo os moldes educacionais europeus para surdos. Inicialmente, o alfabeto manual da Língua Brasileira de Sinais foi desenvolvido a partir de sua origem francesa.

No Rio de Janeiro, a primeira escola para surdos, denominada Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), foi estabelecida em 26 de setembro de 1857, data que se tornou o Dia Nacional dos Surdos no Brasil. Após disseminar os saberes da Educação Europeia e instruir na linguagem de sinais para surdos, Huet partiu rumo ao México motivado por questões pessoais. Com sua partida, o Instituto passou a ser liderado por Frei do Carmo.

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) é um ambiente conquistado pelos surdos. Nele, ideias, valores, significados, sentimentos e concepções são partilhados, enriquecendo sua cultura. Diversas formas de arte, como teatro e poesia surda, também são promovidas.

Nos ambientes que envolvem pessoas surdas, há uma busca por identidade e inclusão que cria uma necessidade urgente de se compreender ou de se conectar com pessoas surdas. De acordo com Dizeu e Caporali (2005, p. 592), “quando o sujeito surdo é levado a conviver apenas com uma comunidade ouvinte, sem contato com outros surdos, sua surdez tende a ser ocultada e depreciada”. O estigma de deficiente agrava-se a cada dificuldade que essa pessoa irá encontrar para se igualar ao ouvinte.

Nesse sentido, é necessário que os agentes públicos tenham conhecimento de LIBRAS para atender à comunidade surda de forma eficaz, pois a maioria dos policiais militares não consegue se comunicar usando a Língua Brasileira de Sinais, o que pode transformar uma simples abordagem policial em uma situação perigosa. Portanto, a inserção do ensino de LIBRAS nos currículos de formação dos policiais militares é essencial para capacitá-los a estabelecer uma comunicação efetiva com a comunidade surda. Isso promoverá uma prestação de serviço mais adequada, inclusiva e eficiente na área da Polícia Militar, garantindo que os direitos da população surda sejam plenamente respeitados.

4 CONCEITOS E LEGALIDADE

Para melhor esclarecer a temática em torno da surdez e a legalidade de LIBRAS, discorre-se nos próximos tópicos o significado da surdez, o conceito de LIBRAS e os princípios legais que a sustentam.

4.1 O SIGNIFICADO DA SURDEZ

A perda de audição pode variar em intensidade e afetar a capacidade de compreender os sons. Atualmente, é reconhecido que existem diversos tipos de surdez, dependendo do grau de comprometimento auditivo. Na área da saúde e da educação, uma pessoa com surdez pode ser identificada como:

> Parcialmente surdo (com deficiência auditiva – DA)
> a) Pessoa com surdez leve: Apresenta perda auditiva de até 40 decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, vozes fracas ou distantes podem não ser ouvidas.
> b) Pessoa com surdez moderada: Apresenta perda auditiva entre 40 e 70 decibéis. Esses limites estão no nível de percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. Além disso, há maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos.
>
> Surdo
> a) Pessoa com surdez severa: Apresenta perda auditiva entre 70 e 90 decibéis, permitindo que o indivíduo identifique alguns ruídos familiares. Pode perceber apenas vozes muito fortes e, em alguns casos, pode chegar até os quatro ou cinco anos sem aprender a falar.
> b) Pessoa com surdez profunda: Apresenta perda auditiva superior a 90 decibéis. A gravidade dessa perda é tal que priva o indivíduo das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral. Esse indivíduo geralmente utiliza uma linguagem gestual e pode ter pleno desenvolvimento linguístico por meio da língua de sinais (Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, p. 20).

No início, a língua materna é aquela que os indivíduos aprendem naturalmente em casa. Quando chegam à escola, as crianças já estão falando sua língua materna, e a escola apenas organiza esse conhecimento. No entanto, muitas crianças surdas não têm exposição à linguagem oral em suas famílias, o que coloca a escola em uma posição crucial de oferecer suporte para que essas crianças possam aprender a língua de sinais e o português.

O atendimento oferecido às pessoas surdas está diretamente relacionado às características individuais do aluno e às escolhas da família. Fatores como o grau e o tipo de defici-

ência auditiva, a época em que a surdez ocorre e a idade em que se inicia a educação têm influência significativa na definição das particularidades que guiarão o tipo de suporte prestado, com foco nos resultados desejados.

Além disso, a inclusão de tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos e implantes cocleares, e o ensino de LIBRAS nas escolas, podem contribuir para uma comunicação mais efetiva e para o desenvolvimento acadêmico e social das crianças surdas. É fundamental que a educação dessas crianças seja adaptada às suas necessidades específicas, garantindo o acesso pleno ao conhecimento e à integração social.

4.2 CONCEITO DE LIBRAS

No Brasil, as pessoas surdas comunicam-se de forma natural usando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), além do português. Ela é considerada uma língua visual-motora, que utiliza a comunicação visual, espacial e gestual, sendo os olhos e as mãos os principais canais de expressão. Para formar frases, as mãos se combinam com expressões corporais e faciais.

Os utilizadores de LIBRAS trazem consigo suas experiências visuais da comunidade surda. Em geral, os surdos são receptivos e estão dispostos a ensinar a língua, o que leva a um aumento na diversidade de profissionais e familiares que aprendem. Isso fortalece a inclusão social e facilita a comunicação entre surdos e ouvintes, promovendo uma sociedade mais acessível e igualitária. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) estabelece que:

> Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição (ONU, 1948, p.1).

Essa declaração representa um marco histórico na luta pelos direitos humanos, destacando a importância de reconhecer e promover a igualdade e a inclusão em todas as esferas da sociedade. Outrossim, serve como base para a análise e discussão sobre temas relacionados aos direitos humanos e à justiça social, incluindo a acessibilidade e o reconhecimento das línguas de sinais.

A gramática da Língua Brasileira de Sinais é composta por elementos característicos das palavras ou domínios lexicais, organizados por meio de mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos específicos, seguindo princípios gerais básicos. Esses recursos são utilizados para criar estruturas linguísticas que permitem a formação de inúmeras frases através de um conjunto limitado de regras. Além disso, a LIBRAS inclui componentes pragmáticos convencionais, permitindo aos usuários transmitirem significados metafóricos, ironias e outros sentidos não literais, o que enriquece a comunicação e adapta a língua às diversas situações do cotidiano.

É importante ressaltar que, assim como qualquer outra língua, a LIBRAS possui variações regionais e culturais, refletindo a diversidade da comunidade surda no Brasil. Essas variações são influenciadas por fatores geográficos, sociais e culturais, o que torna o estudo e a compreensão dessa língua ainda mais complexos e enriquecedores. Assim, a inclusão de LIBRAS como disciplina nos currículos escolares e a formação de profissionais capacitados são fundamentais para a promoção de uma educação inclusiva e para a valorização da cultura surda no Brasil.

4.3 EMBASAMENTO LEGAL SOBRE LIBRAS

No Brasil, as leis são criadas com o intuito de garantir a excelência dos serviços prestados à população. A legislação voltada para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi estabelecida não só para oficializá-la como idioma, mas também para assegurar a educação e o bem-estar das pessoas surdas.

Sob esse viés, o surgimento dessa lei reflete a sensibilidade das autoridades em reconhecer a necessidade de incluir a comunidade surda na sociedade de forma equitativa. Embora essas leis representem importantes conquistas políticas, é evidente que a regulamentação que rege a educação e os direitos das pessoas surdas continua a evoluir para atender novas demandas que surgem ao longo do tempo.

Um dos principais marcos legislativos para LIBRAS é a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que estabelece:

> Art. 1º A Língua Brasileira de Sinais - Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, incluindo outros recursos de expressão a ela associados.
> Parágrafo único: Define-se Libras como um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, utilizado para a transmissão de ideias e fatos, oriundos das comunidades de pessoas surdas no Brasil.
> Art. 2º O poder público e as empresas concessionárias de serviços públicos devem garantir formas de apoiar e difundir o uso de Libras.
> Art. 3º Instituições públicas e empresas concessionárias de serviços de saúde devem garantir atendimento adequado a pessoas com deficiência auditiva.
> Art. 4º O sistema educacional deve garantir a inclusão do ensino de Libras nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, sem substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.
> Art. 5º A lei entra em vigor na data de sua publicação (Brasil, 2002).

Complementando essa legislação, o artigo 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece que "O Poder Público deve promover a capacitação de profissionais intérpretes especializados em Braille, linguagem de sinais e guias-intérpretes, facilitando a comunicação direta com pessoas que possuam deficiência sensorial ou dificuldades de comunicação".

Em 2 de dezembro de 2005, foi promulgado o Decreto nº. 5.626, que reforça a legitimidade das leis existentes e introduz outras medidas importantes para o avanço de LIBRAS no âmbito social e educacional (Brasil, 2005). Este decreto, em conjunto com a Lei nº. 10.436, a reconhece como língua oficial no Brasil e detalha o papel do Estado em promover a inclusão das pessoas surdas.

Diante deste cenário, é essencial implementar cursos de capacitação em LIBRAS para as forças de segurança pública, pois em algum momento da carreira, esses profissionais podem se deparar com a necessidade de abordar uma pessoa surda e a falta de conhecimento dessa linguagem pode tornar a situação mais complexa e potencialmente perigosa.

Para o Estado, o desafio de reformar suas polícias inclui capacitar seus agentes para que sua atuação seja mais eficiente na consolidação da paz social. Com esse objetivo, a Segurança Pública tem passado por uma série de mudanças estruturais, incentivando seus agentes a adotarem uma postura mais dialógica frente aos conflitos sociais. Isso representa uma mudança cultural significativa, afastando-se de uma abordagem militarizada e excludente, em favor de uma concepção mais inclusiva e produtiva, alinhada com os objetivos institucionais de promoção da paz e da justiça social.

5 ASPECTOS EDUCACIONAIS DE LIBRAS

Para atuar como professor de LIBRAS, é necessário atender às qualificações estabelecidas pelo Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436/2002. Essas normas são essenciais para assegurar a qualidade do ensino e a capacitação adequada dos docentes.

De acordo com o artigo 4º do referido Decreto, a formação de docentes para o ensino de LIBRAS nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior

deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: LIBRAS ou em Letras: LIBRAS/Língua Portuguesa como segunda Língua.

O artigo 7º estabelece que, nos próximos dez anos, a partir da publicação do decreto, caso não haja docentes com título de pós-graduação ou graduação em LIBRAS disponíveis para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, a matéria poderá ser ministrada por profissionais que atendam pelo menos um dos seguintes critérios:

> - I Professor de LIBRAS, que seja usuário da língua e possua curso de pós-graduação ou formação superior, com certificado de proficiência em LIBRAS obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação.
> - II Instrutor de LIBRAS, que seja usuário da língua e possua formação de nível médio, com certificado de proficiência em LIBRAS obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação.
> - III Professor ouvinte bilíngue (LIBRAS e Língua Portuguesa), com pós-graduação ou formação superior e certificado de proficiência em LIBRAS obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação (Brasil, 2002).

Para garantir a excelência no ensino de LIBRAS e atender à demanda por qualificações mais avançadas, é essencial que os docentes transmitam o conteúdo de maneira clara e acessível, mantendo um alto nível de profissionalismo em relação à profissão. A formação contínua e o aprimoramento profissional são fundamentais para assegurar que os professores estejam atualizados com as melhores práticas e metodologias de ensino. Além disso, é importante que as instituições de ensino promovam e incentivem a capacitação contínua de seus professores, para que eles possam oferecer uma educação de qualidade, alinhada com as diretrizes legais e as necessidades da comunidade surda.

No campo da segurança pública, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) oferece para seus agentes o curso de LIBRAS no modo EAD, com uma carga horária de 40 horas/aula. O objetivo principal é promover a acessibilidade e a inclusão social de pessoas surdas por meio da comunicação em LIBRAS. O curso está dividido em quatro módulos:

> Módulo 1: Língua Brasileira de Sinais - Conceitos Importantes
> Este módulo visa definir o que é LIBRAS, compreender a trajetória histórica das línguas de sinais no mundo e no Brasil, e praticar o manual do alfabeto em LIBRAS. Os participantes aprenderão sobre a origem e evolução de LIBRAS, além de se familiarizarem com a prática do alfabeto manual, essencial para a comunicação básica.
> Módulo 2: Parâmetros Básicos de LIBRAS
> A LIBRAS é baseada em cinco parâmetros fundamentais que se combinam de forma sequencial e simultânea para a formação dos sinais. Esses parâmetros são: expressão facial, configuração de mão, ponto de articulação, movimento e direcionalidade. Este módulo tem como objetivo identificar e praticar esses cinco elementos que são essenciais para a produção correta dos sinais em LIBRAS.
> Módulo 3: Comunidade e Cultura Surda
> Este módulo abordará as medidas legais executadas pelo poder público para promover o acesso dos surdos aos direitos sociais e civis. O objetivo é valorizar a capacitação dos agentes públicos em LIBRAS para o atendimento adequado às pessoas surdas, incluindo a compreensão das questões culturais e sociais envolvidas.
> Módulo 4: Novas Tecnologias de Acessibilidade e Vocabulário para Segurança Pública
> Neste módulo, serão apresentados aplicativos para smartphones que promovem e facilitam a acessibilidade em diversos aspectos da vida das pessoas surdas, utilizando tecnologia assistiva. Além disso, destacaremos a importância dos Centros de Atendimento à Surdez, que oferecem suporte e recursos adicionais para a comunidade surda e para profissionais que trabalham com o público surdo.

Embora o currículo do curso à distância aborde os princípios básicos de LIBRAS e seus parâmetros de forma adequada, é essencial a inclusão de aulas práticas presenciais para aprimorar a execução dos sinais. As ilustrações e imagens, muitas vezes, não capturam todas

as sutilezas dos sinais, e alguns gestos podem parecer idênticos em termos de posicionamento das mãos, sendo diferenciados apenas por pequenos movimentos. Por isso, a interpretação precisa dos gestos é imprescindível, e as nuances sutis podem fazer uma grande diferença na comunicação em LIBRAS.

Observa-se, então, que o curso online oferecido pela SENASP pode não preparar adequadamente os profissionais para estabelecer diálogos eficazes com pessoas surdas, limitando-se ao ensino dos conceitos básicos, como o alfabeto em LIBRAS. Para uma comunicação mais eficaz, é recomendável a integração de práticas presenciais e treinamento adicional.

O ensino de LIBRAS é essencial para promover a inclusão e a acessibilidade para a comunidade surda no Brasil. Para compreender a fundamentação do ensino da língua de sinais, é importante conhecer sua história e estrutura linguística. Trata-se de uma língua visual-espacial com regras gramaticais e sintáticas próprias, distinta do português. Santos (2011, p. 45) destaca que “a LIBRAS possui uma rica história que reflete a luta da comunidade surda por reconhecimento e autonomia linguística”. Conhecer a estrutura dessa língua, incluindo sua morfologia e sintaxe, é essencial para um ensino eficaz e respeitoso.

A metodologia de ensino de LIBRAS é outro aspecto fundamental. É necessário aplicar abordagens didáticas que considerem as particularidades da língua e como ela é adquirida. Ribeiro (2017, p. 89) enfatiza que “métodos visuais e interativos são essenciais para facilitar a aprendizagem de LIBRAS, utilizando sinais e atividades práticas”. Além disso, a criação de materiais didáticos apropriados, como livros e recursos multimídia, é vital para apoiar o processo de ensino, conforme discutido por Franco (2015, p. 102), que afirma que “recursos didáticos bem elaborados são fundamentais para a aprendizagem efetiva de LIBRAS”.

Pode-se notar, ainda, que uma das dificuldades que o estudo da língua de sinais esbarra é a ausência de material didático, livros específicos; e o que se encontra são apostilas com conteúdo insuficiente para aprendizagem eficaz, tornando a educação inclusiva de Libras desatualizada. É necessário investir em material com dinâmica de aprendizagem que facilitem entendimento e, consequentemente, o ato de aprender a Comunicação de Sinais.

Os aspectos socioculturais do ensino de LIBRAS também são de grande importância, visto que ela não é apenas uma língua, mas um componente central da identidade cultural da comunidade surda. Costa (2019, p. 76) explora como “a inclusão de surdos na sociedade e a valorização de sua língua e cultura são fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa”. A legislação e as políticas públicas desempenham um papel crucial na promoção do ensino e uso de LIBRAS, assegurando que os direitos linguísticos dos surdos sejam respeitados.

Além dos aspectos gerais do ensino de LIBRAS, a aplicação da língua em contextos específicos, como a educação infantil e a formação profissional, é vital. A sua integração no currículo escolar e na formação de professores é essencial para preparar as novas gerações para interagir com a comunidade surda. Silva (2018, p. 54) discute que “a inclusão de LIBRAS na educação infantil e nas escolas contribui para uma sociedade mais inclusiva”. Implementar essas práticas pode promover um ambiente mais acolhedor e acessível para todos.

Finalmente, a formação profissional e o treinamento em LIBRAS são áreas que merecem atenção especial. A sua inclusão em cursos de formação para profissionais, como policiais, tem mostrado ser uma ferramenta eficaz para melhorar a comunicação com pessoas surdas. Almeida (2020, p. 110) analisa que “a aplicação de LIBRAS em contextos profissionais melhora o atendimento e promove uma comunicação mais eficiente e inclusiva”. Compreender e implementar essas práticas é fundamental para garantir que LIBRAS seja utilizada de forma eficaz em diversos contextos sociais e profissionais.

6 A INCLUSÃO DE LIBRAS NO CURRÍCULO DE FORMAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

A inclusão de LIBRAS no currículo de formação da Polícia Militar é um passo importantíssimo para garantir uma comunicação eficaz e inclusiva com a comunidade surda. No entanto, é imperativo que o curso oferecido aos futuros policiais vá além das limitações de uma palestra de 5 horas/aula, como frequentemente ocorre em treinamentos e cursos *online*. A abordagem limitada e superficial, muitas vezes adotada, não é suficiente para preparar os policiais para a complexidade e a riqueza da interação com indivíduos surdos. É necessário, pois, compreender tal complexidade e a necessidade desse conhecimento para uma atuação policial mais inclusiva e eficaz.

Fato relatado no site de notícias Mídia News[4] da região da Cidade de Cuiabá – MT, informa que uma tragédia aconteceu no dia 07 de janeiro de 2014, quando um jovem surdo foi abordado por policial da região. Por sua condição de deficiente auditivo, não obedeceu ao comando da abordagem policial, de parar, e tentou gesticular; porém, não foi interpretado de forma correta, e a ação culminou na morte deste cidadão.

[4] Fonte: https://www.midianews.com.br/policia/policial-militar-mata-jovem-surdo-com-tiro-no-torax-em-cuiaba/184748

Diante do fato mencionado acima, desperta a preocupação em relação ao preparo policial na comunicação para se relacionar com cidadão surdo, para que tais fatos não ocorram no cotidiano do agente de segurança do Pará.

6.1 A NATUREZA COMPLEXA DA COMUNICAÇÃO EM LIBRAS

A comunicação por meio de sinais envolve muito mais que a simples tradução de palavras e frases. Ela é uma língua visual e espacial, rica em nuances e expressões que vão além dos sinais básicos. A eficácia na comunicação com a comunidade surda exige um domínio profundo dos parâmetros da língua, que incluem a expressão facial, a configuração das mãos, o ponto de articulação, o movimento e a direcionalidade. Esses elementos são cruciais para uma comunicação clara e precisa, e a sua aplicação correta não pode ser plenamente ensinada em apenas uma palestra de curta duração.

Os cursos de LIBRAS ministrados em formato de palestra de cinco horas/aula ou em módulos *online,* geralmente oferecem apenas uma introdução superficial à língua, abordando apenas os conceitos básicos. Essa abordagem limitada, frequentemente resulta em uma compreensão insuficiente das nuances de LIBRAS e das necessidades culturais da comunidade surda. Além disso, a falta de prática interativa e de treinamento extensivo compromete a capacidade dos policiais de aplicar o que aprenderam em situações reais.

6.2 A NECESSIDADE DE UM TREINAMENTO ABRANGENTE

Um curso de LIBRAS eficaz para a formação policial deve ser extensivo e prático. Deve incluir módulos detalhados sobre os aspectos técnicos da língua, além de simulações e práticas de comunicação em cenários reais. Os policiais devem ter a oportunidade de interagir com membros da comunidade surda, praticar sinais em contextos diversos

e receber *feedback* sobre sua comunicação. O treinamento deve ser contínuo e integrado ao currículo, permitindo que os policiais desenvolvam e aperfeiçoem suas habilidades ao longo do tempo.

Dessa maneira, investir em um curso abrangente de LIBRAS oferece múltiplos benefícios. Em primeiro lugar, melhora significativamente a qualidade do atendimento prestado à comunidade surda, garantindo que as interações sejam respeitosas e compreensivas. Em segundo lugar, promove uma cultura de inclusão e respeito dentro das instituições de segurança pública, refletindo um compromisso genuíno com a diversidade e a equidade. Finalmente, um treinamento adequado pode prevenir mal-entendidos e incidentes que poderiam ocorrer devido a falhas na comunicação, protegendo tanto os policiais quanto os cidadãos surdos.

A inclusão de LIBRAS no treinamento policial é um componente essencial para garantir uma segurança pública mais inclusiva e eficaz. No entanto, para que esse treinamento seja verdadeiramente eficaz, ele deve ir além das limitações de uma palestra breve e proporcionar um aprendizado profundo e prático da língua. Um curso abrangente não apenas prepara melhor os policiais para interações reais, mas também contribui para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. A adoção de um currículo mais robusto e interativo é, portanto, fundamental para alcançar esses objetivos e promover uma verdadeira comunicação inclusiva na segurança pública.

Quando um policial militar se deparar com uma pessoa surda, ele saberá se comunicar de forma eficiente e clara. No entanto, se o policial não possuir habilidades em LIBRAS ou recursos adequados para a comunicação com surdos, terá conhecimento mais adequado para uma abordagem calma e paciente. Pessoas surdas podem não reconhecer ou conseguir responder imediatamente às instruções da polícia, o que requer uma postura compreensiva e adaptativa por parte do agente.

É importante que os policiais militares compreendam que a surdez não torna uma pessoa melhor ou pior que as demais, nem mais ou menos ingênua. As medidas de segurança devem ser aplicadas igualmente a todos os cidadãos. Embora uma pessoa surda possa enfrentar dificuldades em algumas atividades, ela também pode desenvolver habilidades e realizar tarefas de forma eficaz, assim como qualquer outra pessoa.

Desse modo, é essencial que os policiais se atualizem sobre os procedimentos e técnicas de comunicação para interagir de maneira eficaz com pessoas surdas durante abordagens. Além disso, o agente de segurança deve manter uma postura adequada para evitar negligência devido à condição do cidadão abordado.

De acordo com Figueiredo (2007, p. 5), “a vida de um surdo é repleta de momentos que podem apresentar conflitos sentimentais devido à dificuldade de estabelecer uma comunicação com os ouvintes, desde sua infância até sua maioridade”. Essa realidade destaca a necessidade de treinamento adequado para policiais militares.

A inclusão de LIBRAS nos cursos de formação da Polícia Militar é fundamental, pois fornece a base necessária para a comunicação com cidadãos surdos e evita mal-entendidos que possam levar a decisões precipitadas ou a agravamento das situações. O treinamento básico em LIBRAS permite que os policiais identifiquem e saibam como lidar com diferentes situações envolvendo surdos.

6.3 IMPACTOS DA FALTA DE COMUNICAÇÃO ADEQUADA ENTRE POLICIAL E PESSOA SURDA

A ausência de comunicação efetiva entre o policial militar e a pessoa surda pode levar a níveis elevados de estresse e mal-entendidos, resultando em transtornos significativos para

ambas as partes. A falta de compreensão mútua pode provocar dificuldades de controle emocional, especialmente quando o indivíduo surdo enfrenta uma situação de necessidade e não consegue se fazer entender. Essa situação pode levar a reações exaltadas ou até agressivas devido à frustração de não ser compreendido.

A segurança pública tem a responsabilidade de prestar um serviço de qualidade a todos os cidadãos, e os policiais, como servidores públicos, devem garantir que sua atuação não seja marcada por preconceito ou discriminação. O policial deve ser capaz de estabelecer canais eficazes de comunicação com todos os membros da sociedade, respeitando as diferenças de gênero, classe, faixa etária, ideologias, crenças e etnias.

Conforme a Constituição Federal, é dever do Estado garantir a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e manter a paz e a ordem pública (Brasil, 1988). A segurança pública é um direito fundamental que deve ser assegurado a todos, e isso inclui a necessidade de se adaptar e compreender as especificidades de diferentes grupos, como a comunidade surda, que possui sua própria língua e cultura. Desta forma, é essencial que os policiais conheçam a cultura surda para uma comunicação eficaz.

Como material de apoio em 2013, o Ministério da Justiça, por meio da SENASP, desenvolveu uma cartilha para orientar as ações policiais na proteção dos direitos humanos de indivíduos em situações de vulnerabilidade. Esse material, apresentado em formato de livro de bolso, facilita o acesso e a aplicação dos procedimentos por parte dos policiais.

No quinto capítulo, são abordados procedimentos para a abordagem de pessoas com diferentes tipos de deficiência: física/motora, mental/intelectual e sensorial (visual e auditiva). Especificamente para a deficiência auditiva, o guia detalha os seguintes procedimentos:

> Procedimentos na Abordagem Policial ao Deficiente Auditivo:
> - É importante garantir que a pessoa surda visualize o policial. Caso contrário, ela pode não perceber a ordem para parar, o que pode levar a uma falsa impressão de desobediência.
> - O policial deve estar ciente de que a falta de resposta imediata pode ser interpretada erroneamente como resistência. Portanto, a abordagem deve ser feita com atenção para evitar o uso inadequado de força.
>
> Orientações para a Comunicação:
> - Estabelecer contato visual com o indivíduo surdo é essencial. Utilize sinais em LIBRAS quando possível, como “Parado!”, “Polícia!”, “Você é surdo?”, “Levante as mãos!”, “Mão na cabeça!”, “Levante a camisa!”, “Gire!”, “Mostre-me seu documento de identidade!”, “Você está liberado!” e “Bom dia/tarde/noite!”.
> - Evite gritar com a pessoa surda, pois ela não ouvirá. Articule as palavras claramente para facilitar a leitura labial e, se necessário, use a comunicação escrita.
> - Ao levar uma pessoa surda vítima de um crime à delegacia para registrar uma queixa, explique claramente o que está acontecendo e garanta que ela entenda que não está sendo presa. Se a pessoa demonstrar agitação, faça gestos para acalmá-la (Brasil, 2013).

Essas práticas visam assegurar uma abordagem mais inclusiva e eficiente, respeitando as necessidades e direitos das pessoas surdas. A inclusão de LIBRAS no treinamento dos policiais permite que os agentes se comuniquem de maneira mais eficaz com a comunidade surda, promovendo um ambiente de respeito e compreensão mútua. Além disso, ao adotar uma comunicação mais acessível, cria-se uma interação mais humana, que reconhece a dignidade e as particularidades de cada indivíduo. Dessa forma, não apenas se melhora a qualidade do atendimento, mas também se contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou a hipótese de que a inserção de LIBRAS na matriz curricular dos cursos de formação da Polícia Militar do Pará pode melhorar significativamente a qualidade do atendimento prestado aos cidadãos surdos, promovendo uma comunicação mais eficaz e prevenindo incidentes decorrentes de mal-entendidos. Com a capacitação em LIBRAS, os policiais estarão de posse de conhecimentos fundamentais que permitem uma comunicação efetiva. E esse aprimoramento não apenas eleva a qualidade do serviço prestado pela Polícia Militar, mas também promove inclusão e igualdade, alinhando-se aos princípios de direitos humanos e justiça social.

O estudo demonstrou que, ao integrar LIBRAS na formação dos policiais, é possível reduzir significativamente o risco de incidentes causados por mal-entendidos e melhorar a interação com a comunidade surda. Essa formação específica contribui para um atendimento mais humanizado e consciente das necessidades dos cidadãos com deficiência auditiva.

Além disso, este estudo serviu como um catalisador para a mudança na percepção sobre a importância do treinamento em Língua Brasileira de Sinais dentro do setor de segurança pública. A inclusão dessa disciplina na matriz curricular representa um avanço importante, mas é fundamental reconhecer que a educação contínua e o treinamento regular são essenciais para garantir a eficácia a longo prazo.

Recomenda-se, portanto, que esse conteúdo específico seja incorporado como parte integrante do treinamento regular com uma disciplina no desenho curricular da Polícia Militar, pois ainda tem sido feito em forma de palestra, o que não supre a necessidade da formação. A formação contínua em LIBRAS não só aprimora a capacidade dos policiais de interagir de forma respeitosa e eficaz com a comunidade surda, mas também promove o respeito pelos direitos linguísticos e culturais dos surdos.

O uso de LIBRAS na abordagem policial facilita a transmissão de informações importantes, como direitos legais, procedimentos policiais e medidas de segurança. Isso assegura que as pessoas surdas compreendam plenamente seus direitos e responsabilidades durante as ações policiais, promovendo interações mais transparentes e igualitárias. Essa forma de comunicação fortalece a confiança e a cooperação entre os policiais e a comunidade surda, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva. Portanto, a implementação de LIBRAS na formação dos policiais militares é um passo crucial para construir uma sociedade mais igualitária, onde todos os cidadãos, independentemente de suas condições auditivas, possam ser atendidos com dignidade e respeito.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **História da língua de sinais em Campo Grande - MS.** Petrópolis: Arara Azul, 2005.

ALMEIDA, Guilherme Augusto Silva. **Treinamento profissional e LIBRAS:** Desafios e soluções. Editora Profissional, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal. [*et. al.*]. **Saberes e prática de inclusão**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

BRASIL. **[Constituição (1988)].** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. **Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, 1989.

BRASIL. **Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Atuação policial na proteção dos direitos humanos de pessoas em situação de vulnerabilidade**: cartilha / Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: SENASP/MJ, 2013.

COSTA, Fernanda Pereira Barbosa. **A importância de LIBRAS na inclusão social.** Editora Inclusiva, 2019.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A Língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. Campinas: Educação e Saúde, 2005.

FIGUEIREDO, Barbara Botelho. Filhos de pais surdos uma relação “im” possível. **INVEST na educação**, Cuiabá, v.1, dez. 2007.

FRANCO, Silvia Silva de Andrade. **Metodologias para o ensino de LIBRAS.** Editora Educacional, 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 abr. 2024.

NAKAGAWA, Hugo Eiji Ibanhes. **Culturas surdas:** o que se vê, o que se ouve. Lisboa, 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

RIBEIRO, Luis Lima Gomes Martins. **Abordagens didáticas para o ensino de LIBRAS.** Editora Linguística, p. 89, 2017.

SANTOS, Mário Afonso Alves dos. **História e estrutura de LIBRAS.** Editora Cultural, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo/SP: Cortez, 2014.

SILVA, Cláudia Maria. **LIBRAS na educação infantil e escolar**. Editora Pedagógica, p. 54, 2018.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

Fotografia: Arquivo pessoal.



Entrevista

Entrevista com o Reitor da UEPA, Professor Dr. Clay Anderson Nunes Chagas: a interseção entre conhecimento científico e Segurança Pública

Ariel Dourado Sampaio Martins de Barros[1]
Raimundo Nonato de Araújo Miranda Júnior[2]
Elcimar Maria de Oliveira Lima[3]

[1] Coronel da Polícia Militar do Pará; Bacharel em Direito pela Faculdade Ideal (2009); Especialista em Gestão e Segurança Ambiental (IESP).

arielsampaio@hotmail.com

ORCID: 0009-0006-7137-5776

[2] Tenente-Coronel da Polícia Militar do Pará; Estado-Maior Geral, Pesquisa Científica; Mestrando em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia (PPGTEC/UEPA); Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social (IESP/UEPA); Bacharel em Administração Pública (UFPA).

mirandapmpa1998@gmail.com

ORCID: 000-0001-7285-6906

[3] Capitã da Reserva Remunerada; Doutora em Sociologia e Antropologia (UFPA/2018); Mestre em Ciências Sociais (UFPA); Especialista em Sociedade e Gestão de Segurança Pública e Língua Portuguesa (UFPA); Licenciada Plena em Letras (UFPA).

limaelci@gmail.com

ORCID: 0009-0007-8833-5049

Nesta 5ª edição da Revista Científica da Polícia Militar do Pará, o Professor Doutor Clay Anderson Nunes Chagas aborda como a aproximação da comunidade acadêmica com a Corporação no campo da pesquisa vem ocorrendo de forma positiva, fortalecendo a produção de conhecimento em áreas estratégicas para a segurança pública em favor da sociedade. O entrevistado é reitor da Universidade Estadual do Pará (UEPA), na gestão de 2021-2025; professor do curso de graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia; professor colaborador no Instituto de Ensino em Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará (IESP); Professor Colaborador na Universidade de Cabo Verde (UniCV) no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (UFPA). Além disso, é sócio da Associação Internacional de Criminologia de Língua Portuguesa e membro do Instituto Histórico Geográfico do Pará e trabalha como líder do Laboratório de Pesquisa e Análise em Geografia da Violência e do Crime. Tem experiência em segurança pública, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão do território, criminalidade, homicídio e cartografia.

Quando e como ocorreu sua aproximação acadêmica nos órgãos de segurança pública no Estado do Pará?

Costumo dizer que minha entrada na segurança pública como professor se deu ocasionalmente, por meio do convite de uma coordenadora da UEPA à época, em razão da falta de um professor que iria ministrar uma disciplina chamada Geopolítica na Amazônia. Lembro que aceitei a oportunidade, mas não sabia muito bem sobre a proposta do curso e sua dimensão, apenas sabia que os alunos eram policiais militares. Eles eram alunos do Curso Superior de Polícia (CSP), voltado para gestores dos órgãos de segurança pública. A partir disso, somam-se dezoito anos de contribuição acadêmica nas discussões técnicas intermediando o conhecimento no âmbito da Polícia Militar.

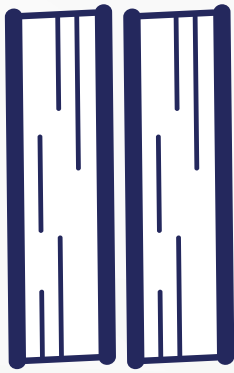
Uma de suas iniciativas voltadas para a Polícia Militar foi o curso de cartografia da UFPA. Em seu ponto de vista, qual contribuição a cartografia trouxe para o planejamento operacional da Instituição?

Quando iniciei as instruções nos cursos da Instituição precisávamos, para além do conhecimento, apresentar uma metodologia que pudesse chamar a atenção dos alunos

policiais para as discussões. Portanto, uma das formas de aplicação do ensino encontrada foi a cartografia, não aquela que se define apenas em construção de mapas, mas partindo da compreensão do espaço geográfico, a partir de uma representação cartográfica, pois quando observamos um mapa, ele diz muito mais que simplesmente pontos, linhas e cores.

Ao construirmos a cartografia com o conhecimento cotidiano que adquirimos, apesar de utilizarmos a técnica, ela se configura principalmente por uma perspectiva conceitual. Então, imagine você, que precisamos realizar algum tipo de operação e nos questionamos em como distribuir o quantitativo do efetivo em viaturas, dentro de uma cidade ou um bairro. A cartografia permite enxergar isso. E quando você a observa, percebe que ela tem camadas, sendo que para cada uma das camadas podemos ter informações como infraestrutura, condições socioeconômicas ou de crimes. A paisagem é cheia de camadas e por meio desse conhecimento podemos cartografá-las.

"Durante uma ação de planejamento se faz necessário observar o cenário que antecede a operação, dentro da dinâmica espacial. Muito me alegro em saber que esse conhecimento está ficando cada vez mais comum dentro dos órgãos de segurança pública, especialmente, na Polícia Militar."



Considerando que as ações criminosas migram a todo o momento, qual a contribuição da cartografia para a redução dos crimes de roubo a ônibus em Belém?

A cartografia permite uma representação da realidade. Quanto mais se domina essa técnica, melhor representamos os cenários do cotidiano. A exemplo disso, tínhamos uma grande incidência de roubo a ônibus em 2016, na cidade de Belém, chegando a oitocentos casos durante o ano, que é um número muito elevado.

A primeira situação para compreendermos o fato partiu do mapeamento dos locais com as maiores incidências e questionávamos como deveríamos marcar as ocorrências. Para isso, segmentamos o objeto a ser trabalhado, apontando o que seria mais importante na ocorrência de roubo a ônibus. Destacamos os pontos cruciais a serem analisados: a entrada do cidadão infrator no coletivo, o anúncio do assalto ou quando o criminoso foge do ônibus.

Durante discussões com vários policiais chegamos à conclusão de que o ponto mais importante seria a rota de fuga. Com isso, incorporamos outra dimensão nessa análise, a dimensão do território, pois a garantia de fuga está ligada ao controle das variáveis. O indivíduo só quer assaltar o ônibus e voltar no dia seguinte para fazer novamente. Então, se descer em algum lugar que ele não tenha controle da rota, consequentemente, será capturado. Portanto, isso era uma tendência.

Começamos a observar que essa era uma dinâmica territorial. O criminoso só desce ali porque conhece espacialmente a área e as pessoas o conhecem. É por isso que quando o policial chegava ao local perguntando se alguém tinha visto os assaltantes, a população respondia: “Não, ninguém sabe”. Como podemos controlar isso pela dinâmica cartográfica? Começamos a mapear os roubos a ônibus pelas rotas de fuga.

Foi então que percebemos que a dimensão territorial e o controle dos assaltantes se resumiam a uma ou duas quadras, uma área relativamente pequena. Além disso, eles corriam o risco de serem capturados pela população e sofrerem um linchamento ou ficarem contidos até a chegada da Polícia.

Nossa estratégia foi cartografar a área, baseados nas informações sobre as rotas de fuga passadas pela Polícia. Criamos uma zona e inserimos viaturas de prontidão para impedir a ação dos grupos de assaltantes, pois ao visualizarem a polícia, não cometiam o crime naquela área pelo risco de serem presos. Caso eles resolvessem descer em outro local, a população não os conhecia e o temor esperado pelo criminoso por parte dos moradores com relação aos seus atos era inexistente, isso possibilitava a denúncia da situação.

A partir disso, percebemos que essa metodologia funcionava, mas só foi possível porque antes fizemos uma cartografia que mapeou todas essas zonas. Como sempre, trabalhamos no decorrer do tempo e assim conseguimos mapear tudo hoje em dia. O mais importante, além do mapeamento, são as variáveis. Elas devem ser seguras. Quando temos variáveis de homicídios seguras, conseguimos fazer uma boa cartografia desse crime ou de qualquer outro tipo. Esse é o grande diferencial.

“Quando eu chegava para os cursos de cartografia da UFPA, dizia que seria bom ter a vontade de estar no local e ter o mínimo de domínio do assunto, saber como fazer análise, mais que isso, o bom cartográfico tem que saber pedir o que quer. Para elaborar o produto cartográfico é necessário definir o objetivo, dominar os conceitos utilizados e compartilhar as tarefas com alguém, otimizando o tempo de filtrar variáveis, permitindo que a análise seja feita de forma mais cuidadosa com uma cartografia fiel ao que pretendemos.”

Em 2014, o senhor escreveu um artigo sobre a geografia, a segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém, no qual foi proposta a ampliação da parceria entre as instituições de segurança pública e as Universidades, no sentido de construir a cartografia e trabalhar na análise da criminalidade. De lá para cá, muitos profissionais cursaram o mestrado profissional de segurança pública e outros cursos de pós-graduação. O senhor acredita que o domínio do conhecimento dessas ferramentas tem contribuído para o desempenho operacional da Polícia Militar e para a redução da criminalidade no Estado do Pará?

Não tenha dúvida. Talvez não percebamos tão claramente nesse momento, mas ao fazermos o retrospecto dos últimos anos, vemos o quanto foi importante os policiais participarem das qualificações. Independente de curso, a universidade trabalha com a ciência. Ela nos faz pensar cientificamente, não importa o curso que estamos estudando, pois começamos interpretar o mundo pela perspectiva da ciência. O mundo da segurança pública que está mesclado com a questão da violência urbana precisa ser interpretado na perspectiva da ciência. Como podemos fazer isso? Por meio de conceitos, técnicas e teorias. Ao começarmos fazer a interpretação, temos um novo olhar sobre a situação. Com certeza, isso é perceptível dentro da segurança pública.

Eu observo muito isso, por estar olhando de fora. No caso de vocês, talvez não seja tão perceptível, mas cada vez mais percebemos as diferenças. A exemplo disso, temos o uso do conceito de território que não está dentro do senso comum de espaço ou limite. O território que se utiliza na segurança pública é o território dos agentes, das relações de poder. Quando eu vou a alguma palestra e vejo um aluno nosso, policial militar do mestrado ou doutorado, observo a discussão dele sobre território como relação de poder, às vezes até nas entrevistas costumam falar do assunto. Nisso e em outros conceitos a universidade pode ajudar. Eu estou falando sobre território por ser meu conceito chave para a discussão na segurança pública. Com certeza, esse é um longo caminho para tornamos a Polícia Militar voltada para o conhecimento científico e preocupada com a qualificação dos servidores.

Atualmente, todos os gestores entendem que é necessário ter equipamentos, armamentos e viaturas, mas a importância da ciência na polícia é primordial. Ela tem sido priorizada cada vez mais, renovando assim, os ciclos de atuação e serviço à sociedade. Fico feliz em ver os documentos de planejamento da PM. Ao ver, a primeira coisa que faço é procurar as referências de território e a cartografia, não aquela ilustrativa de figuras e imagens, mas a que representa algo baseado em ciência.

Acima de tudo, o mais importante é o indivíduo, que possui a capacidade de pensar diferente, fugindo do cotidiano. Todos nós tivemos uma formação em dado momento, mas precisamos ver o mundo pela ótica da ciência, pela base da pesquisa. Suponhamos que existe um problema para ser resolvido, no caso a violência, cujo objetivo é reduzi-la. Devemos planejar a metodologia, o cronograma, o referencial e a base teórica. Fazemos isso diariamente, mas poucas pessoas percebem que executam tarefas de forma mecânica, pois quando nos deparamos com algo processamos rapidamente, ficando cada vez mais comum, gerando certa normalidade.

Foi isso que eu tentei fazer no decorrer dos 18 anos de docência e pesquisa voltadas para a segurança pública: pegar os dois conceitos e mostrar como eles funcionavam na realidade. O artigo que escrevi, por exemplo, foi esse exercício. Trabalhei vários conceitos, especialmente o território, e fui aplicando.

"Tenho certeza de que parte dos resultados que temos na segurança pública faz do nosso estado uma referência nacional em termos de redução de crimes. Parte disso tem a ver com a formação dos policiais. Reforço a importância de se apropriar da ciência, mas de uma ciência aplicada, não da ciência pura. Creio que no futuro é provável trabalharmos com ela."



Como ocorreu a aproximação acadêmica entre a UEPA e a Polícia Militar e qual a importância dessa parceria?

Sempre existiu algum tipo de curso desde meados da década de 90 aos anos 2000, nos quais professores da UFPA e da UEPA transitavam dentro da Polícia como convidados para trazerem alguma palestra de forma relevante. A UEPA começou a institucionalizar essas parcerias quando se iniciou o Curso de Formação de Oficiais (CFO), pois quando não tínhamos o IESP, a UEPA certificava o curso de formação. Hoje não mais. Porém, isso gerou uma relação de aproximação.

Com o decorrer do tempo, esses professores que mantiveram o contato durante os cursos, começaram a criar certo vínculo, apesar de saber que na década de 90 ainda tínhamos um resquício do histórico entre o universo acadêmico e os militares, de um período de ditadura militar que não vivemos, mas existia certa animosidade. Portanto, essa quebra de paradigma aconteceu naturalmente. Fomos rompendo essas barreiras com outra mentalidade, considerando a mudança no quadro de pessoal tanto das universidades, quanto da Polícia Militar. Aquelas pessoas com pensamentos de distanciamento foram sendo substituídas por uma nova geração.

Paralelo a isso, os cursos criados pela Polícia Militar apresentavam planos de tornar o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e o Curso Superior de Polícia (CSP) em especialização, já que muitos policiais passaram pela formação de nível superior na Academia de Oficiais. No entanto, tornar esses cursos em especialização exigia certos critérios que, naquele contexto, a Polícia Militar não possuía. A partir daí, as universidades fecharam parcerias em apoio à Corporação para a certificação desses cursos.

Torço para que no futuro possamos dar outros passos e, quem sabe, daqui a algum tempo, logicamente respeitando algumas questões dentro da própria dinâmica da

Polícia Militar, que o CAO se torne um mestrado, ou talvez o CSP, que é um pouco mais complexo, pois temos normas menos rigorosas do que um doutorado. Tudo isso é possível; é bem possível que aconteça com o tempo, pois grande parte do efetivo da Polícia Militar do estado já possui mestrado e alguns, doutorado.

Quando participo de palestras ou vou a outras instituições, sempre falo: "Não tenho problema algum, tenho uma excelente relação com a segurança pública do Estado do Pará. Meus dados são confiáveis porque tenho uma boa relação com as instituições. Por exemplo, meu aluno de doutorado, o policial fulano de tal". Isso deixa as pessoas surpresas: "Mas como assim? Um policial faz mestrado e doutorado?" Sim, temos condições para isso. E isso virou uma normalidade. É preciso ajustar algumas coisas, como garantir mais tempo para estudos, mas de modo geral, os policiais estão realizando esses cursos e produzindo excelentes trabalhos. Porque, se temos a teoria, vocês têm o cotidiano, que é tão importante quanto a teoria.

"Ao longo desses 15 anos de mestrado em segurança pública, de mestrado em geografia e outros programas, foram produzidos trabalhos excelentes. Parte desses trabalhos foi feito por policiais militares que retornam para ajudar a melhorar os indicadores do estado."



Professor, o senhor mencionou uma ferramenta específica, a cartografia, que ao longo desses 18 anos de parceria entre a Polícia Militar e a UEPA foi fundamental. Quais outras ferramentas foram importantes para essa aproximação e para obter excelentes resultados na segurança pública?

Do ponto de vista acadêmico, a estatística é outra ferramenta muito importante — um pouco mais complexa, mas tão essencial quanto a cartografia. Além disso, temos as análises sociológicas, antropológicas e geográficas, que são fundamentais para compreendermos a realidade.

Hoje, cada vez mais, a Universidade do Estado do Pará, por exemplo, com seus mestrados na área ambiental, está realizando discussões importantes sobre questões ambientais, um campo que nos últimos anos tem atraído policiais para programas de pós-graduação voltados para esse tema. Existem muitas ferramentas.

O que me surpreende é que o maior legado da universidade pode ser fazer com que a sociedade seja pensada, de fato, sob a ótica da ciência, sem que isso faça o policial deixar de ser policial. Nós queremos um policial que observe o que está ao seu redor de maneira científica e isso vem acontecendo. Temos diversas experiências e exemplos na Polícia Militar, como o núcleo de pesquisa, que realmente reforça essa ideia. Os trabalhos realizados não são apenas na formação específica de praças e oficiais, mas também na produção científica em parceria com as instituições. Então, eu diria que nosso maior legado é pensar a sociedade de forma científica e isso está acontecendo.

Meu sonho é que possamos ter um mestrado da Polícia Militar, seja no IESP ou fora dele, dependendo da legislação. “Quem vai dar aula?” Serão os próprios policiais militares que têm formação específica para isso. Até podemos ajudar, mas chegará um momento em que o professor Clay não será mais necessário, até porque um dia vou embora, não vou ficar a vida toda. Então, é bom que os ciclos se renovem e, quem sabe, daqui a algum tempo teremos a nossa especialização e os policiais militares é que darão aula.

> *“Já temos vários policiais militares que ministram aulas no Programa [Pós--Graduação em Tecnologia, Recursos Naturais e Sustentabilidade na Amazônia], mas a tendência é melhorar cada vez mais. E volto a dizer: “Que não seja uma surpresa, mas sim uma normalidade”. Porque há um estímulo da própria Polícia Militar para que o policial se forme, seja em graduação, pós-graduação ou em cursos de formação continuada, como cartografia e outros. Precisamos intensificar isso e tornar essa realidade algo normal, porque, no Estado do Pará, já é assim.”*

Como a parceria firmada entre a UEPA e a PMPA para capacitar policiais em língua estrangeira contribui para uma melhor prestação de serviços durante a COP 30 que será realizada em Belém em 2025?

Essa parceria é uma ação fantástica da Polícia Militar. A Corporação percebe que para termos uma cidade e um país cada vez mais receptivos é fundamental atrair brasileiros e estrangeiros para conhecer mais sobre o Pará e nossa capital. Uma das maneiras de impulsionar o crescimento econômico e social do estado é através do turismo que atrai divisas e gera riqueza. Cada turista que passa por aqui deixa dólares na cidade — em hotéis, bares, restaurantes e áreas de turismo — distribuindo riqueza pelo local.

E conhecer o idioma inglês é uma forma de quebrar a barreira de comunicação que temos entre o agente do estado e o visitante, pois ele é o primeiro que recepciona o turista e, logicamente fazendo essa recepção, conversando no idioma de origem dele, com certeza esse turista vai se sentir mais atraído e voltar em outro momen-

to porque nós temos belezas naturais e Belém é uma cidade fantástica. Temos a cidade de um lado e do outro lado um rio e também vemos a floresta, basta olhar. Isso gera um atrativo, considerando que passa pelo domínio de uma língua. Ora, sabemos que a língua inglesa se tornou universal. Então, a partir do momento que os servidores conversarem em inglês com os visitantes, além de fluir a comunicação, vai gerar um grande estímulo ao policial, sendo cada vez mais valorizado pela Instituição que investe nele.

Uma coisa que sempre faço quando viajo é buscar a ajuda de policiais, independentemente do lugar do mundo em que estou, porque me sinto mais seguro ao ver a presença deles representando o estado. Essa interação reforça a importância da segurança e da recepção das pessoas, promovendo um ambiente mais acolhedor e seguro para todos. Eu tenho certeza de que aqui vai acontecer a mesma coisa.

As pessoas pensam que a Conferência das Nações Unidas (COP 30) que vai ocorrer no estado será um evento apenas de duas semanas. Não é isso. A COP 30 é muito maior do que isso. Na realidade, é para construir e para pensar uma infraestrutura de uma cidade moderna. Não estou falando apenas de aviação e fluxo aéreo para a região, mas também sobre as pessoas precisarem conhecer o que é a Amazônia.

As pessoas falam de Amazônia sem conhecer o que é a Amazônia, sem incluir os habitantes. Pensam na Amazônia em uma perspectiva de floresta e puramente floresta, não pensam na Amazônia enquanto cidade. Basta fazermos um exercício, simples, fecharmos nossos olhos durante três segundos e dizermos a alguém: “Construa uma paisagem da Amazônia na sua cabeça”. Tenho absoluta certeza de que todos iríamos pensar em uma floresta ou em um rio. Essa é a imagem que surge em nossa cabeça, mesmo sendo morador daqui, mas nós sabemos que não é só isso. Imagine o estrangeiro ao chegar aqui, provavelmente vem com essa ideia, de “isso é floresta”.

“Observamos o quanto mudou o perfil do policial militar. Comparado há 20 anos, é um perfil totalmente diferente. Eu tenho ex-alunos militares, soldados, por exemplo, com doutorado. Logicamente, isso é pontual, mas hoje você tem um perfil que mudou e esse policial militar também pensa na formação, em aprender algo a mais no sentido de se sentir mais valorizado, quando a polícia investe em formação para além da formação cotidiana. Portanto, esse é um curso que, com certeza, vai ajudar muito as metas que nós temos de desenvolver a cidade e o estado. As pessoas pedirão informações ao policial, porque se sentem mais seguras.”



Como é que o senhor analisa a importância que a Corporação tem dado à formação e à capacitação do seu efetivo?

As qualificações são de extrema importância, porque o que estamos vivendo dentro da sociedade é um processo de natureza seletiva. A polícia vai criando instrumentos para valorizar e ao mesmo tempo capacitar.

Quando o Coronel Ariel diz para mim assim: “É importante que a gente entenda que podemos pontuar [para a promoção] mais com o mestrado. Isso é a polícia que está dizendo. Eu quero que o policial tenha um nível superior, seja mestre, seja doutor e estamos vendo isso, por meio de vários cursos tecnológicos, superiores e de pós-graduação. Então, o olhar de quem está no comando é algo extremamente importante porque primeiro você valoriza o que é mais importante nas instituições: os indivíduos. Podemos ter o melhor armamento, as melhores máquinas, mas se não tivermos um servidor público estimulado, capacitado, não temos uma boa valorização profissional."

Lembro que nos primeiros anos que estávamos ministrando curso na Polícia alguém dizia assim: “Só vamos conseguir reduzir a violência se criarmos um novo batalhão, uma nova companhia, comprar mais armas”. Essa era a solução que existia. Aliás, é uma solução? É possível. Mas como se chegou a essa conclusão? Mais batalhões e companhias, de fato, reduz a criminalidade? Simplesmente afirmavam, mas não tinham convicção. Hoje tenho convicção que ao abrir uma nova unidade fazemos isso baseado em dados, em algum tipo de estudo que fundamente o comandante para chegar diante do governador do estado e dizer assim: “Nós precisamos de tal coisa”. Isso só vale se conseguirmos melhorar os condicionantes. Nós precisamos também capacitá-los.

A polícia vem se aperfeiçoando no decorrer do tempo. Isso está trazendo mais qualidade no serviço e até a tropa começa a cobrar qualificação. Perguntam: “Quando vai ter um novo curso de inglês, para podermos fazer? “Quando teremos novos cursos de capacitação? “Quando vamos ao stand de tiro treinar?”. Já começa a ter uma cobrança que no passado não tinha e outras demandas de qualificação acadêmica passam existir: que seja de formação de mídia social, de imagem, de diversas áreas. Acho que o legado que podemos deixar para a nossa tropa é também uma boa formação. Até porque, quando eles estiverem na reserva, possam utilizar essa formação, caso se interessem em dar continuidade em outras áreas do conhecimento, adquirindo outras fontes de renda no futuro.

De que forma as universidades têm aproveitado a entrada dos militares nos cursos de graduação e pós-graduação para compreender melhor a segurança pública, produzir conhecimento e se apropriar disso no sentido de ajudar a reduzir os índices de criminalidade e como isso tem contribuído para essas instituições de ensino superior?

Eu não consigo enxergar essa relação de formação e ajuda sem que haja reflexo na sociedade. Com certeza, os dados que nós estamos vendo são reflexos disso. Temos uma sociedade mais segura hoje do que foi no passado. É interessante o quanto conseguimos perceber, em termos numéricos, a mudança. Em poucos anos tivemos uma queda de alguns indicadores de violência, que se não estivermos olhando com cuidado, os números assustam. Você pode até perguntar: "Mas como caiu tão rápido?". Ora, existem várias explicações para isso. A universidade recebe a experiência desses militares em forma de conhecimento. É uma via de mão dupla. O que vocês têm que nós não temos é o cotidiano. O dia a dia, esse conhecimento que, às vezes, era muito empírico no passado, hoje é bem menos e soma com o nosso conhecimento que está no campo teórico.

Quando eu preciso entender algumas coisas, mas os dados não estão me ajudando, ligo para algum comandante de determinado lugar, falo das informações que tenho e peço apoio. Em seguida, o comandante esclarece a situação, concluo que esse convívio com a tropa pode destravar alguns problemas. Porque esse conhecimento é, de fato, mútuo. Todos nós ganhamos com isso: eu, enquanto cientista que passo a melhor compreender, porque recebo de vocês essas informações cotidianas e vocês também melhoram porque começam a analisar cada vez mais cientificamente. Mas diria que quem mais ganha com isso é a sociedade.

"Essa sensação que hoje nós temos de segurança só é possível porque houve uma mutualidade de informações e a universidade ganha muito com isso. Ganha porque melhor entende a realidade. Esse é o nosso papel como cientistas, de entender melhor a realidade em que vivemos. E não adianta pensar que ficar preso numa sala ou em laboratório vai ser suficiente para entender verdadeiramente a sociedade. Neste caso, é possível ter apenas uma interpretação dela e talvez não seja a mais correta."



Quando esses policiais vêm para a universidade, eles chegam com um mundo de informações que nós não temos. Acredito que o policial que se propõe a ingressar na universidade por conta própria para estudar mesmo tendo formação, procura crescer mais em conhecimento. Isso é bom. Outro dia estive conversando com um amigo que se tornou policial militar. Fiquei muito feliz, pois ele disse que estava adorando estudar sociologia. Veja que é um militar com outra perspectiva, a sociedade e a universidade só têm a ganhar com essa relação da Instituição com a comunidade acadêmica.

Quando entrei na Academia de Polícia em 2002, tínhamos como referência teórica de segurança pública os livros vindos de fora. Hoje, quando acessamos o portal da UEPA e da UFPA encontramos trabalhos produzidos a partir da realidade do estado. Desde 2021, a UEPA oferece vagas no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Recursos

Naturais e Sustentabilidade na Amazônia (PPGTEC), em nível de Mestrado para os concluintes do CSPBM. Temos também o mestrado em segurança pública na UFPA. O senhor acha possível criarmos um programa em que possamos incluir outras ferramentas que sejam adequadas e que haja a junção com esses outros dois programas para que possamos avançar um pouco mais nessa compreensão?

Sim, é uma tendência que vai acontecer. Isso é fato. A pergunta é: Quando vai acontecer? Diferente da nossa carreira de civil, a carreira de vocês militares tem vantagens sobre a nossa. Diz respeito ao tempo de serviço de vocês, pois se aposentam bem mais novos que nós. O nosso auge da produção intelectual acontece entre os quarenta e cinquenta anos de idade. Essa é a fase da vida na qual apresentamos uma melhor formatação com base em construção teórica, pois já acumulamos muito conhecimento.

Quando olho para o caso do policial militar nessa fase, se aproximando dos cinquenta anos, ele está quase seguindo para a reserva e eu estou perdendo uma oportunidade de produzir mais pesquisas, porque já está encerrando o tempo de serviço dele. É mais um policial que acumulou conhecimento, mas ainda não está no auge de sua capacidade intelectual e que está indo para casa fazer outra coisa. Inclusive, há alguns mais novos nos programas [de pós-graduação] com seus trinta anos e, claro, os de cinquenta e sessenta anos que estão ativos academicamente.

Se nós quisermos fazer isso, temos que ver como manter o policial que tem toda essa experiência de 30 anos de polícia e fazer que esteja compondo o programa de pós-graduação. Trazê-los de volta da reserva remunerada? Temos alguns exemplos de militares que estão contribuindo mesmo na reserva, ao serem incluídos no trabalho de produção científica. Isso é algo que os senhores devem começar a pensar. Daqui a pouco, mais policiais com muita experiência acumulada estarão na reserva, mas pode ser que cada um queira seguir sua vida e decidir descansar. Porém, temos os que ainda querem contribuir, mas não podem por não estarem na ativa.

Penso que um dos caminhos seja que possamos levá-los para a academia de formação, porque lá irão surgir os programas de pós-graduação da própria Corporação, caso seja a intenção. As instituições de ensino estão se sentindo atraídas por essa temática. Cada vez mais está surgindo novos programas, novas linhas de pesquisa, visto que no passado existia uma espécie de dicotomia, uma ruptura entre as instituições. Isso deixou de existir há muito tempo dentro da realidade do nosso estado.

Diante de tudo que falou, o senhor acredita que a Polícia Militar do Pará assumiu um protagonismo da segurança pública estadual e nacional, especialmente nas áreas da educação e produção do conhecimento científico?

Eu não tenho dúvidas disso. Conheço algumas polícias. Inclusive, ministrei curso em algumas delas, tanto na Região Norte quanto na Região Nordeste. Estive também na Polícia do Rio de Janeiro ministrando curso. Portanto, vejo a Polícia Militar do Pará na vanguarda nesse sentido. Ela já compreende a importância da produção de conhecimento científico e está entre as corporações que mais se destacam nessa área. Não saberia quantificar sua posição exata, mas tenho convicção de que a PMPA está entre as que mais tem preocupação com o conhecimento científi-

co. Isso é algo que tenho observado constantemente, especialmente ao comparar com outras instituições. Além de estarmos presentes nas instituições de ensino e ministrando cursos para os policiais, também estamos dialogando com colegas professores de outros estados, por isso consigo fazer o comparativo. De modo geral, ao conversar com policiais de diferentes partes do Brasil, fica claro o quanto a PMPA avançou nos últimos anos, especialmente no que se refere ao seu processo de se tornar uma polícia que se vale da produção científica e da qualificação da tropa da Corporação.

"Tenho amigos de programas de outros estados que compartilham informações sobre trabalhos com a segurança pública. Vejo que aqui caminhamos juntos. Temos um diálogo que ajuda os pesquisadores da universidade a acessar dados específicos que estão no domínio público, algo fantástico, pois aqui não se omite dados. Eles estão disponíveis, mas obedecemos a lei da transparência, assim como temos os anuários da Polícia para extrair informações. Também conseguimos dados por meio de solicitação à Instituição. Esse diálogo traz benefícios à sociedade."

Considerando que pretendemos finalizar nossa lei de ensino que vai disciplinar a implantação do curso de mestrado da Corporação, podemos contar com a Universidade Estadual para evoluir nesse processo?

Com certeza. É uma grande satisfação ajudarmos. Inclusive, estamos com um grupo de pesquisadores trabalhando em uma nova proposta de mestrado em cima de ferramentas tecnológicas para a compreensão de problemas do estado, sendo que entre esses problemas está a questão da segurança pública. Estamos trabalhando para finalizar a proposta e encaminhar para o MEC para a aprovação autorizada pela entidade federal. Temos que compreender que as parcerias são extremamente importantes, até porque somos servidores públicos. Acima de tudo, servimos à população.

Quando compreendemos que somos servidores e devemos servir à população e que o servir se dá com a qualidade do nosso serviço, não importa se na saúde, educação ou segurança pública, com certeza a visão de melhorar o atendimento à população é inevitável. Diante disso, aprendi nas teorias do geógrafo europeu Claude Raffestin, que temos duas formas de resolver problemas. Seguindo a dinâmica da resolução de questões, ela se dá por dois vetores: a energia e a informação. É a combinação desses vetores que resulta no domínio do conhecimento.

Assim, podemos estabelecer o que pretendemos, podendo optar por uma ação com o uso do vetor da energia, no sentido de melhorar o atendimento policial. Podemos combater a violência produzindo mais violência, tentar acabar com a criminalidade eliminando os criminosos, mas isso não deu certo em nenhum lugar. O problema só aumentou. Cito também trabalhos de policiais que mostraram o quanto foi ruim o encarceramento em massa porque isso ajudou a fortalecer as facções nos presídios. Também podemos utilizar o vetor da informação. Cito o exemplo da implantação do Projeto Territórios pela Paz (TERPAZ), formado em meio a muito mais informação do que energia e veja os resultados alcançados. Então, em determinados momentos vamos utilizar mais um vetor que o outro.

"O mais aceitável seria gerarmos uma governabilidade a partir de mais informação e menos energia. Mas isso é uma situação ideal, hipotética, pois não conseguiremos ter só informação sem energia ou vice-versa. Bom seria uma combinação entre elas. Penso que nesse momento estamos inserindo mais informações e um pouco menos de energia em nossas ações. Quem sabe um dia, utilizaremos mais informações do que energia, até pensar em uma sociedade hipotética, em que não precisaremos prender ninguém ou ir para o enfrentamento com ninguém. A tendência é o que estamos fazendo aqui no Pará. Estamos trabalhando para que a informação seja o ponto central desse debate."

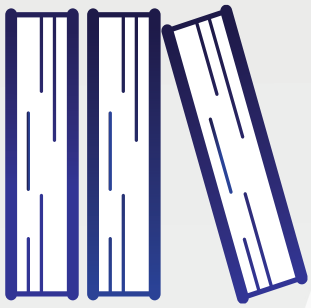
Fotografia: ASCOM.



Informativo

O papel do Departamento-Geral de Educação e Cultura da Polícia Militar do Pará: desafios, avanços e impactos

Ricardo André Bilóia da Silva[1]



[1] Coronel da Polícia Militar do Pará; Mestre em Segurança Pública (UFPA); Especialista em Direito Ambiental e em Políticas Públicas, Gestão e Segurança Ambiental (UFPA); Especialista em Gestão Estratégica em Defesa Social (IESP); Bacharel em Direito UNAMA); Graduado em Ciência de Defesa Social (IESP).

ricardoanndre@gmail.com

ORCID: 0000-0002-6007-4779

O Departamento-Geral de Educação e Cultura (DGEC) da Polícia Militar do Pará (PMPA) foi instituído pela Lei Complementar nº. 126, de 13 de janeiro de 2020, transformando a antiga Diretoria de Ensino e Instrução (DEI) e elevando-a ao *status* de Departamento. O DGEC desempenha um papel fundamental na educação, na pesquisa e nas atividades culturais e desportivas da Corporação, garantindo a formação de seus integrantes alinhada às necessidades institucionais e às exigências da segurança pública.

Mais do que oferecer educação, o DGEC molda líderes. Nesse contexto, o Departamento exerce um papel central como órgão de direção geral responsável pela coordenação e pelo controle do sistema de educação policial militar, bem como das atividades desportivas. Suas áreas de atuação abrangem a formação, capacitação, aperfeiçoamento, especialização e treinamento de Oficiais e Praças, além de promover a cultura e a integração comunitária.

Assim, o DGEC é responsável por aprimorar o sistema de educação policial militar, promovendo a gestão do ensino e da pesquisa de forma integral e eficiente. Para isso, alinha seus programas à Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública e adota práticas pedagógicas inovadoras em parceria com instituições de ensino superior. Seu compromisso abrange tanto a formação técnica e operacional quanto a valorização da educação continuada, com foco em ética, cidadania e direitos humanos, preparando os policiais para os desafios atuais da segurança pública.

Desse modo, o Departamento-Geral de Educação e Cultura constitui o núcleo central do desenvolvimento profissional e pessoal dos integrantes da PMPA, promovendo a formação de valores essenciais para o exercício da profissão militar. Por meio de suas diversas iniciativas, o DGEC assegura que os policiais militares estejam preparados para atuar com excelência, não apenas nos âmbitos operacional e administrativo, mas também no relacionamento com a sociedade.

Nota-se que o compromisso com a educação por meio da formação inicial, continuada e complementar reflete diretamente na qualidade do serviço prestado pelos policiais militares, garantindo que estejam aptos a lidar com situações complexas e desafiadoras de maneira ética e eficaz. Além disso, o Departamento promove a identidade institucional e o orgulho de pertencer à Corporação, reforçando os laços entre os militares e a população que servem.

No aspecto organizacional, para cumprir sua missão, o DGEC conta atualmente com quatro órgãos de apoio: a Academia de Polícia Militar “Cel Fontoura”, responsável pela formação inicial e continuada de Oficiais; o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, focado na formação inicial e continuada de Praças; o Centro de Treinamento da Polícia Militar, voltado à formação complementar de Oficiais e Praças; e o Centro de Memória, que preserva e divulga a história da PMPA.

No campo cultural, o Departamento tem se destacado pela preservação do patrimônio histórico-cultural da Corporação. As ações realizadas pelo Museu da PMPA, subordinado ao Centro de Memória (CM), mantêm viva as tradições da Polícia Militar e promovem a aproximação com a comunidade. Como desafios, destaca-se a criação do *Podcast* do Centro de Memória, com objetivo de registrar, preservar e divulgar a história da PMPA, por meio de entrevistas com militares da ativa, veteranos e civis que tenham contribuições relevantes à memória institucional.

Noutra vertente, a educação física é um pilar essencial do DGEC, com ações como a aplicação do Teste de Aptidão Física (TAF) em todo o estado para progressão funcional e ingresso em cursos. Salienta-se que em 2024 foi instalada a Academia de Musculação no Quartel do Comando-Geral e como desafios para o ano de 2025, destacam-se a ampliação das academias de musculação nas Unidades Policiais e a implementação do TAF anual para todos os policiais militares, com o objetivo de assegurar o preparo físico e a aptidão funcional da tropa.

Por outro lado, o Programa de Supervisão Militar Educacional (SUME), um dos principais programas da PMPA, fortalece a formação moral e cívica dos alunos em escolas públicas, seja estadual ou municipal, promovendo valores como liderança, disciplina e cidadania. Além de melhorar o desempenho acadêmico e reduzir a evasão, realiza ações complementares, como palestras sobre prevenção à violência e inclusão social, criando um ambiente escolar mais seguro e produtivo. O programa, que promove a integração comunitária, é realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e as prefeituras locais.

Vale ressaltar que, o DGEC trabalha de forma integrada com outros órgãos da PMPA, em especial os que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública e com o Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP), assegurando que as diretrizes educacionais e culturais estejam alinhadas às necessidades operacionais e às políticas públicas de segurança. Essa integração permite que a educação militar acompanhe as transformações sociais e tecnológicas, preparando a instituição para enfrentar os desafios do futuro.

Nesse sentido, por meio de um plano de gestão, o ano de 2024 foi marcado por intensos trabalhos, desafios e avanços voltados à construção e aprovação de programas e projetos planejados para o ano de 2025. No campo da legislação, destacam-se: a edição da Resolução nº. 381/2024 - GAB CMDO/PMPA que aprovou a Diretriz-Geral de Educação, que organiza, orienta e define o Sistema de Educação Policial Militar, em substituição às normas em vigor desde 2003; e a preparação da Lei de Educação da PMPA, que visa regulamentar o Sistema de Ensino Policial Militar, modernizando e alinhando-o às demandas atuais.

Outro importante avanço foi o processo de implementação do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM), que substituirá o Curso Superior de Polícia (CSP). O CCEM adotará um novo modelo de seleção, exigirá dedicação integral e apresentará uma grade curricular modernizada, com ênfase na Gestão Estratégica da Corporação. Além disso, o curso abordará a gestão integrada e a articulação com os órgãos de segurança pública e as Forças Armadas.

De igual modo, tem-se como desafio o planejamento para a implementação do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia no âmbito da Polícia Militar, voltado à capacitação

para a alta gestão organizacional, além do desenvolvimento do primeiro Curso de Juiz Militar, em parceria com a Escola Judicial do Poder Judiciário, destinado a aprimorar os conhecimentos dos Oficiais que atuam como Juízes na Justiça Militar Estadual.

Somado a isso, destaca-se o desafio de atualizar as malhas curriculares dos Cursos de Aperfeiçoamento (CAO e CAS), do Curso de Adaptação (CGS e CADO), dos Cursos de Formação (CFO e CFP) e do Curso de Habilitação (CHO). Paralelamente, está sendo finalizada a estruturação do portfólio completo de cursos da Corporação, bem como do Plano Anual de Cursos, fortalecendo o planeamento estratégico educacional e alinhando às demandas atuais.

Vale lembrar que, a partir de 2025, a Polícia Militar do Pará, por meio do DGEC e de suas escolas de formação, a APM e o CFAP, assumirá a desafiadora missão de formar a turma do maior concurso público realizado pela Corporação. Foram 4.400 vagas ofertadas, sendo 4.000 para Curso de Formação de Praças (CFP) e 400 para o Curso de Formação de Oficiais (CFO). Essa iniciativa reforça o compromisso da PMPA com a capacitação de excelência e o fortalecimento do efetivo para atender às crescentes demandas da segurança pública.

Visando atingir a excelência na gestão dos processos de controle avaliativo dos cursos de formação da Corporação, foram implementados soluções tecnológicas, como plataformas de ensino a distância e sistemas de avaliação automatizada. Além disso, entre os desafios em destaque está a iniciativa de elaboração e a conclusão do Sistema de Avaliação de Notas da PMPA, abrangendo os cursos de formação inicial, continuada e complementar, com o objetivo de padronizar e aperfeiçoar os critérios avaliativos na educação policial militar, com acompanhamento em tempo real e *on-line*.

No campo da tecnologia educacional, um dos principais desafios para o início de 2025 é a implementação do programa de educação baseado em níveis de qualificação, como níquel, bronze, prata, ouro e diamante. Esses níveis serão alcançados conforme o número de capacitações *on-line* realizadas, alinhadas aos interesses da Corporação e dos policiais militares. O objetivo é oferecer recompensas aos policiais de acordo com o nível atingido, incluindo preferência em viagens, participação em cursos, dispensas e outros incentivos.

Destaca-se, também, nesse contexto o papel fundamental do Departamento na preparação de policiais militares, especialmente para o ano de 2025, que atuarão na 30ª edição da Conferência das Partes (COP 30), como exemplo, capacitações para os policiais militares de língua inglesa e de língua espanhol em parceria com a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e Universidade Pontifícia Bolivariana (UPB), da Colômbia, refletindo o compromisso com eventos de relevância global.

Observa-se que a Polícia Militar do Pará avançou na modernização e fortalecimento de sua estrutura, implementando projetos e programas voltados à formação de profissionais qualificados. A criação de novos cursos, a atualização legislativa e o uso de tecnologias educacionais refletem o compromisso com a excelência. O DGEC tem papel essencial nesse processo, valorizando a formação integral de seus integrantes e reafirmando a missão de servir e proteger com ética e profissionalismo.

Por fim, o Departamento-Geral de Educação e Cultura consolida-se como um órgão indispensável ao desenvolvimento da Polícia Militar do Pará, ampliando seus impactos positivos na formação e capacitação de agentes de segurança pública. Sempre lembrando que a Polícia Militar do Pará é maior do que cada um de nós, reafirma-se a importância de seu trabalho na construção de uma instituição mais forte e preparada para os desafios do futuro.

GOVERNO DO PARÁ
POR TODO O PARÁ

Polícia Militar do Pará
Patrimônio do Povo Paraense



Escolas ativas do SUME